



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO “SEGURANÇA ECONÓMICA” DO
CONCEITO DA SEGURANÇA HUMANA NO CONTEXTO
ANGOLANO**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Autor: Manuel da Silva Caetano

Orientador: Professor Luís Vasco Valença Pinto

Coorientadora: Professora Doutora Sandra Cristina Antunes Ribeiro

Número do(a) candidato(a): 30007423

Novembro de 2023

Lisboa

DEDICATÓRIA

A minha mãe, **ANTÓNIA GARCIA COELHO DA SILVA**, que desde os meus 8 anos de idade teve a incumbência de ser mãe e pai. Sem a sua perseverança, persistência e dedicação na formação dos seus filhos, não seria possível eu ter concluído o primeiro e o segundo ciclo do ensino de base, num contexto tão adverso como o de Angola durante a guerra civil, que me permitiram ter as bases para terminar com sucesso o terceiro ciclo do ensino de base e o ensino secundário (médio) em Cuba e várias formações universitárias no exterior do país.

A ti, minha querida mãe, estarei eternamente grato.

AGRADECIMENTOS

A presente de dissertação é o culminar de um árduo percurso. Contudo, devo reconhecer que a sua elaboração contou com o apoio de várias pessoas, que a seguir expresso os meus sinceros agradecimentos:

A minha extensa família, em especial a minha companheira e os meus queridos filhos e filhas, irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, pelo inestimável apoio.

Ao General do Exército Luís Valença Pinto, Professor Catedrático Convidado e meu orientador, retribuo com consideração e estima o acompanhamento rigoroso e com certa disciplina “militar”, o rigor científico e a forma objectiva que me soube facultar e orientar.

A Professora Doutora Sandra Ribeiro, minha co-orientadora pela orientação e incentivo. Aos professores e colegas da UAL, assim como amigos, que de forma directa ou indirecta, contribuíram para a conclusão desta dissertação, um sentimento de gratidão.

A Direcção e ao pessoal do INEFOP pela disponibilidade dos dados sobre a oferta de emprego nos Centros de Emprego em Angola.

Ao Dr. José Vieira Dias Van-dúnem, pelo incentivo durante a minha estadia em Lisboa, Portugal. Realço o incondicional apoio prestado.

Ao Dr. Carlos Alberto Maseca, pelo apoio moral. Reitero a perene e incondicional amizade que nos une.

Ao meu irmão Nelo Caetano, como se diz em inglês “*words fail me*”, ou seja, não existem palavras para expressar a minha eterna gratidão.

A Iliana “Ili” e ao Euvardo “Gabi”, meus eternos professores, pela eterna amizade, irmandade e camaradagem.

Em último, mas não menos importante, a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste estudo e não foram mencionados acima.

RESUMO

Em 2002 Angola alcançou a paz, após quase três décadas de uma guerra civil que destruiu as infraestruturas socioeconómicas do país, provocou milhares de mortes e a deslocação de mais de um milhão de pessoas. O fim da guerra permitiu um rápido e elevado crescimento da economia angolana. Paralelamente, o governo angolano priorizou na sua agenda governamental políticas públicas viradas a segurança humana. Não obstante, os indicadores socioeconómicos de Angola continuam entre os piores do mundo. O objectivo geral do estudo foi avaliar a dimensão “segurança económica” do conceito da segurança humana no contexto angolano. Relativamente ao objectivo específico, o estudo teve como propósito determinar a relação entre o crescimento económico e a segurança económica no contexto angolano. A partir do modelo conceitual adotado e dos objectivos da pesquisa foi estabelecida a hipótese de que “o crescimento económico conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir o desemprego em Angola e, na sequência, resultou na segurança económica das pessoas”. O estudo utilizou o modelo de regressão linear simples para testar a hipótese, sendo o crescimento económico a variável independente e a oferta de emprego a variável dependente. O resultado do estudo demonstrou que o elevado crescimento económico que se verificou no período pós-guerra não garantiu a segurança económica da maioria da população angolana, uma vez que o mesmo não gerou empregos suficientes para reduzir significativamente o desemprego. Sendo assim, o estudo sugere que se aprofunde a reforma do Estado em curso para tornar as instituições políticas e económicas mais inclusivas, no intuito de tornar o ambiente de negócio mais atractivo ao investimento privado (nacional e estrangeiro) para permitir a diversificação da economia e um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, e que garanta emprego pleno e produtivo, assim como trabalho decente para todos.

Palavras – chaves: *Segurança humana, segurança económica, crescimento económico*

ABSTRACT

In 2002 Angola achieved peace, after nearly three decades of civil war that destroyed the country's socio-economic infrastructure, causing thousands of deaths and the displacement of more than one million people. The end of the war allowed a fast and high growth of the Angolan economy. At the same time, the Angolan government prioritized public policies aimed at human security on its government agenda. Nevertheless, Angola's socio-economic indicators remain among the worst in the world. The overall objective of the study was to assess the “economic security” dimension of the concept of human security in the Angolan context. Regarding the specific objective, the purpose of the study was to determine the relationship between economic growth and economic security in the Angolan context. Based on the conceptual model adopted and the research objectives, the hypothesis was established that “economic growth led to the creation of enough jobs to reduce unemployment in Angola and, subsequently, resulted in people's economic security”. The study used a simple linear regression model to test the hypothesis, with economic growth as the independent variable and job vacancy as the dependent variable. The result of the study showed that the high economic growth that took place in the post-war period did not guarantee the economic security of most of the Angolan population, since it did not generate enough jobs to significantly reduce unemployment. Therefore, the study suggests that the ongoing State reform be deepened to make political and economic institutions more inclusive, with the aim of making the business environment more attractive to private investment (domestic and foreign) to allow for the diversification of the economy and sustained, inclusive and sustainable economic growth, which guarantees full and productive employment as well as decent job for all.

Keywords: *Human security, economic security, economic growth*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
Contexto da Investigação	12
Tema e Delimitação.....	13
Problema de Investigação e Pergunta de Partida.....	13
Objetivos da Investigação	16
Relevância da Investigação	17
Metodologia	18
Estrutura da Dissertação.....	21
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	23
1.1 A Visão Tradicional da Segurança: Uma Breve Abordagem.....	23
1.2 Da Teoria da Interdependência ao Conceito da Segurança Humana.....	24
1.2.1 Contribuição dos Estudos da Paz para o Surgimento do Conceito da Segurança Humana.....	26
1.2.2 A Emergência e a Consolidação do Conceito da Segurança Humana.....	27
1.2.3 Críticas ao Conceito de Segurança Humana.....	35
1.3 A Segurança Económica como uma Dimensão do Conceito da Segurança Humana	36
1.4 A Relação entre a Segurança Económica e o Crescimento Económico.....	41
1.5 Principais Determinantes do Crescimento Económico	45
1.5.1 Capital Físico.....	45
1.5.2 Mão de Obra.....	47
1.5.3 Capital Humano.....	48
1.5.4 Progresso Tecnológico	52
1.5.5 Instituições Governamentais	53
1.5.6 A Teoria de Acemoglu e Robinson	56
CAPÍTULO 2 – O EQUILÍBRIO ENTRE A SEGURANÇA DO ESTADO E A SEGURANÇA HUMANA EM ANGOLA	60
2.1 Breve Retrospectiva Sobre o Ambiente de Segurança em Angola: Da Guerra à Paz (1975 – 2002) 60	
2.2 A Segurança do Estado na Agenda do Governo de Angola	62
2.3 A Segurança Humana na Agenda do Governo de Angola	65
CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE AS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E A GERAÇÃO DE EMPREGO NO CONTEXTO ANGOLANO	70
3.1 O Capital Físico e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola. 70	
3.2 A Mão de Obra e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola.. 78	

3.3 O Capital Humano e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola	80
3.4 O Progresso Tecnológico e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola	82
3.5 As Instituições Governamentais e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola.....	87
3.5.1 Breves Considerações Sobre a Reforma do Estado em Curso em Angola.....	93
3.6 Desemprego, Emprego Precário e (In)Segurança Económica em Angola.....	95
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADO.....	100
4.1 Análise de Dados.....	100
4.2 Discussão de Resultado	102
CONCLUSÕES.....	106
Limitações	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXOS.....	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMACN - Assaltos à Mão Armada Contra Navios.

APSA - *American Political Science Association*

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Africano

BNA - Banco Nacional de Angola

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica

CIA - *Central Intelligence Agency*

COPRI - *Copenhagen Peace Research Institute*

CPI - *Corruption Perception Index*

CSH - Comissão de Segurança Humana

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECP - Estratégia de Combate à Pobreza

ELP - Estratégia de Longo Prazo

EUA - Estados Unidos da América.

FAA - Forças Armadas Angolanas

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FAR - Forças Armadas Revolucionária de Cuba.

FIR - Folha de Informação Rápida

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

ICISS - *International Commission on Intervention and State Sovereignty*

I&D - Investigação e Desenvolvimento

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEA - Inquérito ao Emprego em Angola

IES - Instituição de Ensino Superior

IGI - Índice Global de Inovação

IIDH - *Instituto Interamericano de Derechos Humanos*

INEFOP - Instituto Nacional Emprego e Formação Profissional.

MFA - Movimento das Forças Armadas

MENA - *Middle East and North Africa*

MAPTSS - Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

MINTTICS - Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OPSA – Observatório Político e Social de Angola

PAD - Programa de Apoio à Descentralização

PARSJ - Programa de Apoio à Reforma do Sistema Judicial

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNFQ - Plano Nacional de Formação de Quadros

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNCTI - Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

PIB - Produto Interno Bruto

PRAP - Programa de Reforma da Administração Pública

PTF - Productividade Total dos Factores

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

RDC - República Democrática do Congo.

R2P - *Responsibility to Protect*

SADC - *Southern African Development Community*

SADF - *South Africa Defense Force.*

SIDA - *Swedish International Development Agency*

SIMTIC - Sistema Integrado de Monitorização das Tecnologias de Informação e Comunicação

THE - *Times Higher Education*

UAL - Universidade Autónoma de Lisboa

UCA - Universidade Católica de Angola

UNESCO - *United Nation Education, Science and Culture Organization*

UNICEF - *United Nations International Children's Emergency Fund*

UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola

UNDP – *United Nations Development Program*

USAID - *United States Agency for International Development*

USD - *United States Dollars*

WGI - *World Governance Indicators*

WDI - *World Development Indicators*

WIPO – *World Intellectual Property Organization*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Africa.....	64
Figura 2: Gráfico do PIB (Mil Milhões USD e Preço Médio de Barril do Petróleo (USD)).....	72
Figura 3: Gráfico Sobre IDE em Angola 2022	73
Figura 4: Gráfico Ilustrando a Contribuição da Agricultura, Indústria Transformadora e Petróleo no PIB (%).....	74
Figura 5: Taxa de Crescimento do PBI de Angola (%)	78
Figura 6: Gráfico Sobre IDH de Angola, 2002 - 2022	82
Figura 7: Gráfico Ilustrando Pedidos e Concessões de Patentes em Angola, 2019-2021	84
Figura 8: Gráfico Sobre a Posição De Angola No Ranking do “Ease Of Doing Business” do Banco Mundial, 2007-2020.....	89
Figura 9: Gráfico Ilustrando a Posição de Angola no Índice De Democracia Da EIU, 2010-2022	92
Figura 10: Gráfico Ilustrando a Pontuação de Angola no CPI	93
Figura 11: Resumo de Dados do Inquérito do Emprego em Angola (IEA) do IV Semestre de 2022.....	96
Figura 12: Gráfico Sobre Estimativas da Taxa de Desemprego	97
Figura 13: Gráfico de Dispersão Ilustrando a Relação entre PIB e Oferta de Emprego	101
Figura 14: Gráfico Ilustrando a Relação entre PIB e Oferta de Emprego	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produção de Petróleo em Angola (barril por dia) e a Média do Preço de Petróleo (USD)	72
Quadro 2: Investimento Directo Estrangeiro em Angola 2022 (US\$).....	73
Quadro 3: Contribuição da Agricultura, Indústria Transformadora e Petróleo no PIB (%)	74
Quadro 4: Média de Crescimento de alguns Sectores (%), 2003 – 2015	75
Quadro 5: Panorâmica de Emprego do Sector Petróliero entre 2002 - 2014.....	75
Quadro 6: Panorâmica Sobre Emprego na Agricultura	76
Quadro 7: Panorâmica Sobre Emprego na Indústria Transformadora.....	76
Quadro 8: Pedidos e Concessões de Patentes em Angola, 2019-2021	83
Quadro 9: Posição de Angola no Ranking do Índice Global de Inovação (IGI) de 2022	86
Quadro 10: Posição de Angola em Alguns Atributos do Easy Doing Business.....	90
Quadro 11: Pontuação e Condição de Angola no Relatório Anual Sobre Liberdade no Mundo da Freedom House	90
Quadro 12: Pontuação e Posição de Angola no World Wide Governance Index (WGI).....	91
Quadro 13: Resumo da Análise do coeficiente correlação (r), coeficiente de determinação (R^2) e coeficiente de regressão (b).....	100

INTRODUÇÃO

A presente secção aborda o contexto da investigação, o tema escolhido, a formulação do problema incluindo a pergunta de partida e a hipótese levantada, objectivos da dissertação (principal e específico), a relevância do estudo e a metodologia utilizada.

Contexto da Investigação

Wheeler e Pélissier (2016, p. 25) sugerem que o “historiador, o cientista político, o sociólogo ou antropólogo que quiser compreender o ambiente do país favorito de J.J. Monteiro terá de começar por estudar o próprio território”. O país favorito de Monteiro é Angola.

John Joachim Monteiro, ou simplesmente, J.J. Monteiro, tal como é, normalmente, referido nos círculos académicos, foi um naturalista, explorador e engenheiro de minas britânico, que trabalhou em Angola no período de 1858 a 1876, inicialmente como engenheiro nas minas de malaquite de Bembe, localizadas na actual província do Uíge, e a posterior aproveitou a sua estadia no país para estudar a fauna e a paisagem angolana, assim como os costumes dos povos de Angola. Na sequência, escreveu uma notável obra intitulada “*Angola and the River Congo*”. Em 1875, J.J. Monteiro concluiu o seu livro da seguinte forma: “Descrevi assim o melhor que me foi possível, os costumes e as produções deste belo e maravilhoso país, e ficarei feliz se a leitura deste livro servir para levar outras pessoas a explorar mais profundamente o terreno fértil que ele apresenta ao naturalista e ao geógrafo” (Wheeler e Pélissier, 2016, p. 25). Embora Monteiro se tenha referido ao naturalista e geógrafo, na verdade Angola apresenta um terreno fértil por se explorar em outras áreas de conhecimento, incluindo as áreas científicas das relações internacionais, estudos de segurança e economia.

Seguindo a sugestão de Wheeler e Pélissier (2016), o autor desta dissertação começa por descrever o contexto do presente estudo.

Angola é um país situado na parte Central e Austral do continente africano, com uma dimensão imponente, sendo um dos maiores países de África. A sua extensão territorial é de Kz 1 246 700 Km², 14,5 vezes maior que Portugal continental. A sua imponente dimensão traduz-se numa grande diversidade de clima, vegetação e relevo (Wheeler e Pélissier, 2016). Administrativamente, Angola é composta por 18 províncias, dívidas em municípios e estes por sua vez se subdividem em distritos (nas zonas urbanas) e comunas (nas zonas rurais). O último censo oficial, realizado em 2014, indicou que Angola tem uma população de 25 789 024 habitantes.

O território angolano é composto por vários grupos culturais, étnicos e linguísticos, ou seja, Angola é uma sociedade plural (Wheeler e Pélissier, 2016). Dentre os principais grupos etno-linguísticos se encontram os Ovimbundos, os Quimbundos, os Bacongos, os Lunda-Quiocho, os Hereros, os Nyaneka-Humbe, os Nganguelas, os Ambos, os Mumuila e os Mucubais. A língua oficial do país é o português, falado por mais de 70% da sua população.

O país alcançou a sua independência do domínio colonial português em 11 de Novembro de 1975, depois de uma longa guerra de libertação nacional movida pelo MPLA, a FNLA e a UNITA. Após a independência, o país foi palco de uma longa e devastadora guerra civil que opôs o governo do MPLA à UNITA, que culminou em 2002.

Tema e Delimitação

O título escolhido para esta investigação é **Avaliação da Dimensão “Segurança Económica” do Conceito da Segurança Humana no Contexto Angolano**.

Relativamente a delimitação do presente estudo, a avaliação da dimensão “Segurança Económica” do conceito da Segurança Humana no contexto angolano compreende o período entre 2002 e 2022. O horizonte temporal selecionado corresponde ao período pós-guerra, fase em que a Segurança Humana passou a ser uma prioridade na agenda governamental e no quadro legislativo angolano.

Embora o tema a ser abordado seja da disciplina de estudos de Segurança na área científica de Relações Internacionais, a presente investigação é um estudo interdisciplinar e multidisciplinar, uma vez que a sua abordagem implica relações entre conceitos da área de Estudos de Segurança, Paz e Guerra; conceitos da Teoria das Relações Internacionais; e conceitos da Teoria do Crescimento e Desenvolvimento Económico. Essas áreas de conhecimento dizem respeito simultaneamente a várias disciplinas.

Problema de Investigação e Pergunta de Partida

Em 2002, Angola alcançou finalmente a paz, depois de uma guerra civil que durou 27 anos, ceifou milhares de vidas, provocou a deslocação de mais de um milhão de pessoas e destruiu as infraestruturas socioeconómicas do país. Durante o período de guerra a dimensão militar do conceito de segurança nacional ocupou o primeiro lugar nas prioridades do Estado, uma vez que existia no país um regime de partido único e um conflito armado interno com o envolvimento de

vários exércitos estrangeiros em apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (doravante MPLA) e a União Nacional para a Independência de Angola (doravante UNITA).

Durante este período (1975-1992), a principal preocupação do Partido-Estado (entende-se por MPLA) relacionava-se com a integridade territorial face às invasões e ameaças do regime do Apartheid (África do Sul) e os ataques armados da UNITA. Em poucas palavras, no período em referência Angola estava subordinada ao imperativo da força militar e da instabilidade política, o que resultou numa prioridade total às questões de segurança militar. Na sequência, a Segurança Humana foi relegada em segundo plano (Caetano, 2021).

No entanto, com o fim da guerra em 2002, as questões de Segurança Humana passaram a fazer parte das prioridades da agenda governamental e do quadro legislativo-político do país. Por conseguinte, em 2004, o Governo de Angola elaborou a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) do Governo de Angola, dois anos após o fim do conflito armado. No âmbito da referida estratégia foram tomadas medidas para combater a alta taxa de desemprego, que na altura afectava a maioria da população angolana.

Em 2007, o governo angolano elaborou a Estratégia a Longo Prazo (ELP) – Angola 2025, tendo como um dos objetivos estratégicos “melhorar, de forma sustentada, as condições de vida população, mediante a alteração das tendências demográficas e a intervenção ativa da população no processo de desenvolvimento e de reconstrução do país” (Ministério do Planeamento, 2007, p. VI-9; Ministério da Economia e Planeamento, 2018, p. 76). A posterior, foram elaborados Planos Nacionais de Desenvolvimento para a implementação da referida Estratégia, nomeadamente o Plano Nacional de Desenvolvimento (doravante PND) de 2013 – 2017 e o Plano de Desenvolvimento Nacional (doravante PDN) de 2018 – 2022.

De acordo o PND 2013-2017, a “população e o homem angolano não podem deixar de ser o ponto de convergência de todos os resultados, políticas e ações de promoção de desenvolvimento” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012, p. 45). Para concretizar este objetivo foi elaborado a Política Nacional da População, no quadro do PND 2013 - 2017, dentre os quais constam como objetivos, (i) promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica; (ii) elevar o nível de bem estar e a independência económica da população idosa; e (iii) promover a dignidade, autonomia e a auto-suficiência económica dos indivíduos portadores de deficiência (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012).

A Política da População também faz parte do PDN 2018-2022, tendo sido ajustada para conformar ao contexto. Contudo, no essencial manteve o seu principal foco: melhorar as condições de vida da população angolana. Em suma, tanto as políticas contantes no PND 2013 – 2017 como as políticas inseridas no PDN 2018-2022 visavam atingir um crescimento económico gerador de empregos capaz de garantir a segurança humana, em geral, e a segurança económica, em particular.

Do ponto de vista do quadro jurídico-legal angolano, entre as tarefas fundamentais do Estado angolano constantes na Constituição de Angola de 2010 (artigo 21º), estão aquelas que garantem a segurança humana, incluindo (i) a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos; (ii) promover a erradicação da pobreza; e (iii) promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos (Constituição da República de Angola, 2010). A revisão da Constituição de Angola em 2021 não alterou as tarefas fundamentais do Estado no que concerne a Segurança humana, ou seja, tais tarefas ainda constam na constituição em vigor. Além disso, o direito ao emprego está consagrado na constituição angolana e cabe ao Estado assegurar este direito através de implementação de políticas de emprego (Lei n.º 18/21, 2021).

A fase da priorização das questões relativas à Segurança Humana na agenda governamental e no quadro legislativo coincidiu com um elevado crescimento do Produto Interno Bruto do país. De 2002 a 2014 Angola teve um crescimento robusto e impressionante, chegando a atingir no seu apogeu 15%, em 2005 (Banco Mundial, 2023a). Esperava-se que o elevado crescimento económico fosse a diminuir significativamente o desemprego e, por conseguinte, levaria a segurança económica da maioria da população angolana. Contudo, evidências empíricas e estudos efectuados a este respeito indicam que o acima referido crescimento da economia angolana não teve um impacto positivo na segurança económica das pessoas (Banco Mundial, 2018; CEIC – UCA, 2021). Logo, coloca-se a seguinte **pergunta**:

1. Se o crescimento económico conduz a criação de empregos e, consequentemente, a redução do desemprego, por que Angola está longe de atingir a segurança económica da maioria da sua população?

O presente estudo pretende responder esta **pergunta de partida**. Para tal, far-se-á uma avaliação da dimensão “segurança económica” do conceito da segurança humana, com enfoque na relação entre o crescimento económico e a geração de emprego, tendo em conta que a segurança

económica envolve, fundamentalmente, a garantia de um emprego para resolver os problemas estruturais, entre eles, o desemprego e o trabalho precário (Oliveira, 2009).

Na bibliografia consultada não foi possível encontrar um estudo que avalia a dimensão “segurança económica” do conceito da segurança humana no contexto angolano. No demais, importa notar que uma boa parte dos estudos encontrados na literatura sobre segurança humana são multidimensionais, conceituais e qualitativos. A revisão da literatura evidencia falta de estudos empíricos sobre o conceito de segurança humana. Nesta senda, muitos críticos do conceito associa a “segurança humana ao universo da filosofia das ideias, fardando-se a um discurso retórico que alimenta o mundo académico, sem margem de operacionalização prática” (Xavier, 2010, p. 100).

No que concerne ao paradigma positivista, aparentemente estudos empíricos quantitativos realizados nesta área do saber são raríssimos, já que a revisão da literatura não revelou nenhum.

Os argumentos precedentes são corroborados por Oliveira (2009, p. 77), que afirma que, “teoricamente, o conceito de Segurança Humana necessita de conteúdos mais precisos e a sua vinculação com outras categorias analíticas necessita ser mais exploradas, especialmente com os direitos humanos, desenvolvimento e intervenções humanitárias”. No mais, “no plano empírico, necessita-se de mais estudos de caso para averiguar a aplicabilidade do conceito, a sua utilidade como ferramenta de análise da realidade e como critério de proposta de políticas” (*ibidem*).

Oliveira (2009) entende que ainda existem lacunas na literatura a respeito do conceito de segurança humana. O autor reconhece que é uma área com potencialidades por se explorarem. De acordo com o referido autor, o “conceito de Segurança Humana traz potencialidades e debilidades, tanto no plano teórico, como prático” (Oliveira, 2009, p. 77). No entanto, “por ser um conceito (relativamente) novo, ainda há muito por fazer, de forma a ampliar as suas potencialidades e minimizar as suas deficiências. E este esforço deve ser tanto teórico, como empírico” (Oliveira, 2009, p. 77). O presente estudo responde o desafio lançado por Oliveira.

Com base no problema de investigação e na pergunta de partida, a **hipótese** estipulada é a seguinte:

H1: O elevado crescimento económico, verificado no período de 2002 a 2014, conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir significativamente o desemprego em Angola e, na sequência, garantiu a segurança económica da maioria da população angolana.

Objetivos da Investigação

Tendo em conta o problema de investigação e a pergunta de partida formulada na seção anterior, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo geral:

1. Avaliar a dimensão “segurança económica” do conceito de segurança humana no contexto angolano.

Objetivo específico:

1. Determinar a relação entre o crescimento económico e a segurança económica das pessoas no contexto angolano.

Relevância da Investigação

As situações de instabilidades políticas e conflitos armados que se vivem em muitos países da África Subsaariana tornam o estudo das questões de segurança relevante na área científica de Relações Internacionais (Caetano, 2021). Este argumento é sustentado por Oliveira (2009, p. 72) que aponta que “os Estados, para promoverem a Segurança Humana, também precisam estabelecer redes de cooperação com outros Estados, instituições multilaterais e ONGs, já que as ameaças à segurança são transnacionais”. Sendo assim, as questões de segurança humana em Angola também preocupam outros atores estatais e atores não-estatais em África e outras partes do mundo. Daí a importância do estudo da segurança humana em Angola para área temática e/ou científica das Relações Internacionais.

Além disso, a presença do aspecto económico na actual conjuntura internacional (McCormick, 2007) torna o estudo da dimensão económica da segurança humana relevante. No mais, o “emprego decente e o crescimento económico” são um dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda das Nações Unidas 2030, facto que torna relevante a avaliação da dimensão “segurança económica” do conceito da segurança humana.

Outrossim, a revisão da literatura não revelou nenhum estudo sobre avaliação da dimensão “segurança económica” da Segurança Humana em Angola. Tampouco revelou estudos empíricos quantitativos realizados nesta área do conhecimento. Esta investigação é uma tentativa para preencher esta lacuna. Sendo assim, parte-se do pressuposto que o seu resultado será um contributo para área de estudos de segurança, em particular da segurança humana.

Finalmente, o resultado do presente estudo poderá contribuir para a aplicação prática das dimensões da segurança humana constantes no quadro legislativo e na agenda governamental em Angola, ou seja, as conclusões desta pesquisa poderão servir de instrumento para a tomada de decisões nas fases de formulação e implementação de políticas públicas em Angola relativas à

Segurança Humana, em geral, e a Segurança Económica, em particular. Em suma, a importância e a relevância do tema desta dissertação justificam a realização da presente investigação.

Metodologia

Do ponto de vista do paradigma de pesquisa, o presente estudo segue uma abordagem positivista. Como Awor (2010, p. 92) aponta, a abordagem positivista permite que “explicações conceituais e teóricas sejam desenvolvidas e testadas por observação empírica, que é um aspecto da pesquisa dedutiva”.

Em relação à lógica de pesquisa, existem duas abordagens principais: (1) dedutiva e (2) indutiva. A abordagem dedutiva consiste em desenvolver hipóteses a partir da “teoria existente e, em seguida, projetar uma estratégia de pesquisa para testar a hipótese” (Wilson & Chaddha, 2010, conforme citado em Alsulamy, 2015, p. 91). Na abordagem indutiva, a teoria segue os dados (sequência teoria-método-dados-descobertas). Por envolver teste de hipótese, este estudo é guiado por um paradigma positivista e se baseia na lógica dedutiva.

O presente estudo emprega um método quantitativo por ser mais adequado para testar hipóteses. A razão para escolher uma abordagem quantitativa está em conformidade com a visão de Hair et al. (2007, p. 153) que argumentam que “as abordagens quantitativas fornecem objetividade em que as hipóteses são testadas pela aplicação de critérios estatísticos”. Eyisi (2016, p. 96) remata no mesmo sentido: “O uso de hipóteses, teorias e variáveis torna o trabalho do positivista claro e elucidativo para os leitores e pesquisadores subsequentes. Tal pesquisador considera os estudos anteriores feitos sobre o tema, campo ou área por pesquisadores anteriores a ele”.

Considerando que a hipótese estabelecida tem uma variável independente e uma variável dependente, o presente estudo utiliza o modelo de regressão linear simples para testá-la. O *Software Microsoft Excel* será usado para gerar gráficos e quadros para descobrir tendências e facilitar a análise dos dados coletados, assim como para testar a hipótese estabelecida.

No modelo de regressão linear, a relação entre a variável independente e a variável dependente é considerada linear. O modelo de regressão linear simples subjacente é:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X$$

Onde:

Y = Variável dependente (oferta de emprego)

X = Variável independente (Produto Interno Bruto)

β_0 = Interceptor (valor de Y quando X = 0)

β_1 = Inclinação da linha de regressão

Esta pesquisa envolverá análises descritivas e coleta de dados secundários de várias fontes para determinar a relação entre o crescimento económico e a geração de emprego. Os dados para as variáveis utilizadas no presente estudo, foram obtidos através de leituras dos relatórios e *working papers* do Banco Nacional de Angola (BNA), Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Estatística (INE), Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCA), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, *United States Agency for International Development* (USAID), *Swedish International Development Agency* (SIDA). Dados suplementares foram obtidos, pessoalmente pelo autor, no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (ver Anexo 9).

A análise de dados compreende o período entre 2002 e 2022. Tal como já foi referido, o horizonte temporal selecionado corresponde ao período pós-guerra, fase em que a segurança humana passou a ser uma prioridade na agenda governamental e no quadro legislativo angolano. No entanto, para a análise de regressão linear simples e a análise de correlação foram utilizados apenas dados do período de 2002 a 2014, fase do crescimento da economia angolana. Após este período, a economia angolana entrou numa fase de recessão cujos efeitos negativos perduram até hoje. Os dados sobre a oferta de emprego referentes aos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 são baseados em estimativas, em consonância com Hair et al. (1997, p. 305).

O presente estudo assume, em consonância com a Lei de Okun (Okun, 1962), que existe uma relação inversa entre o PIB e o desemprego. Dito de outro modo, o crescimento económico aumenta o número de empregos numa economia e, na sequência, reduz o desemprego. Por conseguinte, presume-se que o elevado crescimento económico verificado em Angola, no período de 2002 a 2014, criou (ou deveria ter criado) empregos suficientes para reduzir o desemprego e, por conseguinte, resultou (ou deveria ter resultado) na segurança económica da maioria da população angolana.

No presente estudo não é possível testar a relação estatística existente entre o crescimento económico e o desemprego com base na Lei de Okun, dada a ausência de dados credíveis sobre a taxa de desemprego em Angola. Segundo o economista angolano Jonuel Gonçalves, as taxas de desemprego reportado oficialmente apenas refletem quem trabalhou em uma actividade formal e

perdeu essa condição, sendo impossível determinar quantas pessoas estão desempregadas ou têm emprego informal, geralmente precário (Gonçalves, 2021).

Na mesma linha, Salomão (2015, para. 23) aponta que “matérias concernentes ao desemprego em Angola não são de trato fácil, devido a complexidade que a temática em si encerra, a julgar também pela exiguidade de informação que se regista [...]”. Ainda de acordo com Salomão (2015, para. 17), “os dados estatísticos referentes ao desemprego ainda são contraditórios, pois as informações apresentadas referem-se na sua maioria em projecções e estimativas realizadas, a maior parte realizada com base em uma densidade populacional angolana desfasada da realidade”. Na mesma linha, o EIU (2023) aponta que os dados estatísticos demográficos fiáveis referentes a Angola são raros.

No mais, o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola tem chamado atenção nos seus Relatórios Económicos de Angola sobre as discrepâncias entre o INE e as estatísticas de outras instituições do Governo relativamente aos dados do emprego (CEIC-UCA, 2014, p. 225). O próprio INE apenas começou a realizar inquéritos sobre emprego em Angola, de uma forma regular, a partir de 2019 e os resultados apresentados têm sido sujeitos a críticas acirradas, principalmente, da sociedade civil e dos sindicatos.

Face a esta limitação, o estudo utiliza o número de vagas de emprego (oferta de emprego) como unidade de medida. Neste caso, a relação estabelecida é entre o valor do PIB e o número de vagas de emprego (oferta de emprego). O uso de oferta de emprego como um indicativo da situação de emprego/desemprego num país é defendido por várias instituições e estudos. Segundo o Bureau de Estatística da Australia, vários governos e institutos de investigação usam as variações no número de oferta de emprego para modelagem económica e estimativas de emprego e crescimento económico, ou seja, “*changes in the number of job vacancies are used by a number of governments and other research agencies for economic modeling, and for forecasting employment and economic growth*” (Australian Bureau of Statistics, 2003, para. 12). Adicionalmente, a referida instituição aponta que a oferta de emprego é um importante indicador da demanda de emprego atual e futuro e apresentou um gráfico que demonstra que existe uma relação entre a oferta de emprego e o aumento do emprego: “[...] *there is a relationship between change in the number of job vacancies and growth in employment*” (Australian Bureau of Statistics, 2003, para. 12).

Esta visão é corroborada pelo Bank of Ghana (2007) que defende, que na ausência de dados sobre o desemprego, se pode utilizar o número de postos de trabalho anunciados pelas empresas

nos jornais, centros de empregos e outros locais. Segundo esta instituição, quando os dados sobre a empregabilidade não são credíveis, as vagas de emprego anunciadas pelas empresas podem ser utilizadas para avaliar a situação do mercado de emprego numa economia, isto é,

“In the absence of regular labour force surveys ... and poor data on employment, advertised job vacancies which shows employers’ intentions to recruit provides a gauge for possible employment growth and could serve as a good barometer to measure the overall job creation potential of the economy” (Bank of Ghana, 2007, para. 3).

Ainda de acordo com o Bank of Ghana (2006), o aumento nas vagas de emprego tem o impacto de reduzir o desemprego num país, tendo observado que *“job vacancies represent employers demand for labour and increasing new job vacancies can have the impact of reducing the unemployment rate and also serve as an indicator of labour market conditions with implications for inflationary pressures”* (Bank of Ghana, 2007, para. 4).

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação é composta por uma introdução, quatro capítulos e conclusões. A parte introdutória aborda o contexto da investigação, o tema escolhido, a formulação do problema, objectivos da dissertação, a relevância do estudo e a metodologia utilizada. Seguem-se quatro capítulos, onde o autor aborda em pormenores matérias relacionadas com o presente estudo.

No primeiro capítulo, o autor faz um enquadramento teórico sobre a visão tradicional da segurança com enfoque no realismo, a teoria da interdependência, o conceito da segurança humana, a contribuição dos estudos da paz para o surgimento do conceito da segurança humana, a relação entre a segurança económica e o crescimento económico. Neste capítulo o autor analisa também a segurança económica como uma dimensão do conceito da segurança humana.

No segundo capítulo, o autor aborda o equilíbrio entre a segurança clássica (militar) e a segurança humana no contexto angolano. Para tal, faz uma retrospectiva da evolução do ambiente de segurança em Angola e uma análise sobre a posição da segurança do estado e da segurança humana na agenda do Governo de Angola no período pós-guerra.

No terceiro capítulo, o autor avalia a influência das determinantes do crescimento económico na geração de emprego em Angola. Para tal, analisa a influência do capital físico, da mão de obra, do capital humano, do progresso tecnológico e das instituições governamentais no crescimento económico e na geração de emprego em Angola.

Finalmente, no quarto capítulo o autor efectua a análise de dados e discute o resultado do estudo. O estudo termina apresentando as conclusões, recomendações, limitações e sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo faz um enquadramento teórico sobre o tema escolhido, começando por abordar a visão tradicional da segurança com enfoque no realismo, e a seguir um conjunto de teorias e conceitos, nomeadamente a teoria da interdependência, o conceito da segurança humana, a contribuição dos estudos da paz para o surgimento do conceito da segurança humana, a relação entre a segurança económica e o crescimento económico. Além disso, este capítulo também analisa a segurança económica como uma dimensão do conceito da segurança humana e aborda as principais determinantes do crescimento económico.

1.1 A Visão Tradicional da Segurança: Uma Breve Abordagem

A centralidade do Estado nas questões de segurança remonta ao ano de 1648 quando foram assinados um conjunto de tratados que inaugurou o moderno sistema internacional, pois foram acatados consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal e o de Estado-Nação. Deste conjunto de diplomas surgiu a noção de que uma paz duradoura dependia de um equilíbrio de poder, posteriormente reforçada e aprofundada no Congresso de Viena, em 1815, e no Tratado de Versalhes, em 1919.

Contudo, segundo Amaral (2008 citado por Silva et al., 2018, p. 7), a segurança ficou consagrada nos estudos realistas como a “ausência de ameaças militares de origem externa à sobrevivência ou à soberania do Estado-nação em um sistema internacional anárquico”. Esta visão de pensar a segurança implicava pensar a guerra. Sendo assim, “pensar a guerra era pensar a violência. E pensar a violência nos levaria a pensar a segurança” (Amaral, 2008, p. 37 citado por Silva et al., 2018, p. 7). Vale ressaltar que esta forma de pensar a segurança predominou até ao surgimento das contraposições a esta visão, nos meados de 1970.

Voltando a teoria realista, importa destacar que um dos mais destacados estudiosos desta corrente é o cientista político alemão - americano Hans Morgenthau. Este eminente académico foi um acérrimo defensor do realismo e contribuiu bastante no desenvolvimento e consolidação do arcabouço teórico desta corrente de pensamento. Entre 1943 e 1971, Hans Morgenthau foi professor da Universidade de Chicago, tendo consolidado a visão realista que dominou o debate em questões de segurança durante o período auge da guerra fria.

Morgenthau alinhou com Edward Carr, historiador, jornalista e teórico das relações internacionais britânico, na crítica à visão idealista das relações internacionais, ressaltando que a

paz mundial é a apenas possível através de mecanismos de equilíbrio de poder. Contudo, o pensamento de Morgenthau se destaca por ter desenvolvido “as bases teóricas do realismo moderno, que acabou sendo a perspectiva dominante na área das relações internacionais dos anos 40 até meados da década de 1970” (Reis, 2012, para. 1).

Morgenthau desenvolveu as bases teóricas do realismo na sua obra “A Política entre Nações: A Luta pelo poder e pela Paz, publicada em 1948, tendo estabelecido os seis princípios da visão realista das relações internacionais. Relativamente ao poder, Morgenthau (2003) entendia que “o interesse do Estado é sempre configurado em termos de poder” (Reis, 2012, para. 5) e que “as relações entre nações sempre foram definidas em termos de poder” (Reis, 2012, para. 6).

Na visão realista, a guerra é inevitável porque os Estados querem sempre maximizar o poder, tornando o Estado o elemento central das questões de segurança. Em síntese, tal como refere Tomé (2010, p. 34), na perspectiva realista, “o Estado é não só o principal actor como a referência quase exclusivamente de Segurança, ou seja, Segurança do Estado e pelo Estado”.

Com Morgenthau o realismo tornou-se o paradigma dominante na área das relações internacionais e manteve esta posição até os meados dos anos 1970, quando a sua relevância começou a ser questionado nos círculos académicos e nos organismos internacionais.

As obras de Morgenthau influenciaram bastante o debate em torno de questões de segurança durante a Guerra Fria, confinando as discussões às “dimensões política (luta pelo poder) e militar (em particular, com as capacidades militares que os Estados teriam de desenvolver) e ao uso da força como principal instrumento de resposta para lidar com as ameaças” (Escorrega, 2009, p. 8).

Contudo, o fim da Guerra Fria criou o cenário ideal para o surgimento e a consolidação de novas abordagens sobre o conceito de segurança, permitindo o desenvolvimento e a consolidação do conceito da segurança humana.

1.2 Da Teoria da Interdependência ao Conceito da Segurança Humana

Insatisfeitos com o realismo, ou seja, com o “modelo realista”, Keohene e Nye (1977) desenvolveram a “teoria da interdependência”. Contudo importa destacar que antes de terem cunhado o termo interdependência como um arcabouço conceitual, ambos autores tiveram um longo percurso académico que os levou a esta posição.

Joseph Nye formou-se na Universidade de Harvard, onde obteve o grau académico de Doutor em Ciência Política e a posterior tornou-se professor da mesma universidade em 1964. Mais tarde, ocupou vários cargos na *John F. Kennedy School of Government*, tornando-se director da

referida instituição em 1995. Durante a década de 1960 trabalhou, inicialmente, com o conceito de “integração regional”, assim como elaborou alguns casos de estudos sobre o Leste de África e América Central, tendo incluído nos referidos estudos o tema de formação de mercados comuns (Hoeveler, 2017).

Já nos 1970, Nye teve como referência Ernesto Haas, um autor funcionalista, cuja abordagem defendia que (i) “uma melhor actuação das organizações internacionais implicava em compartimentar as questões já que as organizações de carácter técnico ou específico funcionam melhor do que as que tinham objectivos amplos e gerais, como seria o caso da própria Liga das Nações” (Hoeveler, 2017, p. 41); (ii) e a “cooperação é preferível à competição por ser mais eficiente” e benéfica (Hoeveler, 2017, p. 40).

Posteriormente, isto é, em 1972, Nye e Ernest Haas publicaram uma obra sobre gestão de conflitos através de organizações internacionais, reunindo no livro dados sobre “146 disputas em diferentes regiões do mundo que foram manejados por organizações ou internacionais no período entre 1945 e 1970” (Hoeveler, 2017:40).

Robert Keohene, por sua vez, também cientista político, foi editor do reputado jornal internacional *Organization* (1974 - 1980), membro do painel da Ciência Política da *National Science Foundation* e actualmente é professor emérito da Universidade de Princeton. Keohane também já ocupou a presidência da prestigiada *American Political Science Association* (APSA). Antes de se juntar a Nye, Keohene estudou a formação de grupos de pressão de países pequenos na Assembleia Geral das Nações Unidas, um fenómeno que se tornou preocupação para os países imperialistas a partir de 1960 (Hoeveler, 2017, p. 41).

De entre várias obras, Nye e Keohene, publicaram, em 1977, o livro “*Power and Interdependence*”, onde rejeitaram tanto o “realismo político entendido como uma visão dominada pelo medo constante de conflitos militares” e se diferenciavam daqueles que eles consideravam como “popularizadores da interdependência económica” (Hoeveler, 2017, p. 41), pois esses autores viam um ofuscamento quase total do Estado - Nação por actores “não - territoriais como corporações multinacionais e movimentos sociais transnacionais” (Hoeveler, 2017, p. 41).

Ao contrário das posições da escola realista fundada por Hans Morgenthau, que defende que, “a natureza humana sempre aspira poder e esta característica invariante está enraizada nas relações entre os Estados, dominadas exclusivamente pelo interesse e acumulação de poder”

(Oliveira, 2009, p. 69), a teoria da interdependência entende que o “Estado não é único ator das Relações Internacionais” (Oliveira, 2009, p. 69), dando relevância a outros atores não estatais.

Por conseguinte, enquanto que para os realistas, a “segurança é compreendida como a maneira pelo qual os Estados se utilizam para fazer frente às ameaças dos outros Estados, que possam interferir no seu território, autonomia ou soberania estatal” (Oliveira, 2009, p. 69), a teoria da interdependência entende que “a força não é o instrumento político de maior importância, a manipulação econômica e o uso das organizações internacionais passam a ter grande relevância para a resolução de conflitos internacionais” (Oliveira, 2009, p. 69).

Em síntese, para a teoria da interdependência, a “segurança, no seu aspecto militar, não é objetivo principal da política internacional, o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável passam a ter destaque” (Di Sena, 2003 citado por Oliveira, 2009, p. 69).

1.2.1 Contribuição dos Estudos da Paz para o Surgimento do Conceito da Segurança Humana

Além da teoria da interdependência, outras áreas científicas contribuíram para a emergência do conceito da Segurança Humana. Neste sentido, um contributo importante para o surgimento do conceito da Segurança Humana advém dos estudos da paz, das quais se destacam as preposições de Johan Galtung.

Em contraposição ao tradicionalismo vigente em plena guerra fria, o sociólogo Norueguês Johan Galtung (1969) propôs a alteração do “conceito chave que balizava os estudos de segurança, os quais eram muito centrados nas concepções de ‘guerra’, ‘segurança’ e ‘defesa nacional’ (Maciel e Duarte, 2019, p. 750). Partindo da ideia de paz, Galtung (1969) sugeriu que as pesquisas desta área “poderiam ampliar o conjunto de questões relativas ao seu escopo, incluindo o nexo que envolve segurança e desenvolvimento” (Maciel e Duarte, 2019, p. 750). Na sequência, surgiram novas abordagens das quais se podem destacar o estudo sobre a violência estrutural que incluiu “assuntos não militares nas questões de segurança internacional” (Maciel e Duarte, 2019, p. 750), tendo contribuído bastante para colocar o homem como objecto central e de referência na forma de pensar a segurança.

Galtung (1969) identificou duas dimensões distintas e antagónicas para a paz, nomeadamente a paz negativa e a paz positiva. A primeira é a mera ausência de guerra, porém mantém a predisposição das pessoas para a violência estrutural derivada das injustiças económicas e sociais, uma vez que a paz vivida na sociedade não garante a segurança humana (Werner, 2020). A segunda é um contraponto a paz negativa (ausência da violência) e envolve a “construção de

uma mútua compreensão e cooperação na construção de uma sociedade melhor e do fortalecimento do espaço social de convívio tanto no plano nacional quanto internacional” (Werner, 2020, p. 77).

É evidente que para Gultang (1975) a paz é muito mais do que a calar das armas. A ausência da guerra, ou seja, a paz implica a eliminação das condições que “impedem o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, como a pobreza, a desigualdade social, os regimes autoritários” (Oliveira, 2009, p. 69).

Essas condições citadas por Gultan podem ser agrupadas em cinco grandes manifestações da violência: (i) a violência directa; (ii) a privação de necessidades básicas; (iii) a privação de liberdade; (iv) alienação das três primeiras manifestações, chamada de violência estrutural; e (v) a violência contra o meio ambiente (Oliveira, 2009, p. 70).

A re-intensificação da Guerra Fria na primeira metade da década de 80 levou ao aparecimento na Europa de um movimento interessado na busca de uma política de segurança genuinamente europeia (Oliveira, 2009). Na sequência, é fundada, em 1985, o *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), conhecido nas lides académicas como a Escola de Copenhague (Oliveira, 2009). Barry Buzan (citado por Oliveira, 2009, p. 70), um dos expoentes da referida escola, defende que os estudos de segurança “devem incorporar tanto as ameaças militares tanto aquelas advindas das áreas política, económica, ambiental e societal”.

1.2.2 A Emergência e a Consolidação do Conceito da Segurança Humana

A análise precedente demonstra claramente que o surgimento do conceito de segurança humana, tal como está hoje concebido, é o culminar de um longo processo de debates nos círculos académicos e em alguns organismos orientados principalmente aos estudos de paz, desarmamento e resolução de conflitos, e nas esferas governamentais de alguns países, particularmente nos Estados Unidos da América. Com o fim da Guerra Fria no início da década de 90 e o surgimento da globalização contemporânea são criadas as condições para a reformulação do conceito de segurança internacional (Oliveira, 2009). Desta forma, emerge o conceito da Segurança Humana em 1994, no relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano.

Em 1994, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (doravante PNUD) lança no seu relatório anual - *Informes Sobre o Desenvolvimento Humano*- o conceito de Segurança Humana. O relatório recomendou uma transição conceitual profunda da “segurança nuclear” (entende-se por segurança militar), para a Segurança Humana” (Oliveira, 2009, p. 72).

Nesta senda, o PNUD definiu o significado da segurança humana como, em primeiro lugar, segurança contra ameaças crônicas como a fome, a doença e a agressão, e, em segundo lugar, como protecção contra perturbações súbitas e profundas no padrão da vida quotidiana - seja nos lares, nos empregos ou nas comunidades.

No referido relatório, o PNUD (1994, p. 22) argumentou que a segurança humana tem quatro características essenciais, nomeadamente:

- “A segurança humana é uma preocupação universal porque é “relevante para as pessoas em todo o mundo, nos países ricos e pobres. Existem muitas ameaças que são comuns a todas as pessoas” (PNUD, 1994, p. 22).
- As componentes da segurança humana são interdependentes, uma vez que “a segurança das pessoas está ameaçada em qualquer parte do mundo, é provável que todas as nações se envolvam” (PNUD, 1994, p. 22).
- A segurança humana é “mais fácil de garantir através da prevenção precoce do que através de uma intervenção posterior” (PNUD, 1994, p. 22).
- A segurança humana é centrada nas pessoas. “Preocupa-se com a forma como as pessoas vivem e respiram numa sociedade, com que liberdade exercem as suas muitas escolhas”. (PNUD, 1994, p. 22).

Na sequência da emergência do conceito de Segurança Humana aparece, nos anos 90, debates sobre a sua conceitualização teórica. Seguidamente, surgiram duas grandes interpretações denominadas de enfoque amplo e enfoque restrito (Oliveira, 2009, p. 73):

- O enfoque amplo está centrado na definição do PNUD que “está associada à do desenvolvimento humano e de um mínimo de bem-estar nas dimensões alimentar, sanitária, ambiental, etc.” (Oliveira, 2009, p. 73).
- O enfoque restrito define a Segurança Humana como “a protecção diante da violência física em contextos de conflitos”, uma definição apresentada pelo governo do Canadá e a posterior adotada pela Rede de Segurança Humana (acordo bilateral entre Canadá e Noruega em 1998). (Oliveira, 2009, p. 73).

Estas interpretações geraram debates controversos entre defensores de uma interpretação mais restrita do conceito de segurança humana (deve haver uma separação entre o desenvolvimento e a segurança) e aqueles que advogam uma interpretação mais ampla da segurança humana (a

segurança das sociedades é medida em termos de indicadores de desenvolvimento humano) e os mais críticos que esvaziavam o conceito de qualquer validade académica (Xavier, 2010).

A revisão da literatura revelou falta de uma definição clara, comum e consensual. Já foram elaborados múltiplos estudos académicos sobre o conceito, vários relatórios sobre a sua aplicação foram publicados e diversos programas de segurança humana foram criados, no entanto, o conceito de segurança humana continua a ser contestado, não existindo uma definição consensual, e a “questão ‘o que é SH? perdura e ainda sem uma resposta unânime” (Barbosa, 2014, p. 2), sujeitando a segurança humana a múltiplas interpretações e críticas (Barbosa, 2014).

Para os defensores do enfoque amplo, a segurança humana preocupa-se com a vulnerabilidade humana em geral e, portanto, abrange todas formas de ameaças, incluindo a violência política organizada reconhecida no conceito restrito, outras formas de violência, bem como ameaças de catástrofes naturais, doenças, degradação ambiental, fome, desemprego e crise económica (Fakuda-Parr e Messineo, 2014). Fakuda-Parr e Messineo (2014) identifica os proponentes do enfoque amplo, nomeadamente os documentos da ONU sobre segurança humana desde 1994, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do PNUD de 1994, o Conselho Europeu e o Grupo de Barcelona, a Comissão de Segurança Humana, o Governo do Japão, bem como bem como académicos como Beebe e Kaldor (2008), Chen e Narasimhan (2003), King e Murray (2001), Tadjbakhsh e Chenoy (2007), Thomas (2000) e vários outros.

Em síntese, o enfoque amplo se preocupa e considera uma “variedade de ameaças à integridade humana” (Rocha, 2017, p. 273) e estabelece a “necessidade de a pessoa ser livre do medo da violência de crimes e guerras (*freedom from fear*) e de estar livre de necessidades, vontades ou vulnerabilidades (*freedom from want*)” (Rocha, 2021, p. 273). Esta abordagem abrangente se centra na definição do PNUD, que está associada à satisfação do desenvolvimento humano e de um mínimo de bem-estar nas dimensões alimentar, sanitária, ambiental (Rocha, 2021).

No seu relatório, o PNUD identificou sete dimensões da segurança humana interdependentes, nomeadamente (UNDP, 1994, pp. 24, 25):

- Segurança Económica: A segurança económica envolve, fundamentalmente, a garantia de um emprego produtivo e remunerativo que permite o indivíduo satisfazer as suas necessidades básicas. Na ausência de um emprego produtivo e remunerativo, o Estado deve garantir ao indivíduo um sistema de segurança financiado com recursos públicos.

- Segurança alimentar: O Estado deve assegurar-se que todas as pessoas tenham acesso imediato aos alimentos básicos, quer por via do seu poder aquisitivo ou rendimento, plantação ou fornecimento da parte do Estado através de um sistema público de distribuição de alimentos.
- Segurança sanitária: O Estado deve prover a todas as pessoas acesso aos serviços de saúde quer seja por via de um serviço nacional de saúde ou através de outras formas de acesso ao sistema nacional de saúde.
- Segurança ambiental: O Estado deve tomar medidas que evitem a degradação dos ambientes naturais, fundamentalmente o desmatamento, a poluição do ar e da água.
- Segurança pessoal: O Estado deve prover segurança as pessoas face à violência a integridade física “seja do Estado (tortura), de Estados (guerra), de outros indivíduos (violência urbana, crimes, tráfico de droga e órgãos humanos” (Silva e Azevedo, 2019, p. 255).
- Segurança comunitária: o Estado deve assegurar-se e criar condições para que as pessoas sejam capazes de obter a segurança através da sua participação em grupo, família, comunidade e grupo étnico. Desta forma, as pessoas podem “manifestar a sua identidade cultural e valores em conjunto” (Silva e Azevedo, 2019, p.255).
- Segurança política: o Estado deve garantir que as todas as pessoas vivam numa sociedade que respeite os seus direitos humanos fundamentais, tomando medidas que impedem a sua efectivação, ou seja, as pessoas não podem estar sujeitas a “repressão política por parte do Estado, a tortura, os desaparecimentos, as detenções ilegais, etc.” (Silva e Azevedo, 2019, p.255).

Já os defensores do enfoque restrito do conceito da segurança humana abordam apenas as “consequências humanas do conflito armado e nos perigos que eles apresentam aos civis por governos repressivos e por situações de falência estatal” (Rocha, 2021, p. 275), ou seja, “foca nas ameaças à integridade física ao invés de incorporar questões de desenvolvimento humano e empoderamento (Rocha, 2021, p. 275).

Segundo Fakuda-Parr e Messineo (2012), a formulação restrita centra-se nas ameaças de violência, particularmente na violência política organizada, e é utilizada pela Rede de Segurança Humana da ONU, pelos Relatórios Anuais de Segurança Humana e por académicos como MacFarlane e Khong, na qual especificam a segurança humana como “liberdade da violência

organizada”, isto é (1) cometida por um perpetrador identificável e (2) não é aleatória, mas sim organizada de uma forma que “torna essa violência potente” (MacFarlane e Khong 2006, p. 245). Para estes proponentes da definição restrita, a definição ampla é demasiado abrangente para ser útil (MacFarlane e Khong 2006; Mack, 2002), ao contrário da definição restrita, cujo foco enfatiza a necessidade mais imediata de capacidade de intervenção, em vez de planejamento estratégico a longo prazo e investimento para o desenvolvimento sustentável e seguro” (Liotta e Owen 2006, p. 43 citado por Fakuda-Parr e Messineo, 2012).

Fakuda-Parr e Messineo (2012) notaram que no seu relatório de 2003, *Segurança Agora: Proteger e Capacitar as Pessoas*, a Comissão de Segurança Humana (CHS) ofereceu uma definição que se sobrepõe consideravelmente ao RDH de 1994, mas também tentou colmatar a lacuna entre as versões “restrita” e “ampla”. Absteve-se de discriminar as ameaças à segurança humana, referindo-se, em vez disso, a um amplo conjunto de “direitos e liberdades elementares de que as pessoas desfrutam”, formando um “núcleo vital”. Sendo assim, a definição da Comissão de Segurança Humana (CHS) vai além do conceito de segurança humana consagrado no relatório do PNUD e define a segurança humana como:

Proteção das liberdades fundamentais e liberdades que são a essência da vida. Significa proteger as pessoas de ameaças e situações críticas (graves) e difusas (generalizadas). Isso significa a utilização de processos que construam pontos fortes e as aspirações nas pessoas. Isso significa a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicas, militares e culturais que em conjunto dão as pessoas os elementos básicos de sobrevivência, subsistência e dignidade (CSH 2003, p. 4).

Thomas (2000, 2004 citado por Rocha, 2017, p. 41) vê a segurança como “a provisão de necessidades materiais básicas e a realização da dignidade humana, incluindo a emancipação das estruturas de poder opressoras, de escopo e origem globais, nacionais ou locais”. A definição de Thomas denota uma abordagem mais ampla do conceito de segurança humana.

Para Mary Kaldor (citado por Rocha, 2017, p. 19) a segurança humana é a “defesa dos indivíduos e de suas comunidades ao invés de segurança dos Estados e dos princípios que esclarecem as diferenças relativas às abordagens convencionais da segurança e do desenvolvimento, ressaltando a primazia dos direitos humanos, autoridade política legítima, multilateralismo e abordagem *button up* e regional”.

No entendimento de Rocha (2017), a segurança humana envolve aspectos tais como a capacidade de identificar e evitar as ameaças sempre que possível, assim como mitigar as ameaças quando elas ocorrem. Segundo esta autora, no seu sentido específico a segurança humana engloba a ideia de que a “segurança vai além do mero conceito de segurança física no sentido tradicional,

e incorpora a perspectiva de que a vida das pessoas deve ser garantida através da segurança social contra distúrbios repentinos (Tadjbakhsh, 2005 citado por Rocha, 2017, p. 19).

Nesta senda, Rocha (2017) argumenta que a segurança humana é composta de duas partes indissociáveis: desenvolvimento e proteção. A parte de desenvolvimento releva o desenvolvimento humano e fontes económicos de desenvolvimento. A parte da proteção prioriza a proteção física. Portanto, para Rocha (2017, p. 19), “prover segurança humana se traduz em iniciativas para construir um ambiente seguro para o desenvolvimento humano em relação de mútua influência”.

Já Thakur (2004 citado por Rocha, 2017, p. 40) entende que a segurança humana se preocupa com a “proteção de pessoas de perigos que ameaçam a vida delas” independentemente da origem dessas ameaças. Esta definição denota uma compreensão ampla do conceito.

Para Nef (2006 citado por Maciel e Duarte, 2019, p. 752), a segurança humana baseia-se na noção de “vulnerabilidade mútua”, ou seja, a interdependência global torna a segurança das camadas mais desenvolvidas e aparentemente mais protegida condicionada à situação de vulnerabilidade e insegurança extrema das camadas mais frágeis. Por conseguinte, em um mundo onde existem vulnerabilidades e insegurança extrema, todos serão vulneráveis, até certo ponto. Logo, no entendimento de Nef (2002 citado por Maciel e Duarte, 2019, p. 749), o tema central da segurança humana está relacionado com a “redução do risco colectivo (e partilhado), por meio de análises, decisões, ações e prevenções para reduzir, além de suas expressões sintomáticas, as causas e circunstâncias da insegurança”.

Thakur e Newman (2004, p. 4) colocam o homem no centro da segurança humana e argumentam que,

Human Security is concerned with protection of people from critical and life-threatening dangers, regardless of whether the threats are rooted in anthropogenic activities or natural events, whether they lie within or outside states, and whether they are direct or structured. It is ‘human centered’ in that its principal focus is on people both as individuals and as communal groups. It is ‘security oriented’ in that the focus is on freedom from fear, danger and threat (Thakur & Newman, 2004, p. 4).

O conceito de segurança humana deve ser distinguido dos conceitos de desenvolvimento humano e dos direitos humanos (PNUD, 1994; Rocha, 2017). No entanto, o conceito de segurança humana, algumas vezes, é confundido com estes dois conceitos. Rocha (2017) chama atenção no sentido de se ter cautela para “distinguir de forma adequada segurança humana, desenvolvimento humano e direitos humanos, uma vez que todos estão entrelaçados na preocupação directa com a melhoria da natureza das vidas humanas, mas os conceitos possuem distinções entre si” (Rocha, 2017, p. 20).

Na mesma linha, no seu relatório de 1994, o PNUD alertou para se distinguir o conceito da segurança humana do conceito de desenvolvimento humano: *“in defining security, it is important that human security not be equated with human development”* (UNDP, 1994, p. 23).

No entanto, reconhecia que existe uma ligação entre segurança humana e desenvolvimento humano: *“there is, of course, a link between human security and human development - progress in one area enhances the chances of progress in other. But failure in one area also heightens the risk of failure in the other”* (UNDP, 1994, p. 23).

Rocha (2017, p. 20) observa que a “ideia de segurança humana suplementa a perspectiva expansionista de desenvolvimento humano, que se preocupa directamente com as pessoas, suas capacidades e oportunidades ao invés de somente com a forma pela qual as mesmas contribuem para o crescimento económico do Estado”. A segurança humana se preocupa com as inseguranças que ameaçam a “sobrevivência humana ou sua segurança do cotidiano” e com os factores que colocam “em perigo a dignidade natural dos indivíduos, expõem o ser humano à incerteza de doenças e pestes ou sujeitam pessoas vulneráveis a penúrias abruptas relacionadas a quedas económicas” (Rocha, 2017, p. 20).

No entendimento de Rocha (2017, p. 20) não existe contradição entre o “foco da segurança humana e o objecto do desenvolvimento humano, mas a ênfase e as prioridades são distintas”. Enquanto que a segurança humana se preocupa em compreender se os indivíduos estão livres de ameaças e se sua vida está garantido com dignidade, o desenvolvimento humano se preocupa em compreender as capacidades e oportunidades do indivíduo, busca pelo crescimento com igualdade sem se preocupar com aquele trabalhador deslocado ou desempregado perene e o que ele pode gerar em termos de ameaças à segurança individual e colectiva, aspecto no qual a segurança humana se preocupa (Rocha, 2017).

Relativamente a relação entre a segurança humana e os direitos humanos é ainda mais nítida pois é notório que “segurança é um direito humano em si, conforme previsto no Artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): ‘todas as pessoas têm direito a vida, à liberdade e à segurança pessoal’, e este direito é visto como uma obrigação do Estado (Rocha, 2017, p. 21).

Em suma, “a segurança humana complementa a segurança estatal, aprimora os direitos humanos e fortalece o desenvolvimento humano” (Rocha, 2017, p. 22). Portanto, “não existem

contradições entre a segurança humana, desenvolvimento humano e direitos humanos e sim complementaridades” (Rocha, 2017, p. 22).

Para o PNUD, desenvolvimento humano é um conceito mais amplo e é definido como a expansão do conjunto das escolhas pessoas. Segurança humana significa que as pessoas podem exercer as suas escolhas com segurança e liberdade e sem receio ou medo de que as oportunidades que tem hoje podem perder-se-lhas amanhã.

A noção da responsabilidade de proteger também está alinhada ao conceito da segurança humana pois se refere aos direitos fundamentais do ser humano e compara a intervenção humanitária com a sua segurança humana.

A noção de responsabilidade de proteger consiste basicamente na noção de que o “Estado possui responsabilidade de proteger a sua própria população de riscos de conflitos e repressão estatal ou colapso, enquanto a comunidade internacional possui a responsabilidade de intervir quando Estados são incapazes ou não querem assegurar seus nacionais e assegurar a liberdade do medo (*freedom from fear*) (ICISS, 2001 citado por Rocha, 2017).

Em 2000, Lloyd Axworthy, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canada, propôs uma Comissão Internacional de Intervenção e Soberania do Estado (ICISS, na sigla em Inglês), para promover um debate abrangente sobre a relação entre intervenção e soberania, no intuito de impulsionar o consenso político global sobre como passar da polémica para a ação dentro do sistema internacional. A proposta articulou o “direito da intervenção humanitária”, ou seja, a responsabilidade de proteger indivíduos (R2P) de ataques em larga escala e violações sistemáticas dos seus direitos humanos, cometidas pelos seus próprios governos. A responsabilidade de proteger muda o foco da soberania do Estado para os direitos humanos das pessoas residentes nesse Estado (Fakuda-Parr e Messineo, 2012).

Sob a perspectiva da R2P, a soberania de um Estado não é mais absoluta, mas depende de os residentes serem protegidos contra abusos e graves violações de direitos humanos. Nesta senda, a comunidade internacional tem o dever legítimo de intervir na situação interna e assuntos dos Estados para conter ameaças terríveis à segurança humana. De acordo com o ICISS, “a protecção da segurança humana, incluindo os direitos humanos e a dignidade humana, deve ser um dos objetivos fundamentais das instituições internacionais” (ICISS 2001, p. 6). Esta articulação foi endossada pela Cimeira Mundial de 2005 (*World Outcome Summit*), e pela Resolução 1674 do

Conselho de Segurança da ONU, e uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2009 ((Fakuda-Parr e Messineo, 2012).

1.2.3 Críticas ao Conceito de Segurança Humana

São conhecidas as críticas feitas ao conceito de Segurança Humana. Apesar de uma grande parte das pessoas interessadas na promoção da segurança humana como um movimento normativo argumentarem que não é necessário o debate sobre a definição deste conceito (Rocha, 2014), uma vez que tais promotores têm um objectivo simples e compreensível: “melhorar a vida daqueles que estão perigosamente inseguros (Newman, 2010 citado por Rocha, 2014, p. 14), o mundo académico tem reagido com críticas a respeito das incoerências do conceito. Nesta senda, Newman (2010 citado por Rocha, 2014, p. 13) aponta que o conceito de segurança humana é “atractivo normativamente, mas fraco em seu aspecto analítico”. Ainda de acordo com Newman (2010 citado por Rocha, 2014, p. 13), a abordagem ampla do conceito” não permite a priorização de diferentes ameaças, confunde fontes com consequências de insegurança, não permitindo qualquer precisão de análise”. Isto sucede porque a abordagem ampla inclui questões sociais e económicas (Rocha, 2014).

Para Xavier (2010, p. 272) a expressão “segurança humana revela ainda um caminho de maturação teórica e de reconhecimento de sua visibilidade prática”, tendo em conta que muitos teóricos se recusam a reconhecer a segurança humana como algo mais que uma expressão ou conceito. Xavier (2010) nota que, tais teóricos recusam aceitar a segurança humana como uma teoria, já que agrega muitos conceitos que já existem e, por isso, dispensam novos rótulos.

No entender de Krause (2004 citado por Rocha, 2014, p. 13), a visão ampla do conceito é “nada mais do que uma lista de compras”, tendo em conta que o rótulo de segurança humana é atribuído à questões diversas que não estão relacionados entre si, levando a uma perda de relevância do conceito, mesmo no âmbito político (Krause, 2004 citado por Rocha, 2014).

Paris (2001 citado por Radavelli, 2016, p. 30) destaca a “falta de precisão do conceito, gerada pela sua amplitude estendida desde a segurança física até o bem-estar psicológico dos indivíduos”. No mais, Paris (2001 citado por Tome, 2010, p. 38) argumenta que a “segurança humana não parece oferecer um quadro de análise particularmente útil nem para académicos nem para políticos”.

Por sua vez, Khong (2001 citado por Radavelli, 2016:30) vai mais além afirmando que “o conceito de segurança humana cause mais mal do que bem, na medida em que pode criar falsas

expectativas aos indivíduos que sofrem com a insegurança, pela sua aplicabilidade ineficiente”. Na visão de Tow e Trood (2000 citado por Radavelli, 2016, p. 31), “por ser um conceito moralista, a segurança humana é inatingível e irrealista”. Já Sorj (2015 citado por Radavelli, 2016, p. 31) afirmou que a noção de segurança humana “não consegue definir prioridades nem distribuir responsabilidades”.

A falta de estudos empíricos sobre a segurança humana parece ser a maior lacuna desta área do saber, tornando o conceito vulnerável e sujeito a críticas acirradas. Não obstante estas críticas, o conceito tem margem de operacionalização prática desde que se faça estudos multidisciplinares, com enfoque numa das suas dimensões. O presente estudo é uma tentativa neste sentido.

1.3 A Segurança Económica como uma Dimensão do Conceito da Segurança Humana

O surgimento do conceito de segurança económica remonta a Junho de 1934, quando o Presidente Franklin Delano Roosevelt criou o Comité de Segurança Económica com o mandato de elaborar propostas políticas que proporcionassem “segurança contra vários dos grandes factores perturbadores da vida” para todos os residentes dos EUA (Edwards e Murphy, 2022, p. 7).

Como resultado, os programas criados durante a era do *New Deal* reflectiram o trabalho do Comité, que visava um objectivo único – rendimento garantido:

A program of economic security, as we vision it, must have as its primary aim the assurance of an adequate income to each human being in childhood, youth, middle age, or old age—in sickness or in health.” (Report to the President of the Committee on Economic Security, citado por Edwards e Murphy, 2022, p. 7).

Na visão do Comité de Segurança Económica acima referido, um programa de segurança económica, deve ter como objectivo principal a garantia de um rendimento adequado a cada ser humano na infância, na juventude, na meia-idade ou na velhice – na doença ou na saúde.

Seguidamente, isto é, em 1944, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) incorporou o conceito de segurança económica na Declaração de Filadélfia e consagrou que todos os seres humanos têm o direito de procurar o seu bem-estar em condições de segurança económica.

Mais tarde, no Relatório Sobre Desenvolvimento Humano do PNUD (1994), à segurança económica foi incorporada como uma das suas componentes, definindo-a como “ter assegurado uma renda básica, normalmente proveniente do trabalho produtivo e remunerativo, e em última instância, proveniente de uma rede de segurança social financiada com fundos públicos” (p. 24).

O presente estudo avalia exclusivamente esta dimensão, pelas razões já evocadas na secção relativa a relevância e importância da investigação. A segurança económica é uma dimensão que

envolve dois níveis de análise: o nível micro e o nível macro (Dent, 2007 citado por Barbosa, 2014). Em outras palavras, a “segurança económica, num cômputo geral de segurança, não se aplica somente a segurança dos indivíduos, mas também à segurança dos Estados e suas relações com o mundo” (Barbosa, 2014, p. 3).

Sendo assim, de uma forma geral, a segurança económica “visa salvaguardar a integridade estrutural e a capacidade de gerar prosperidade e interesses de uma entidade político-económica no contexto de vários riscos exteriorizados e ameaças que confrontam no sistema internacional” (Dent 2007 citado por Barbosa, 2014, p. 3). Entretanto, esta definição de segurança económica se aplica ao nível macro, uma vez que se relaciona com a “política externa económica e seus compromissos com o sistema económico mundial” (Barbosa, 2014, p. 3).

Relativamente ao nível micro, a segurança económica pode ser definida como a garantia de um emprego produtivo e remunerativo que permite a uma pessoa ou família terem uma sustentabilidade económica mínima para satisfazer as suas necessidades básicas e fazer face às mudanças socioeconómicas e ambientais bruscas, tais como crises económicas-financeiras, catástrofes naturais e conflitos armados (PNUD, 1994; CSH, 2003). No demais, a segurança económica das pessoas também envolve redes de proteção social financiadas com fundos públicos (Barbosa, 2014).

Segundo Barbosa (2014, p. 3), o nível micro evidencia um elo de ligação com a segurança económica enquanto dimensão da segurança humana. Por conseguinte, uma análise microeconómica de segurança envolve características como estabilidade nos empregos, acesso à alimentação, água potável e habitação estáveis, salários justos, educação, saúde, estabilidade macroeconómica do Estado e a redução da pobreza absoluta e relativa (Barbosa, 2014; CSH, 2003).

A Comissão de Segurança Humana (CSH) dá especial atenção às vulnerabilidades socioeconómicas das populações, identificando e apontado as situações de pobreza crónica, crises económicas abruptas e repentinas, as catástrofes naturais e o impacto social das crises e conflitos como ameaças à segurança humana (Barbosa, 2014). Para a CSH (2003), existem três situações de insegurança económica do Estado que afetam regularmente a segurança humana: (i) escassez de recursos económicos, (ii) instabilidade dos fluxos económicos e (iii) perdas patrimoniais.

Nesta senda, a segurança económica relaciona-se com os meios de aquisição dos rendimentos, destacando-se o desemprego e situações relacionadas - trabalho temporário, trabalho infame, trabalho precário, etc. - (PNUD, 1994), com a aquisição dos rendimentos em si -

insuficiência dos recursos económicos e perda do seu valor relativo (CSH, 2003, Barbosa et al., 2014).

Citando PNUD (1994) CSH (2003) e Aravena e Fuentes (2005), Barbosa (2014) argumenta que, as ameaças à segurança económica são as chamadas “vulnerabilidades socioeconómicas” e neste sentido identifica, na literatura, os indicadores para a medicação da segurança económica, das quais se destacam, entre vários, o crescimento económico (variação no PIB) e a estrutura do mercado laboral (índices de desemprego, de informalidade e de precariedade, sobretudo referentes a mulheres e jovens).

De entre as principais ameaças a segurança económica das pessoas estão o desemprego e o trabalho precário. As consequências do desemprego são amplamente conhecidas. No entanto, vale a pena ressaltar que elas podem ser devastadoras, tanto do ponto de vista da pessoa desempregada e de sua família quanto do ponto de vista social e político (Reinert, 2001, p. 46). Tal como refere Reinert (2001, p. 46):

Estudos comprovam que o desemprego aumenta os problemas relacionados com a saúde física mental do trabalhador, fazendo com que se acentue a procura pelos serviços profissionais ligados a esta área. Também há comprovação de que a violência e o crime, de um modo geral, estão directamente relacionados com o desemprego. Este pode ainda provocar radicalização política, tanto à direita quanto à esquerda, bem como ampla desorganização familiar e social. Estudos (realizados) já descobriram uma relação entre aumento de desemprego e aumento de divórcios, apenas a título de exemplo.

No sentido de perceber o impacto do desemprego nas pessoas, em 1976, o Congresso dos Estados Unidos da América solicitou a Harvey Brenner (1976), economista e professor da Universidade Johns Hopkins, um estudo a este respeito. O autor do estudo estimou que um aumento prolongado de 1 ponto na taxa nacional de desemprego - digamos, de 6% para 7% - leva, em média, a 920 suicídios, 648 homicídios, 20 240 ataques cardíacos fatais ou derrames, 495 mortes de cirrose hepática, 4.277 admissões em hospitais psiquiátricos e 3.340 admissões em prisões estaduais. Embora todas essas estimativas estejam sujeitas a questionamentos, em termos estatísticos, elas ressaltam a noção de que o desemprego prolongado representa um perigo real para muitos indivíduos.

Quanto ao trabalho precário, é ponto assente nos círculos académicos e políticos que, atualmente, este fenómeno representa uma seria ameaça a segurança económica dos indivíduos e dos agregados familiares. Embora o trabalho precário existe desde o início do trabalho assalariado, nas últimas décadas diversos fatores políticos, económicos, sociais e tecnológicos tornaram o trabalho mais precário no mundo inteiro, ameaçando a segurança económica dos indivíduos.

Tal como refere Kalleberg (2009, p. 31), “o crescimento do trabalho precário nos últimos 25 anos constitui um desafio global que acarreta uma série de consequências para trabalhadores e suas famílias, comunidades e nações”. Kalleberg (2009, p. 31) aponta ainda que “o trabalho precário é um fenómeno mundial, embora seus aspectos mais problemáticos sejam diferentes em cada país, dependendo de seu estágio de desenvolvimento, instituições sociais, culturas e outras diferenças nacionais”.

O trabalho precário envolve, fundamentalmente o trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos do emprego são assumidos principalmente pelo trabalhador. O trabalho precário inclui atividades no sector informal e empregos temporários no sector formal (Avelino, 2014). Em Angola, tal como em alguns países em transição ou menos desenvolvidos, o trabalho precário é o padrão e está mais ligado ao trabalho na economia informal do que na formal.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) identifica sete dimensões do trabalho precário (ILO, 2004):

- Insegurança do mercado de trabalho: Envolve a “falta de oportunidades de emprego” (Kalleberg, 2009, p. 25).
- Insegurança do trabalho: Relaciona-se com a “proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária” (Kalleberg, 2009, p. 25).
- Insegurança de emprego: Consiste na “inabilidade de continuar em uma ocupação particular devido à falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho” (Kalleberg, 2009, p. 25).
- Insegurança de segurança e saúde: São relacionadas com as “condições precárias de segurança ocupacional e saúde” (Kalleberg, 2009, p. 25).
- Insegurança de reprodução de experiência: Envolve a “falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional” (Kalleberg, 2009, p. 25).
- Insegurança de renda: Consiste em ter um “nível inadequado de renda; nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura” (Kalleberg, 2009, p. 25). Este tipo de insegurança indica se “as rendas são adequadas e se existem auxílios de renda quando necessários” (Kalleberg, 2009:25).
- Insegurança de representação: Envolve a falta de “direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar” (Kalleberg, 2009, p. 25).

Arndt (2010) sugere uma abordagem multidimensional do tratamento da insegurança económica a nível individual, utilizando microdados exaustivos para quatro indicadores: (i) falta de participação no mercado de trabalho no agregado familiar, ou seja, viver num agregado familiar sem quaisquer membros que trabalhem no mercado de trabalho ; (ii) estar desempregado há muito tempo, baixos salários e falta de recursos; (iii) ser excluído socialmente; (iv) serem identificados como os chamados trabalhadores pobres.

Para lidar com as ameaças à segurança económica das pessoas, nos últimos anos vários governos e organizações internacionais têm estado a desenvolver diversas estratégias e políticas.

Ressalta-se a Agenda 2030. Embora a Agenda das Nações Unidas para 2030 tem como principal objectivo a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável no mundo, algumas metas a implementar no quadro do Objetivo 8, que visa promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, são para fazer face às ameaças à segurança económica, das quais estão inclusos o desemprego e o trabalho precário.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 (Emprego Decente e Crescimento Económico) visa incentivar o crescimento económico sustentado através da obtenção de níveis mais elevados de produtividade e através da inovação tecnológica. A promoção de políticas que incentivem o empreendedorismo e a criação de emprego é fundamental para isso, assim como medidas eficazes para erradicar o trabalho precário e forçado, a escravatura e o tráfico de seres humanos. Com estas metas em mente, o objetivo é alcançar um trabalho pleno, produtivo e digno para todas as mulheres e homens até 2030. Em suma, o ODS 8 aborda, principalmente, as seguintes dimensões:

- Criar oportunidades para empregos bons e decentes e meios de subsistência seguros;
- Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável;
- Apoiar práticas empresariais inclusivas e sustentáveis; e
- Promover melhores políticas governamentais e instituições públicas justas e responsáveis.

No mais, o trabalho digno, a criação de emprego, a proteção sólida, os direitos no trabalho e o diálogo social representam elementos integrantes da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Além disso, os aspectos cruciais do trabalho digno estão amplamente enraizados nas metas dos outros 16 objectivos.

A Agenda 2030 também defende que políticas económicas sólidas e instituições democráticas sólidas que respondam às necessidades das pessoas são a base para o crescimento económico sustentado, a erradicação da pobreza e a criação de emprego.

1.4 A Relação entre a Segurança Económica e o Crescimento Económico

Tal como atrás referido, a falta de consenso na definição da Segurança Humana também é motivo de críticas, tendo em conta que não existe uma definição aceite por todos teóricos e práticos de segurança humana (Xavier, 2010). Apesar das controvérsias e críticas relativas ao conceito de Segurança Humana, é ponto assente que o indivíduo é, atualmente, o elemento central da segurança.

Sendo assim, a segurança contemporânea concebe a segurança “como muito mais do que a ausência da violência física, ao contemplar fatores socioeconómicos e/ou ambientais que podem colocar em risco a sobrevivência e a dignidade humana (Oliveira, 2009, p. 74).

Por conseguinte, e tal como já foi atrás referido, “o desemprego tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade” (Reinert, 2001, p. 45), colocando em risco a sobrevivência e a dignidade humana, uma vez que a mesma pode provocar pobreza. Para Garraty (1978, citado por Reinert, 2001, p. 46), desemprego significa “a condição da pessoa sem algum meio aceitável de ganhar a vida e os desempregados são pessoas capazes de trabalhar para satisfazer suas necessidades, mas ociosas, independentemente de sua boa vontade para trabalhar”.

A Segurança económica envolve “garantir o ingresso básico em um trabalho produtivo e remunerado; os recursos mínimos e a necessidade de se resolver os problemas estruturais”, entre eles, o desemprego e o trabalho precário (Oliveira, 2009, p. 72).

Entretanto, para se reduzir o desemprego é necessário a criação de postos de trabalho. Por sua vez, para criar postos de trabalho é necessário o crescimento económico. Estudos empíricos comprovam que o crescimento económico está positivamente associado à criação de emprego. Kapsos (2005) concluiu que para cada 1 ponto percentual de crescimento adicional do PIB, o emprego total cresceu entre 0,3 e 0,38 pontos percentuais durante os três períodos entre 1991 e 2003. Dos três períodos, o crescimento do emprego foi mais forte no período de 1995. a 1999, que foi também o período com o mais forte crescimento económico global (Basnett e Sen, 2013). Khan (2007) aferiu que a elasticidade do emprego no crescimento do PIB nos países em desenvolvimento é de 0,7. Além disso, Ngundu, Kupeta e Kopi (2018) revelaram que existe uma relação de longo

prazo entre o PIB e o emprego formal a nível agregado no Zimbabué. Isto implica que um aumento no crescimento económico resulta num aumento do emprego formal.

Tendo em conta que a criação de empregos para reduzir o desemprego depende do crescimento do PIB, pode-se deduzir que o crescimento económico é um dos principais instrumentos para se atingir a segurança económica. Este argumento é sustentado por O'Sullivan e Sheffrin (2006, p. 491) que apontam que “o crescimento do PIB é talvez o aspecto mais crítico no desempenho económico de um país. A longo prazo, não há outra maneira de elevar o padrão de vida em uma economia”. Além disso, diminuições no PIB real cria muitos transtornos na economia e leva ao desemprego milhares de pessoas (Sullivan e Sheffrin, 2006).

Sendo o emprego uma variável dependente da economia, para se avaliar a segurança económica das pessoas é imperativo se perceber a relação existente entre o crescimento económico e o desemprego.

A visão de que o crescimento económico leva ao aumento do emprego para reduzir o desemprego é conhecida como Lei de Okun na literatura (Gil-Alana, 2020). Em 1962, Arthur Okun examinou a relação entre a taxa de desemprego e o crescimento económico nos Estados Unidos da América por meio de análise de regressão, usando dados trimestrais para o período de 1947-1960, e descobriu que uma mudança de 3% (três por cento) no Produto Interno Bruto (PIB) leva a uma mudança de 1% (um por cento) no desemprego. Por ser simples e parcimonioso, o modelo tornou-se a base para analisar a relação entre o crescimento económico e o desemprego (Gil-Alana, 2020).

Vale ressaltar que o crescimento económico é influenciado por vários fatores. Sendo assim e de acordo com a revisão da literatura (O'Sullivan e Sheffrin, 2006; Barro, 2007; Jones, 2002, Romer, 2006), a presente pesquisa será desenvolvida na base do modelo que postula que, o crescimento económico é influenciado por uma série de fatores. Portanto, o crescimento da produção é uma função desses fatores, *ceteris paribus*, e este modelo pode ser especificado da seguinte forma:

$$Y = F(K, L, H, A, G),$$

Onde: **Y** = Produção, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB), **K** = Capital físico, **L** = Mão de obra, **H** = Capital humano, **A** = Progresso tecnológico, e **G** = Instituições governamentais. **F** representa a relação entre os fatores de produção e o crescimento económico.

Este modelo conceitual está em conformidade com a Nova Teoria de Crescimento (*New Growth Theory*) que inclui o progresso tecnológico dentro do modelo de crescimento económico

(Solow, 1956; Romer, 1989; Barro, 1997, Jones, 2002). Este processo de inclusão do progresso tecnológico dentro do modelo do crescimento económico começou com Solow em 1956. No modelo original de Adam Smith do ano de 1776, o crescimento é causado pelo aumento de qualquer uma das três variáveis: mão de obra, capital e terra (Smith, 2002). Apesar de muitos economistas terem estudado as causas do crescimento económico, o modelo de Smith se manteve, no essencial, inalterado até a década de 1950.

Em 1956, Robert Solow, Prémio Nobel de Economia e professor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), desenvolveu um método para medir o progresso tecnológico em uma economia. Como sempre acontece com boas ideias, sua teoria era simples. Foi baseado na função de produção, $Y = F(K, L)$, onde a produção (Y) é produzida a partir do capital (K) e do trabalho (L), que estão ligados através da função de produção F. Solow (1956) incluiu na função de produção algumas medidas do processo tecnológico (A):

$$Y = F(K, L, A)$$

O aumento em A representa o progresso tecnológico. Valores mais altos de A significam que mais produtos são produzidos a partir dos mesmos fatores de produção K e L. Logo, como medir o progresso tecnológico? No modelo de Solow, o progresso tecnológico só poderia ser medido indirectamente. Qualquer crescimento que não possa ser explicado através de aumentos de capital e mão de obra, presume-se que o crescimento vem do progresso tecnológico (O'Sullivan e Sheffrin, 2006, p. 491).

Contudo, as debilidades do modelo de Solow (por exemplo, não explica como medir o progresso tecnológico) levou a que, nos meados de 1980, Robert Lucas, Prémio Nobel de Economia e professor da Universidade de Chicago e Paulo Romer, então professor da Universidade da Califórnia-Berkeley e mais tarde da Universidade de Stanford, comessem a desenvolver modelos de crescimento económico que continham o progresso tecnológico como elemento essencial. Os trabalhos desses autores ajudaram a iniciar o que hoje se conhece como a Nova Teoria de Crescimento (*New Growth Theory*), que no essencial estuda como os incentivos para investigação e desenvolvimento, desenvolvimento de novos produtos ou comércio internacional interage com a acumulação do capital físico (O'Sullivan & Sheffrin, 2006).

Romer (1989, 1990, 1994) estendeu o modelo de Solow ao desenvolver um modelo que inclui o capital humano. Romer (2006, p. 133) afirmou que “é razoável supor que quanto mais

educação um trabalhador possui, mais capital humano ele possui” e “o capital humano é mais importante do que o capital físico” (Romer, 2006, p. 133).

Nesta senda, O’Sullivan e Sheffrin (2006) sugerem que o investimento consistente em educação num país em desenvolvimento conduzirá à um aumento permanente na taxa do progresso tecnológico, já que a mão de obra estará mais bem preparada e capacitada para incorporar novas ideias e tecnologias no local de trabalho. Atualmente todas teorias de crescimento são chamadas de Nova Teoria de Crescimento (New Growth Theory) (O’Sullivan & Sheffrin, 2006).

Além do trabalho, do capital físico, do capital humano e do progresso tecnológico, existem outros fatores que determinam o crescimento económico. Lipsey (2007) observou que as instituições podem promover ou impedir o uso eficiente dos recursos naturais e humanos de um país e o governo desempenha um papel importante no processo de crescimento.

Recentemente, Daron Acemoglu, professor titular de economia do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e James Robinson, professor de governação da Universidade de Harvard, desenvolveram a tese de que “o crescimento económico e a prosperidade estão associados a instituições económicas e políticas inclusivas, enquanto as instituições extrativas conduzem, em geral, à estagnação e à pobreza” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 103).

Acemoglu e Robinson (2019, p. 103) designam as “instituições políticas que são suficientemente centralizadas e pluralistas por instituições políticas inclusivas”. Quando um destes requisitos não for satisfeito, são designadas de instituições políticas extrativas (Acemoglu e Robinson, 2019). De acordo com Acemoglu e Robinson (2019), para serem inclusivas, as instituições económicas devem integrar a proteção da propriedade privada, um sistema jurídico imparcial e a prestação de serviços públicos que asseguram condições equitativas para que os indivíduos possam fazer trocas e celebrar contratos; deve igualmente permitir a entrada de novas empresas e que as pessoas escolhem as suas carreiras (Acemoglu e Robinson 2019, p. 95).

Em suma, “as instituições económicas inclusivas também abrem caminho a dois outros motores de prosperidade: a tecnologia e a educação. O crescimento económico sustentado é quase sempre acompanhado de avanços tecnológicos que permitem que as pessoas (a mão-de-obra), as terras e o capital existente (edifícios, máquinas, etc.) se tornem mais produtivos” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 98).

1.5 Principais Determinantes do Crescimento Económico

Chirwa e Odhiambo (2016) observaram que a pergunta o que é que leva ao crescimento económico foi uma das questões económicas mais fundamentais que recebeu ampla atenção na literatura económica até ao momento. Por conseguinte, a investigação sobre os fatores que facilitam ou impedem o crescimento económico tem sido um dos pontos centrais entre os pesquisadores teóricos e empíricos do crescimento económico, mas pouco consenso foi alcançado até o momento.

Da discussão sobre o crescimento económico dentro da estrutura teórica sobre esta questão surgiram duas importantes novidades que tem liderado o debate. A primeira é a teoria do crescimento neoclássico e a segunda são as teorias do crescimento endógeno (Chirwa e Odhiambo, 2016). Tal como Chirwa e Odhiambo (2016, p. 33) referem, o foco principal da discussão “tem sido a importância dos factores relacionados com capitais, como a acumulação de capital físico e o desenvolvimento do capital humano (ver, entre outros, Solow 1956; Romer 1986; Lucas 1988)”.

Porém, os referidos autores apontam que houve outras contribuições igualmente importantes para a literatura de crescimento económico que se concentram no impacto dos fatores de eficiência no crescimento económico, nomeadamente Easterly e Wetzel 1989; Barro 1990; Banco Mundial 1990; Barro e Sala-i-Martin 1992, etc., ou estudos sobre a importância de fontes fundamentais de crescimento económico, como instituições e fatores legais, demográficos, geográficos, socioeconómicos e políticos, dos quais se destacam Barro 1999, 2003; Sachs e Warner 1997; Burnside e Dollar 2000; Radelet, Sachs e Whang- Lee 2001, entre outros (Chirwa e Odhiambo, 2016). Vale ressaltar que este aspecto já foi referido em secções precedentes. Assim sendo, a seguir abordar-se-á, resumidamente, alguns aspectos sobre as principais determinantes do crescimento económico.

1.5.1 Capital Físico

Em uma produção simples, o capital físico e o trabalho são combinados para criar a produção de um país, ou seja, para um país produzir bens ele precisa de trabalhadores e esses trabalhadores precisam de ferramentas para realizar sua tarefa com eficiência. Uma vez incluídas outras variáveis, a produção torna-se mais complexa.

Independentemente do tipo de produção, o capital físico é um dos principais componentes do crescimento económico e inclui edifícios, máquinas, equipamentos, veículos e computadores que ajudam a transformar as matérias-primas em produtos ou serviços acabados. Em outras

palavras, o capital físico envolve o investimento de recursos financeiros por proprietários de negócios ou empresas na aquisição de equipamentos e coisas físicas necessárias para produzir bens ou serviços.

O Capital Físico inclui também as infraestruturas. Essas infraestruturas podem ser divididas em (i) infraestruturas económicas e (ii) infraestruturas sociais. As infraestruturas económicas são os activos que permitem que a economia funcione melhor, como estradas, caminhos de ferro, portos, aeroportos, água, energia e telecomunicações. Já as infraestruturas sociais são os equipamentos que fornecem, principalmente, serviços sociais, como escolas, universidades, centros de saúde e hospitais.

No modelo neoclássico, o desenvolvimento económico é inicialmente impulsionado pela acumulação de capital físico. Depois de atingido um nível crítico de capital físico, a economia arranca e entra numa fase de crescimento sustentado impulsionado pela acumulação de capital humano (Graca et al., 1995).

O capital físico é importante porque aumenta a produtividade e afecta o crescimento económico. Ao se referir ao capital, os economistas se referem ao capital físico. O capital financeiro é excluído dos fatores de produção (função) porque as empresas não podem usá-lo directamente para produzir bens e serviços. Em vez disso, é convertido no capital físico mencionado acima.

O investimento em capital físico é uma das pré-condições do crescimento económico. Além disso, o capital físico interage com outros componentes do crescimento económico. Por exemplo, “a função do capital humano só pode ser desempenhada plenamente com o investimento em capital físico. A produção marginal de capital físico continua diminuindo sem o apoio do capital humano” (Ding, 2021, p. 13).

Apesar do capital físico estar sujeito à lei dos rendimentos decrescentes, ele desempenha um papel importante no crescimento económico. Vários autores atribuem o crescimento da economia da China ao capital físico. Chow (1993 citado por Zhou, 2021, p. 1) atribuiu o crescimento económico da China de 1952-1980 à acumulação de capital físico. Krugman (1994 citado por Zhou et al. 2021, p. 1) apontou que a China acabaria enfrentando restrições ao crescimento económico porque a economia depende fortemente de insumos. Hu e Khan (1997 citado por Zhou, 2021) observaram que o investimento de capital tem sido um dos principais impulsionadores do crescimento económico da China desde 1952-1994. Além disso, Chow e Li (2002 citado por Zhou (2021, p. 1) estimaram a força motriz do crescimento económico da China

no período de 1978-1998 e revelaram que a contribuição do capital físico foi de 66,34, enquanto as contribuições do trabalho e da produtividade total dos fatores foram de 5,7%. e 27,59%, respetivamente.

Utilizando o método residual de Solow, P. Li et al., (2013 citado por Zhou, 2021, p. 2) constatou que no período 1978-2010, a contribuição do trabalho foi de 8,82% e a contribuição da produtividade foi de 34,46%. Essa constatação indica que, não há dúvida de que, de 1978 a 2010, o investimento em capital físico foi a principal força do crescimento económico da China.

As constatações acima referidas são corroboradas por Zhou et al., (2021). Com base nos dados de painel das províncias da China de 2002 a 2016, o estudo realizado por Zhou et al., (2021) revelou que o crescimento económico da China está significativamente relacionado ao capital físico, à qualidade do trabalho e ao consumo de energia (Zhou et al., 2021). Em termos de fontes de eficiência, a contribuição do capital físico para a produtividade total dos factores (PTF) ocupa o primeiro lugar (48,63%), seguida pelo consumo de energia (16,81%), qualidade da mão de obra (14,85%), custo ambiental (10,88%) e quantidade de mão de obra (8,83%). Zhou et al., (2021, p. 10) concluíram que “o crescimento económico da China ainda depende do capital físico”. Ressalta-se que investir em capital físico traz benefícios de crescimento mais rapidamente do que investir em capital humano (Collin e Weil (2018).

1.5.2 Mão de Obra

O trabalho é um dos componentes essenciais na produção de bens e serviços em uma economia. A quantidade e a qualidade do trabalho que os indivíduos fornecem é um fator importante na determinação do nível de produção e taxa de crescimento da economia.

O trabalho é um dos principais fatores de produção. O crescimento económico e o desenvolvimento social dependem do seu pleno aproveitamento e da qualidade da força de trabalho (Romaniuk et al., 2019). Em outras palavras, “os países podem aumentar a produção por meio de mais esforço de trabalho ou por meio da produtividade do trabalho (Zulu e Banda, 2015, p. 26). No entanto, deve-se notar que existem muitos fatores que influenciam a força de trabalho e a produtividade do trabalho.

Força de trabalho abundante e mão de obra barata podem ser uma grande vantagem se for uma das razões significativas para atrair investimentos estrangeiros, promover o desenvolvimento de indústrias de processamento e manufatura intensivas em mão de obra. O Vietnã é um exemplo típico onde a abundância de força de trabalho e mão de obra barata desempenhou um papel

significativo no crescimento económico do país. Conforme observado por Tung (2021, p. 289), “o aumento acentuado da força de trabalho (no Vietnã), juntamente com políticas de inovação, abertura e desenvolvimento, contribuíram significativamente para o crescimento económico nacional nos últimos 30 anos”.

Vale a pena notar que embora uma força de trabalho jovem e abundante seja identificada como vantagem nacional, para explorar essa vantagem, é necessário integrar duas condições em termos de escala e qualidade da força de trabalho (Tung, 2021): (i) os trabalhadores devem ser bem capacitados e devem ter boa qualificação profissional, e (ii) deve haver uma melhoria na qualidade da mão de obra. Se essas condições não forem atendidas, a fartura não levará a um crescimento económico sustentado.

Finalmente, importa destacar que a produtividade do trabalho está ligada a outros determinantes do crescimento económico, nomeadamente o capital físico, o capital humano e o progresso tecnológico, tendo em conta que um aumento na quantidade e qualidade do capital físico pode afetar a produtividade, quanto maior a acumulação de capital humano, maior será a produtividade do trabalho e o progresso tecnológico gera o aumento da produtividade do trabalho.

1.5.3 Capital Humano

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) define o capital humano como as contribuições de conhecimento e habilidades feitas por um indivíduo para o país e, portanto, ou seja, é a melhoria no desenvolvimento social e económico feito por um indivíduo (Eser & Golhmen, 2009). O capital humano pode então ser brevemente definido como as contribuições dos indivíduos e todo o tipo de conhecimento e experiência adquiridos por um indivíduo (Boztosun, 2016, p. 102).

Todaro e Smith (2006) distinguem os conceitos de capital humano e de recursos humanos. O capital humano é conhecimentos, habilidades, aspirações e saúde. Eles são o resultado de gastos no campo da educação, formação profissional, programas de desenvolvimento do capital humano, cuidados de saúde e programas de capacitação. Enquanto isso, recursos humanos são a quantidade e a qualidade da força de trabalho. O capital humano pode ser definido de várias maneiras, mas em geral, o capital humano tem o significado de conhecimento, habilidades, competências, outras características possuídas pelo ser humano relacionadas às atividades económicas (OCDE, 1998). Portanto, o capital humano deve ser tratado como um fator de produção paralelo ao capital físico e separado do trabalho (Dwiarskah, 2022, p. 2).

Becker (1962) acredita que investir em capital humano aumentará a produção e contribuirá para o crescimento económico. Sendo assim, defende que se deve investir nele por meio de educação, saúde e capacitação, ou seja, “*the many ways to invest [in human capital] include schooling, on-the-job training, medical care, vitamin consumption, and acquiring information about the economic system*” (Becker, 1962, p. 9). Os defensores da teoria do crescimento endógeno enfatizam a formação do capital humano e consideram-no um factor que “explica a diferença no desempenho do crescimento de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas” (Rebelo, 1991 citado por Zerihun, 2014, p. 7).

A relevância do capital humano como motor do crescimento económico tem sido reconhecida por muitos estudos empíricos teóricos e empíricos (Skare e Lacmanovie, 2015). O capital humano tem um efeito directo no crescimento económico porque os indivíduos com mais educação produzem e inovam mais, levando à criação de novos produtos e melhorando a produtividade dos factores (Romer, 1990; Benhabib e Spiegel, 1994; Teixeira e Fortune, 2011; Bodman e Lee, 2013 citado por Queirós e Teixeira, 2014, p. 2). Por outro lado, o capital humano torna potente a adoção de tecnologia dos países vizinhos através da absorção de ideias e importação de equipamentos (Nelson e Phelps, 1966; Benhabib e Spiegel, 1994; Teixeira e Fortune, 2011 citado por Queirós e Teixeira, 2014, p. 2).

O capital humano é o motor da investigação e desenvolvimento (I&D), que potencializa a inovação e o progresso tecnológico, conduzindo assim ao aumento da produtividade e à criação de novos produtos (Romer, 1990; Benhabib e Spiegel, 1994; Teixeira e Fortuna, 2011; Bodman e Le, 2013, citado por Queirós e Teixeira, 2014, p. 4). Isso significa que quanto mais educada for a força de trabalho de um país, maiores serão os benefícios das actividades de investigação e desenvolvimento em termos de crescimento económico. O capital humano promove a absorção de novas ideias (capacidade de absorção). Isso promove uma convergência mais rápida das economias pela importação de equipamentos e tecnologias (Nelson e Phelps, 1966; Benhabib e Spiegel, 1994; Bodman e Le, 2013 citados por Queirós e Teixeira, 2014, p. 4). Através dos mecanismos acima descritos, o capital humano irá incentivar um maior investimento em capital físico (Benhabib e Spiegel, 1994 citado por Queirós e Teixeira, 2014, p. 4).

No entendimento de Osiobe (2019, p. 181) “o capital humano determina a capacidade de uma economia administrar seus outros factores de produção e é necessário para a inovação”. Portanto, “não há país capaz de alcançar um caminho de desenvolvimento económico sustentável

sem um investimento substancial em capital humano” (Kanayo, 2013 citado por Osiobe, 2019, p. 181).

Segundo Osiobe (2019, p. 181), vários economistas argumentam que a maior escolaridade formal leva a mais crescimento económico. Lucas (1988 citado por Osiobe, 2019) sugere que a acumulação de capital humano se traduz em crescimento sustentado e a educação é a principal força motriz através da qual o conhecimento é acumulado. Romer P. (1989, 1990, 1994 citado por Osiobe, 2019) mostrou que o capital humano estimula o crescimento económico e pode impulsionar a inovação. Conforme documentado na literatura econométrica, Romer, P. (1989) e Rostow (1960) mostraram que a educação também proporciona efeitos de *spillover*, melhora a velocidade de adaptação do empreendedorismo e aumenta a produtividade da pesquisa (Osiobe, 2019, p. 181).

Para Osiobe (2019, p. 182), a educação tem um impacto directo no capital humano, que pode ser medido com o índice de desenvolvimento humano (IDH) e impacta a distribuição de renda (índice de Gini). Na mesma senda, a UNESCO (1997) aponta que as pessoas com níveis mais altos de educação geralmente ganham mais, têm potencial para ganhar mais e são mais capazes de melhorar a qualidade de suas vidas do que aquelas com menos educação.

Alexious (2009) e Kim (2010), ambos citados por Osiobe, 2019) argumentam que “a educação é o primeiro passo no caminho do processo de desenvolvimento económico e concluíram que a educação desempenha um papel crucial na construção da capacidade de capital humano de uma nação e crescimento económico” (Osiobe, 2019, p. 184). Collin e Weil (2008 citado por Ariç (2022, p. 138) sugeriram que “aumentar o investimento em capital humano pode ser um argumento político eficaz para aumentar a renda e reduzir a pobreza”.

Pomi et al. (2021, p. 102) observam que “ao investir em educação, serviços de saúde e serviços sociais, o governo está promovendo a aquisição de capital humano nos países em desenvolvimento”. Para estes autores, uma força de trabalho qualificada, educada e saudável é uma componente chave do crescimento económico.

Finalmente, o capital humano também afecta indirectamente o desempenho económico. Segundo Sianesi e Reehan (2003 citado por Queirós e Teixeira, 2014), o capital humano tende a melhorar os níveis de saúde, condições ambientais, índices criminais, coesão social e participação cívica. Essa variável também estimula a produtividade dos trabalhadores mais escolarizados. Assim, “o investimento em educação tem impacto não só nos retornos individuais, mas também

gera um efeito de transbordamento [*spillover effect*] que produz benefícios sociais” (Queirós e Teixeira, 2014, p. 4).

Vários estudos empíricos têm sido conduzidos para determinar a relação entre o capital humano e o crescimento económico. Bessanini e Scarpetta (2003) analisaram 21 países da OCDE e constataram que a acumulação de capital humano tem efeito positivo e significativo sobre o crescimento da produção per capita. Resultados semelhantes foram obtidos por Ogbeifun e Shobande (2021 citado por Ariç et al., 2022). Eles revelaram que o capital humano, a taxa de poupança e a abertura comercial desempenham um papel vital no crescimento económico dos países da OCDE. Diebolt e Hippe (2018 citado por Ariç et al., 2022) examinaram as regiões europeias e verificaram que a formação histórica de capital humano está significativamente relacionada ao bem-estar económico recente nas regiões europeias.

Mehrara e Musai (2013 citado por Aric, 2022) investigaram países em desenvolvimento e concluíram que existe uma relação de longo prazo entre capital humano e PIB. Além disso, existe uma causalidade unidirecional entre o PIB e investimento em capital humano. Awad (2020) investigou a influência do capital humano no crescimento económico dos países do Oriente Médio e Norte da África (MENA). O referido autor constatou que a educação tem um efeito positivo de longo prazo e que a saúde tem um efeito positivo de curto prazo sobre o crescimento económico (Aric, 2022).

Schultz (1963 citado por Osiobe, 2019) revelou que o aumento do nível educacional da força de trabalho aumentou significativamente o crescimento económico tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. Rehman et al., (2015 citado por Osiobe, 2019) analisaram a relação entre a educação e o crescimento económico e constataram que uma nação não poderia se desenvolver sem investir em educação.

Wolf et al., (1993) analisaram a relação entre o nível de educação superior e o índice de produtividade do trabalho e encontraram uma alta correlação entre a matrícula universitária em Ciência e Tecnologia e o crescimento da produtividade do trabalho. O estudo constatou que quanto mais cientistas e engenheiros se formam, mais oportunidades de crescimento económico existem no país. Portanto, como argumenta Sen (1999 citado por Osiobe, 2019), a educação é parte essencial do capital humano e da soberania de um país.

Kim e Sakamoto (2010 citado por Osiobe, 2019) defenderam a importância da força de trabalho bem-educada na difusão e adoção de novas tecnologias e métodos de produção.

Wedgwood (2007 citado por Osiobe, 2019) constatou que o sistema de ensino secundário na Tanzânia não está formando alunos de qualidade para suprir e apoiar a demanda por professores primários no país, fazendo um forte argumento para o investimento do governo em escolas secundárias.

Finalmente, Dahal (2016 citado por Osiobe, 2019) constatou que o ensino superior incentiva o crescimento económico e cria oportunidades de emprego e argumentou que a quantidade e a qualidade de um sistema educacional influenciam a força de trabalho, a governação e as condições de trabalho de uma nação.

1.5.4 Progresso Tecnológico

Atualmente, é um ponto consensual que a criação de bens e serviços está associada ao progresso tecnológico, ou seja, acredita-se que o avanço tecnológico seja o motor do crescimento económico. Sendo assim, o progresso tecnológico é um importante determinante do crescimento económico por permitir a acumulação de capital, a existência de economias de escala, maior eficiência na alocação de recursos e ganhos de produtividade por meio da inovação (Romer, 1990). Assim, os países com especialização produtiva mais avançada tecnologicamente apresentam taxas de crescimento mais elevadas (Queirós e Teixeira, 2014, p. 8).

Além disso, a investigação e desenvolvimento (I&D) potencia a inovação e a produtividade tecnológica e a criação de novos produtos (Queirós e Teixeira, 2014, p. 8). Em meados da década de 1980, a nova teoria do crescimento representada por Romer, Lucas, Rebelo e Barro assumiu que o progresso tecnológico é endógeno, e fatores endógenos promovem o crescimento económico (Xiaoqing, 2005).

As recentes teorias da área de estudos da economia consideram o progresso tecnológico endógeno como fundamental para explicar os padrões de crescimento das economias mundiais. De acordo com esses chamados modelos de crescimento endógeno, cujo pioneiro foi Romer (1986), a inovação tecnológica é criada nos sectores de pesquisa e investigação (I&D) usando o capital humano e o estoque de conhecimento existente. A seguir, é utilizado na produção de bens finais e leva a aumentos permanentes na taxa de crescimento da produção. No cerne dos modelos está a sua postulação de que a “inovação endogenamente determinada permite um crescimento económico sustentado, uma vez que existem retornos constantes da inovação em termos de capital humano empregado em sectores de I&D” (Ulku, 2004, p. 4).

De acordo com o princípio do crescimento na teoria neoclássica, a transformação tecnológica provoca um aumento do capital por pessoa e motiva a poupança e os investimentos e, como resultado, causa um aumento do PIB real. Se cessar a transformação tecnológica, cessará também o crescimento (Caliskan, 2015, p. 651). Para Broughel e Thierier (2019, p. 3) “a inovação tecnológica é um motor fundamental do crescimento económico e do progresso humano”.

Uma variedade de factores pode influenciar o ritmo do progresso tecnológico em uma economia. O'Sullivan (2006) agrupou esses factores em:

- Financiamento de pesquisa e desenvolvimento;
- Escala do mercado;
- Inovação induzida; e
- Educação e acumulação de conhecimento.

De entre esses fatores, a inovação parece ser um factor preponderante. Vários estudos sustentam que a inovação leva ao crescimento económico (Beneki et al., 2012; Wong et al., 2005; Verspagen, 2005 citado por Zayas-Márquez e Ávila-Lopez, 2022). Além disso, os estudos de Grossman (1991) e Aghion (2005) constataram que a inovação tecnológica é o principal determinante do crescimento. Em suma, pode-se argumentar que a inovação impulsiona o crescimento económico.

A inovação pode ser medida através de alguns indicadores desenvolvidos pelo *World Development Indicators* (WDI) do Banco Mundial, nomeadamente (i) o número de patentes depositadas por residentes e não residentes, (ii) os gastos em investigação e desenvolvimento (I&D), (iii) as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), (iv) as exportações de alta tecnologia e (v) os artigos de jornais científicos e técnicos.

Koh (2006) aponta que o progresso tecnológico e o desenvolvimento das capacidades de inovação de uma nação são resultados da interação entre quatro grupos de actores da economia, nomeadamente: (1) as organizações administrativas que formulam e coordenam as políticas de ciência e tecnologia e supervisionam as instituições públicas de pesquisa, (2) as instituições de ensino superior, (3) o setor privado que adota e comercializa os produtos de inovação e as (4) instituições que fazem *interface* entre diferentes grupos de actores.

1.5.5 Instituições Governamentais

Vários economistas institucionalistas dos quais se destacam North (1990), Acemoglu (2013; 2019) e Robinson (2013; 2019) afirmam que as diferenças nas instituições podem explicar

as diferenças no desempenho económico ao longo do tempo e do espaço. Esses institucionalistas postulam que o crescimento económico é uma função das instituições económicas e políticas que um país possui (Constatine, 2017).

As instituições políticas e económicas fazem parte das instituições formais. As instituições formais, tanto subjacentes quanto específicas, fornecem o contexto dentro do qual as empresas operam. Instituições subjacentes, como a constituição e o estado de direito, contribuem para a estabilidade política, previnem a corrupção, aumentam a eficiência do setor público e protegem os direitos de propriedade privada contra a apropriação indevida por parte de particulares ou do governo (Aron, 2000 citado por Frances, 2004, p. 6). Instituições mais específicas incluem a legislação, os regulamentos e as organizações que os criam e fazem cumprir, como agências governamentais e sistema legal (Frances, 2004).

Sociedades com instituições fracas não apenas crescem mais lentamente no longo prazo, mas experimentam maior volatilidade (Acemoglu, Johnson, Robinson e Thaicharoen, 2003 citado por Frances, 2004, p. 6). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (IMF, 2003 citado por Frances, 2006, p. 7) “instituições fortes estão associadas a altos níveis de renda real per capita, uma vez que moldam as condições gerais de investimento e crescimento”. Por exemplo, “países com um histórico de instituições que apoiam atividades produtivas como acumulação de capital, aquisição de habilidades, invenção e transferência de tecnologia produzem níveis muito mais altos de produção por trabalhador” (Frances, 2006, p. 7).

As instituições políticas moldam o processo político que reduz a legislação e a regulamentação. Eles também determinam o sistema legal e coordenam o processo que cria e faz cumprir a lei. As instituições políticas, portanto, produzem instituições económicas e determinam sua qualidade (Frances, 2006, p. 7). As instituições políticas tendem a refletir os interesses daqueles que estão no poder e podem, portanto, produzir instituições económicas redistributivas ou produtivas (Grahovette e Swedburg, 1992 citado por Frances, 2006, p. 7).

Frances (2006) argumentou, correctamente, que todos os países têm instituições económicas e sua qualidade determina os níveis de custos de transação enfrentados pelas empresas, uma vez que elas podem (i) reduzirem o nível dos custos das transações, (ii) facilitarem o monitoramento e a execução das negociações, e (iii) permitirem que os direitos de propriedade sejam garantidos e que as pessoas mantenham os retornos de seus investimentos e façam contratos e resolvam disputas (Djankov et al. 2002). A segurança ou confiança nas instituições “incentiva as

peças a investir em si mesmas e em capital físico e, portanto, promove o crescimento económico” (Frances, 2006, p. 9). A segurança (jurídica) proporcionará às empresas confiança para “investir em capital humano para melhorar a produtividade do trabalho e como investimento complementar ao físico” (Frances, 2006, p. 9).

Sendo assim, a qualidade das instituições em um determinado país desempenha um papel importante no processo de crescimento económico, influenciando a estrutura de incentivos para o investimento em capital humano e físico, bem como o avanço tecnológico e as inovações (Karimi e Dayari, 2017). Como Hanouz (2015, para. 1) afirmou de forma clara e correcta “se você quer prever a prosperidade de um país, basta olhar para suas instituições. Juntas, a organização jurídica e administrativa que sustenta cada sociedade forma o que nós, economistas, chamamos de ‘ambiente propício’ para a criação de riqueza. Quando elas falham, a confiança é corroída e as economias podem ser prejudicadas”.

Levando em consideração o exposto acima, estudiosos e instituições de várias partes do mundo desenvolveram indicadores para medir a qualidade das instituições em todos os países. Um dos indicadores mais utilizados para medir a qualidade das instituições é o *World Governance Indicators* (WGI). Outro indicador utilizado com o mesmo objetivo é o *Ease of Doing Business Index*. Esses indicadores incluem (i) a liberdade de expressão e responsabilidade, (ii) a estabilidade política e a ausência de violência, (iii) eficácia da governação e a qualidade regulatória, (iv) o estado de direito e democrático, (v) o controle da corrupção e (vi) a facilidade de fazer negócios.

Muitos estudiosos realizaram estudos empíricos para medir a qualidade das instituições em vários países. Knack e Keefer (1995) usaram duas variáveis institucionais em regressões de crescimento, a captura da segurança dos direitos de propriedade e a execução do contrato, usando cinco indicadores, a saber (i) o estado de direito e democrático, (ii) corrupção, (iii) qualidade burocrática, (iv) proteção contra risco de expropriação, e (v) repúdio de contratos. Para 97 países de 1974 a 1989, foi demonstrado que a qualidade das instituições era importante para o crescimento e investimento.

Weill e Meon (2006) e Olson et al. (1998) encontraram evidências de que os factores institucionais influenciaram a produtividade total dos factores (PTF), e também, aqueles países com melhores instituições apresentaram maior produtividade. Chauffour (2011 citado por Karimi e Daiari, 2017) constatou que as instituições, medidas pela liberdade económica e pelas liberdades

civis e políticas, determinam por que alguns países alcançam e sustentam melhores resultados económicos.

Finalmente, Karimi e Daiari (2017) realizaram um estudo empírico para aferir se as instituições são importantes para o desenvolvimento económico nos países da ASEAN. O resultado do estudo indicou que a melhoria na qualidade institucional leva a uma aceleração no crescimento. Em suma, eles revelaram que as instituições estão associadas a um desenvolvimento económico mais sustentável para as economias da ASEAN.

1.5.6 A Teoria de Acemoglu e Robinson

O debate em torno do papel das instituições governamentais no crescimento económico ganhou proeminência nos últimos anos, tornando relevante a utilização do modelo de Acemoglu e Robinson para secundar a avaliação da dimensão segurança económica do conceito da segurança humana no contexto angolano, objecto do presente estudo.

Acemoglu e Robinson (2019, p. 116) defendem a tese de que “o crescimento económico e a prosperidade estão associados a instituições económicas e políticas inclusivas, enquanto às instituições extrativas conduzem, em geral, à estagnação e à pobreza”. Partindo de uma perspectiva histórica, Acemoglu e Robinson (2019) demonstraram que é a qualidade das suas instituições que determina a prosperidade de um país e não sua geografia, cultura ou religião.

De acordo com os referidos autores, “a razão principal pela qual os Estados falham hoje reside no facto de possuírem instituições extrativas” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 439). A tese de Acemoglu e Robinson está plasmada no livro intitulado “As origens do poder, da prosperidade e da pobreza: Porque falham as nações”, uma obra que resultou de 15 anos de pesquisa sobre as origens do subdesenvolvimento e desenvolvimento das nações.

Acemoglu e Robinson (2019, p. 119) ressaltam que os “mecanismos que apoiam o crescimento económico, num contexto de instituições políticas extrativas, são, pela sua própria natureza frágeis” e não são acompanhados de uma destruição criativa e progresso tecnológico.

Na visão de Acemoglu e Robinson (2019), num contexto de instituições extrativas, o Estado pode gerar um crescimento económico rápido, durante algum tempo, por diversas razões (por exemplo, afectando recursos e pessoas por decreto ou em face da abundância de recursos naturais em demanda no mercado internacional). Porém, este tipo de crescimento económico é intrinsecamente limitado e quando os limites são atingidos cessa (Acemoglu e Robinson, 2019).

Para ser sustentável, o crescimento económico deve ser acompanhado por aquilo que o grande economista austríaco Joseph Schumpeter chamou de destruição criativa, ou seja, substituir o que era velho por coisas novas (Acemoglu e Robinson, 2019). Em outras palavras, o crescimento económico sustentável deve estar acompanhado de mudanças tecnológicas e inovação e na visão de Acemoglu e Robinson isto acontece num ambiente de instituições políticas e económicas inclusivas.

As instituições políticas e económicas extrativas são perversas e prejudiciais ao crescimento económico sustentável, dada a sua própria natureza: concentração do poder nas mãos de uma elite reduzida, impõem poucas limitações ao exercício do poder e às instituições estão estruturadas com intuito de extrair recursos do resto da sociedade (Acemoglu e Robinson, 2019).

Ao contrário das instituições extrativas, às instituições inclusivas são capazes de gerar um crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentado em função da sua própria índole: os direitos políticos são mais amplamente distribuídos e a maioria da população pode aproveitar as oportunidades económicas, os incentivos económicos estimulam “as pessoas a se instruírem, pouparem e investirem, para inovarem e adotarem novas tecnologias” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 58).

Num ambiente de instituições políticas e económicas inclusivas se criam facilmente empresas, os financiamentos de projectos são viabilizados sem ter de vencer grandes barreiras, e “as condições relativamente competitivas do mercado” permitem expandir empresas e comercializar os seus produtos” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 59). No mais, num ambiente de instituições económicas inclusivas, é permitida e incentivada a participação da maioria das pessoas em actividades económicas “que tiram o máximo partido dos seus talentos e competências” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 95).

Em suma, tal como Acemoglu e Robinson (2019:59) referem, em países com instituições inclusivas, os empresários acreditam, “que seus projectos de sonho se poderiam concretizar: confiam nas instituições e no primado do direito que as mesmas garantem e não se preocupam com a segurança dos seus direitos de propriedade”. Além do mais, num contexto de instituições inclusivas, “às instituições políticas asseguram a estabilidade e a continuidade, velam para que não haja o risco de um ditador conquistar o poder e alterar as regras do jogo para expropriar os bens dos empresários, perdendo-os ou ameaçando as suas vidas ou seus meios de substância” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 59).

Na obra acima referida, Acemoglu e Robinson (2019) desenvolveram também um modelo denominado de “modelo do círculo vicioso”. Este modelo aborda a questão da persistência das instituições extrativas num país, sobrepondo as reformas em curso ou já efectuadas. Este fenómeno da persistência das instituições extrativas é designado de círculo vicioso por Acemoglu e Robinson (2019).

Segundo estes autores, há razões naturais para tal, já que “às instituições políticas extrativas conduzem a instituições económicas extrativas, que enriquecem alguns a expensas de muitos” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 410). Sendo assim, os beneficiários da economia extrativa têm os recursos necessários para se manterem no poder, através de vários artifícios, incluindo a manipulação de eleições (Acemoglu e Robinson, 2019). Na mesma senda, “as instituições económicas extrativas criam a plataforma para que as instituições políticas extrativas perdurem” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 410).

Portanto, o modelo de círculo vicioso pode ser resumido em dois pressupostos:

- “Aqueles que detêm o poder económico e político estruturam às instituições, de modo a garantirem a continuidade do seu poder e conseguem fazê-lo. Este tipo de círculo vicioso conduz à conservação das mesmas instituições extrativas e à manutenção das mesmas elites no poder, bem como a manutenção do subdesenvolvimento” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 412).
- “Os círculos viciosos criam forças poderosas em prol da persistência das instituições extrativas” (Acemoglu e Robinson, 2019:435), [uma vez que] “as instituições económicas extrativas estão sinergicamente ligadas a instituições políticas extrativas que concentram o poder nas mãos de uns quantos indivíduos, que têm depois incentivos para manter e desenvolver as instituições económicas extrativas para o seu benefício, utilizando os recursos que obtêm para consolidar o seu controlo do poder político (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 512).

Sendo assim, “as sinergias entre as instituições económicas e políticas extrativas criam um círculo vicioso em que essas instituições, uma vez criadas, tendem a persistir” (Acemoglu e Robinson (2019, p. 513).

Este modelo permite perceber porque as reformas económicas encetadas, a ajuda externa e os programas impingidas pelas organizações internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial não surtiram os efeitos desejados, muitos desses programas fracassaram e outros estão condenados ao fracasso. De acordo com Acemoglu e Robinson (2019, p. 533), a razão principal para estes insucessos está no facto de estes programas de reformas económicas continuarem a estar “imbuídas de uma perspectiva incorrecta que não reconhece o papel das instituições políticas, nem as limitações que estás impõem aos decisores políticos”.

Os mesmos problemas institucionais significam que as reformas encetadas, a ajuda externa e os programas estruturados ajustados (*structural adjustment programs*) são e serão ineficazes. Tal

como Acemoglu e Robinson (2019, p. 537) afirmam, “tentar forjar prosperidade sem combater a causa profunda dos problemas - às instituições económicas e as circunstâncias políticas que as mantém - não produzirá, provavelmente, frutos”.

CAPÍTULO 2 – O EQUILÍBRIO ENTRE A SEGURANÇA DO ESTADO E A SEGURANÇA HUMANA EM ANGOLA

Este capítulo aborda o equilíbrio entre a segurança do estado (militar) e a segurança humana em Angola. Para tal, faz-se uma retrospectiva da evolução do ambiente de segurança em Angola e uma análise sobre a posição da segurança do estado e da segurança humana na agenda do Governo de Angola no período pós-guerra.

2.1 Breve Retrospectiva Sobre o Ambiente de Segurança em Angola: Da Guerra à Paz (1975 – 2002)

As preocupações com as questões de segurança numa Angola independente e soberana remonta ao período das negociações entre o Estado português e os movimentos de libertação nacional, na sequência da Revolução dos Cravos que derrubou o regime do Estado Novo, através de insurreição militar levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), no dia 25 de Abril de 1974.

Em face disso, foram criadas as condições para a descolonização de Angola e outras colónias portuguesas em África. Para tal, as autoridades portuguesas emanadas da Revolução dos Cravos entabularam negociações com os três movimentos de libertação de Angola, nomeadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA reconhecidos como os legítimos representantes do povo angolano. Estes três movimentos possuíam exércitos armados, em conflitos entre si, com bases de apoio diferentes e controlo de algumas parcelas do território angolano, impondo as suas agendas.

No intuito de se resolver esta complexa situação, o novo governo português envidou esforços para alcançar um entendimento entre os três movimentos armados, de forma a conseguir uma transição pacífica. Este esforço resultou na assinatura dos Acordos de Alvor, no dia 15 de Janeiro de 1975, tendo ficado acordado a formação de um governo de transição composto por representantes do Governo de Portugal e dos três movimentos de libertação nacional.

Entretanto, as contradições e a profunda desconfiança que existiam entre os três movimentos durante a luta de libertação nacional levaram ao fracasso do Acordo do Alvor e, consequentemente, a um conflito armado, com envolvimento de forças militares estrangeiras. Na sequência, o MPLA saiu vitorioso e declarou a independência de Angola, em Luanda, no dia 11 de Novembro de 1974, tendo instalado um regime monopartidário de cariz marxista – leninista.

A UNITA não se conformou e optou por fazer uma guerra de subversão ao novo poder instalado em Luanda, recorrendo ao apoio do regime do apartheid instalado na África do Sul. A seguir a independência, as forças militares do MPLA, as FAPLA, com apoio das FAR de Cuba e de assessores militares soviéticos, expulsaram a UNITA das principais cidades do Centro e Sul de Angola, considerados como bastião deste movimento subversivo. Como resultado dessas acções, a UNITA recuou até ao extremo sul do país, na fronteira entre a Angola e a Namíbia, e instalou naquelas paragens chamada de “terras do fim do mundo”, concretamente na localidade que denominou de Jamba, a sua principal base.

Numa primeira fase, com o apoio do regime do apartheid, Jonas Savimbi reergueu a UNITA numa força de guerrilha e concentrou os ataques às zonas e infraestruturas socioeconómicas localizadas no Leste e Centro-Sul do país. A revogação da Emenda Clark nos Estados Unidos da América permitiu a UNITA receber apoio militar da Administração do Presidente Ronald Reagan, facto que levou a um equilíbrio de forças na guerra civil angolana, ou seja, a UNITA se tornou mais forte e foi capaz de instalar bases militares em 16 das 18 províncias, isto é, com as excepções de Luanda e Namibe, a UNITA logrou instalar bases de guerrilheiros em todas as províncias.

Portanto, durante a década de 1980, as forças militares da UNITA, as FALA, apoiadas pelo exército sul-africano (SADF) foram capazes de travar grandes batalhas contra as forças militares do Governo do MPLA, apoiadas pelo exército cubano (FAR) e assessores militares soviéticos, sendo a Batalha do Cuito Cuanavale a mais conhecida de todas, dada a sua relevância no processo de paz na África Austral.

A Batalha do Cuito Cuanavale foi fundamental para (i) a assinatura dos Acordos Tripartido de Nova York, entre os governos cubano, angolano e sul-africano, em Dezembro de 1988, (ii) o processo de transição a democracia na África do Sul, (iii) a independência da Namíbia, e (iv) tornou possível as negociações directas de paz entre o Governo do MPLA e a UNITA, que culminou no Acordo de Bicesse em 31 de Maio de 1991, pondo fim a primeira fase do conflito angolano (1975-1991). De entre vários aspectos, o Acordo de Bicesse determinava a realização de eleições gerais em Angola, no dia 29 de Setembro de 1992.

Na sequência, o MPLA venceu as eleições legislativas e o Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, venceu as eleições presidenciais. A UNITA ficou em segundo lugar nas eleições legislativas e o seu líder Jonas Savimbi quedou na segunda posição nas eleições presidenciais. Tendo em conta que nenhum candidato alcançou 51% dos votos nas eleições

presidências, o vencedor seria apenas conhecido na segunda volta das eleições. Porém, a UNITA rejeitou o resultado das eleições, tanto das legislativas como das presidências, e retornou a guerra.

Considerando o facto da UNITA ter permanecido armado enquanto uma parte do exército governamental foi desmobilizado e a outra foi reintegrada novo exército criado, a luz dos Acordos de Bicesse, tanto as FAA quanto as forças paramilitares foram incapazes de fazer face à subversão. Como resultado, a UNITA obteve a superioridade militar e conseguiu, inicialmente, uma vantagem considerável, tendo controlado cerca de 70% do território nacional. No entanto, gradualmente, as FAA, inverteram a situação militar a seu favor, como consequência do esforço político e diplomático do Governo de Angola, que conseguiu ser reconhecido pelos EUA em 1994 e logrou que a ONU decretasse sanções à UNITA.

Face a inversão da situação militar, diplomática e política a favor do governo angolano, a UNITA viu-se forçada a assinar o Protocolo de Lusaka, em Novembro de 1994. Na sequência, em 1997, foi formado o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), no qual faziam parte membros do MPLA e UNITA (Messiant, 2004). No entanto, a UNITA aproveitou a relativa paz alcançada no âmbito dos Acordos de Lusaka para se preparar e aumentar a sua capacidade militar. Segundo Guerra (2002), Savimbi sempre aproveitou os curtos períodos de paz resultantes dos acordos de paz assinados entre o governo do MPLA e a UNITA (Bicesse e Lusaka) para “se reequipar, se rearmar, se reorganizar, retomar posições e voltar a guerra” (Cordeiro, 2002, para. 5).

Face às constantes violações dos termos dos acordos por parte da UNITA e seu não desarmamento, o governo angolano lançou “o que denominou a sua ‘guerra pela paz, contra um inimigo’ que nunca respeitou os acordos” (Messiant, 2004, p. 22). Apesar de inicialmente as forças militares do governo terem sofrido vários revezes, posteriormente a balança pendeu a seu favor, tendo logrado destruir a capacidade das forças militares da UNITA de fazer uma guerra convencional. Por conseguinte, a UNITA foi forçada a regressar a guerra de guerrilha. Contudo, não teve sucesso. No dia 22 de Fevereiro de 2002, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, morreu em combate, facto que levou a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, entre o Governo do MPLA e a UNITA, no dia 4 de Abril de 2002, pondo fim a um longo conflito armado e, consequentemente, iniciou-se uma era de paz.

2.2 A Segurança do Estado na Agenda do Governo de Angola

O fim do conflito militar não impediu a priorização das questões de segurança militar, tendo em conta a especificidade e a localização geográfica do país. Angola encontra-se localizada tanto

na África Central como na África Austral, tornando o país vulnerável aos conflitos armados e a instabilidade político-militar na vizinha República Democrática do Congo (RDC), tendo em conta que ambos países partilha uma extensa fronteira, numa dimensão de 2646 quilómetros (ver Figura 2). Dizia Franz Fanon e com razão que “a África tem a forma de um revólver e o Congo é o gatilho” (Pegado, 2014, p. 176). Neste sentido, a RDC é um país potencialmente desestabilizador e coloca Angola em permanente alerta (Caetano, 2021), facto que torna a segurança militar ainda uma prioridade na agenda do governo angolano.

Actualmente, na qualidade de membro da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, fundada em 1994, Angola tem estado empenhado para se encontrar uma solução pacífica para os conflitos armados na RDC. Angola também envidou esforços no sentido de se alcançar uma paz duradoura na Região dos Grandes Lagos, tendo mediado o conflito interno na República Centro Africana e neste momento se encontra a mediar o conflito diplomático, com potencial para se tornar uma guerra de grandes proporções, que opõe a RDC ao Ruanda.

Além da fronteira com a RDC, Angola também partilha fronteiras com a República do Congo, numa extensão de 231 km, com a República da Zâmbia numa extensão de 1065 km e com a República da Namíbia numa extensão de 1427 km, totalizando 5 369 km de fronteiras terrestres (CIA, 2021). A fronteira com a República do Congo ainda representa uma preocupação permanente, tendo em conta a existência de um movimento armado que reclama a independência do enclave de Cabinda, a província angolana que partilha a fronteira com o referido país. A Zâmbia e a Namíbia são países estáveis, portanto, não representam nenhuma ameaça, em termos de segurança, para Angola.

Além do mais, Angola tem uma costa marítima de 1 600 km de extensão (CIA, 2021). As extensas fronteiras terrestres e marítimas colocam outros desafios a Angola em termos de segurança militar, destacando-se o fenómeno da imigração ilegal e o fenómeno da pirataria marítima. Quanto ao primeiro, se pode notar que o fim da guerra e o elevado crescimento económico que se verificou no pós-guerra levaram a que “muitos estrangeiros (imigrantes e refugiados) de diferentes origens optassem por Angola para realizar seus projectos migratórios” (Milagres e Santos, 2018 citado por Chico, 2020, p. 193). Neste quesito, a fronteira com a RDC também representa uma preocupação permanente, uma vez que dada a situação de instabilidade político-militar e sucessivas crises socioeconómicas que o referido país enfrenta, os cidadãos congolese democráticos são a maioria em termos de imigrantes ilegais em Angola.

Relativamente ao segundo, Angola faz parte do Golfo da Guiné, novo foco de pirataria marítima e de assaltos à mão armada contra navios (AMACN). A Região é rica em recursos naturais e “três dos maiores produtores de gás natural e petróleo estão situados na área - a Nigéria, a Guiné Equatorial e Angola” (Ramos, 2014, p. 56). Este facto despertou interesse da parte das organizações criminosas que se dedicam a pirataria marítima e AMACN. Por conseguinte, “no espaço de uma década, o Golfo da Guiné tornou-se uma das zonas marítimas mais perigosas do mundo” (Ramos, 2014, p. 56). Tal como refere Ramos (2014, p. 57), a “insegurança marítima é um problema regional que ameaça de forma muito permanente o comércio, comprometendo o desenvolvimento desta zona económica e trazendo instabilidade aos países do Golfo da Guiné. Os Estados regionais ainda se encontram numa fase embrionária no combate a este flagelo, não estando ainda preparados para realizar ações de combate à pirataria marítima e AMACN”

Face a esta realidade, Angola está obrigado a implementar uma estratégia de combate a estes fenómenos para melhorar a sua segurança fronteiriça e marítima, tornando a Segurança do Estado, na vertente militar, uma prioridade do Estado angolano.

Figura 1: Mapa de Africa



Fonte: www.posterlounge.pt

Face as preocupações acima expostas, o PND 2013-2017 e o PDN 2018-2022 prevêem a modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional. O PND 2013-2017 prevê a melhoria da qualidade e das capacidades técnica, operacional, logística e infraestrutura das Forças Armada Angolana (FAA) através das seguintes medidas (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012, p. 50):

- “Executar programas e planos de reabilitação e edificação de capacidades militares múltiplas, particularmente a modernização da técnica militar e de asseguramento operacional;
- Executar programas e planos de edificação de capacidades no domínio das infraestruturas de defesa, administrativas e sociais, para satisfação das necessidades dos efetivos nos domínios habitacional, dormitórios, desporto, lazer, etc.;
- Criar uma indústria militar que concorra para o aumento da capacidade das FAA, bem como a sua auto-suficiência em víveres, vestuário, calçado e outros bens essenciais para o seu funcionamento;
- Criar centros de investigação científica orientada para o aumento da capacidade da indústria militar nacional”.

Na mesma linha, a Política de Defesa Nacional inserida no PDN 2018 - 2022, dentro do eixo “Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do Seu Papel no Contexto Internacional e Regional, anelava o fortalecimento e valorização das forças armadas, e reforço das suas capacidades técnico-matérias. Já a Política de Segurança Nacional e dos Cidadãos, que também faz parte do mesmo eixo, almejava o reforço do combate à criminalidade e à delinquência, a melhoria do controlo das fronteiras nacionais e emigração (ilegal) e a melhoria da capacidade nacional de prevenção e socorro das populações.

Em termos gerais, as políticas inseridas no âmbito do eixo “garantia de estabilidade e integridade territorial” têm como objectivos principais melhorar a eficácia e a eficiência dos efectivos das forças armadas e dos diferentes serviços de segurança, potenciar as capacidades combativas das forças armadas e garantir a presença das forças de segurança em toda extensão da fronteira terrestre, marítima e lacustre.

2.3 A Segurança Humana na Agenda do Governo de Angola

Tal como já foi atrás referido, o fim da guerra civil levou à priorização das preocupações relativas à segurança humana. Neste sentido, Angola tem estado a elaborar e a implementar políticas públicas direccionadas à segurança humana. Questões ligadas às dimensões da segurança humana constam na constituição de Angola em vigor, nas estratégias de combate à pobreza e desenvolvimento rural, na Estratégia a Longo Prazo – Angola 2025 e nos Planos Nacionais de Desenvolvimento de 2013 – 2017 e de 2018 - 2022.

A título de exemplo, os Planos Nacionais de Desenvolvimento de 2013-2017 e de 2018 - 2022 priorizam, claramente, as componentes da segurança humana. Segundo o PND 2013-2017, a “população e o homem angolano não podem deixar de ser o ponto de convergência de todos os resultados, políticas e ações de promoção de desenvolvimento” (Ministério do Planeamento, 2012).

A propósito, no quadro do PND 2013 – 2017 foi elaborado a Política Nacional da População, com muitos objectivos relacionados com a segurança humana, destacando-se (i) a melhoria substancial do nível de vida das famílias, (ii) a elevação do nível de bem estar e a independência económica da população idosa, (iii) a promoção da dignidade, autonomia e a auto-suficiência económica dos indivíduos portadores de deficiência, (iv) a promoção da qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica, (v) a redução significativa das mortalidades materna, mortalidade infantil e infanto-juvenil, (vi) e respeitar e valorizar a identidade e singularidade dos grupos etno-linguísticos (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012).

No mesmo sentido, a constituição em vigor também defende a priorização das questões e preocupações relacionadas com a segurança humana, uma vez que, de entre as tarefas fundamentais do Estado angolano constam aquelas que garantem a segurança humana, nomeadamente (i) assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais; (ii) promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos; (iii) promover a erradicação da pobreza; (iv) promover políticas que permitam tornar universais e gratuitos os cuidados primários de saúde; (v) promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito; (vi) defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais; e (vii) promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos (Lei 18/21, 2021).

No que concerne, especificamente, a segurança económica das pessoas, no quadro da Estratégia a Longo Prazo (ELP) - Angola 2025 foi formulada a “Política Macroeconómica”, cujo objetivo global é “criar as condições de estabilidade, eficácia e eficiência da economia, de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo” (Ministério do Planeamento, 2007). De entre os objectivos específicos constam, “(i) concretizar a diversificação da economia angolana através, nomeadamente, da implementação progressiva de fileiras e clusters de actividades económicas, (ii) incentivar o crescimento de novas exportações, e (iii) apoiar a expansão do

emprego produtivo e justamente remunerado, visando o combate à pobreza e uma distribuição equitativa do rendimento (Ministério do Planeamento, 2007).

Em concordância com o ELP - Angola 2025, o PND 2013-2017 formulou e implementou, de entre várias, a Política de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica. Na vertente da promoção do crescimento económico, o PND 2013 - 2017 define como um dos objectivos “promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica e na expansão das oportunidades de emprego”. Na óptica da promoção do emprego e capacitação, e valorização dos recursos humanos nacionais, o PND 2013-2017 traçou como objectivos a (i) promoção de uma política de prioridade ao emprego e à valorização dos recursos humanos nacionais, (ii) a promoção da inserção e reinserção na vida activa, e (iii) modernizar a organização do trabalho (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012).

Quanto a vertente de apoio às exportações, o PND 2013 - 2017 estabeleceu como objectivos (i) aumentar e diversificar as exportações não petrolíferas, promovendo os sectores com vantagens comparativas de custos nos mercados internacionais. Finalmente, no âmbito da promoção do empreendedorismo e desenvolvimento do sector privado nacional, o PND 2013 - 2017 determinou como objectivos, de entre outros, (i) promover a criação de uma classe empresarial preparada para dinamizar a actividade económica, e (ii) diminuir os custos de transacção inerentes à actividade económica no país (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento, 2012).

Os objectivos acima descritos se enquadram dentro dos objectivos da “Política Macroeconómica” da ELP Angola 2025, cujos objectivos específicos incluem, (i) sustentar a desenclavização da economia angolana, através do apoio a diversificação da economia angolana e surgimento de novas actividades valorizadas dos recursos minerais do país, (ii) diversificação estrutural da economia angolana, (iii) alcançar níveis elevados de emprego, produtividade e competitividade, e (iv) promover acesso de todos os angolanos a um emprego produtivo, qualificado, remunerador e socialmente útil e assegurar a valorização dos recursos humanos nacionais (Ministério do Planeamento, 2007).

No mesmo sentido, o PDN 2018 - 2022 elaborou e executou políticas direccionadas a segurança económica dos indivíduos, dentro do eixo “Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo”, nomeadamente (i) a Política do Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade, (ii) a Política do Fomento da Produção, Substituição de

Importação e Diversificação das Exportações, e (iii) a Política de Emprego e Condições de Trabalho. A primeira política visava a melhoria do ambiente de negócios e concorrência, a melhoria da competitividade e da produtividade, a melhoria do sistema nacional de qualidade e a promoção da inovação e transferência de tecnologia. A segunda política almejava apoiar a produção, substituição das importações e diversificação das exportações, fomentar a produção agrícola e pecuária, fomentar a indústria transformadora e desenvolver o sector hoteleiro e do turismo, entre outros objectivos. Finalmente, a terceira política anelava a reconversão da economia informal devido aos elevados índices de informalidade da economia angolana, a promoção da empregabilidade, e a melhoria da organização e das condições de trabalho (Ministério da Economia e Planeamento, 2018).

De modo geral, as políticas macroeconómicas constantes tanto no PND 2013-2017 como no PDN 2018-2022 visavam a diversificação da economia e a melhoria do ambiente de negócios no intuito de atingir um crescimento económico sustentável, sustentado e inclusivo, capaz de gerar empregos suficientes que permitem a maioria da população angolana ter um emprego decente e a sua segurança económica garantida.

Na mesma linha, nos termos da Constituição de Angola, em vigor, o trabalho (emprego) é um direito e um dever de todos, tendo todo trabalhador direito à formação profissional e a justa remuneração. Adicionalmente, para assegurar o direito ao trabalho, a constituição incumbe ao Estado promover a implementação de políticas de emprego, a formação e o desenvolvimento tecnológico, bem como a valorização profissional dos trabalhadores (ver Artigo 76.º da Lei 18/21, de Revisão Constitucional).

No âmbito da Agenda 2030, todos os países assumem responsabilidades próprias no que concerne à sua implementação. Na sequência, muitos governos têm feito esforços para cumprir com as metas do ODS 8, através de definição de metas concretas. No caso concreto de Angola, em 2021 o governo angolano apresentou ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas, o primeiro Relatório Nacional Sobre Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo declarado que o país identificou, nas ações e iniciativas do governo, informações sobre 191 indicadores de desenvolvimento, de um total de 231 formulados na Agenda 2030, realçando que o país classificou-se com uma média de 82% de alinhamento entre o PDN 2018 - 2022 e a Agenda 2030 (Governo de Angola, 2021; Observador, 2021).

Sobre os indicadores referentes à segurança económica das pessoas, Angola destacou que o governo, através do PDN 2018 - 2022 implementa diversos programas para promover o trabalho digno e o crescimento económico, tendo ressaltado três programas: (i) o Programa de Reconversão da Economia informal, (ii) o Programa de Empregabilidade e (iii) o Programa de Melhoria da Organização e das Condições de Trabalho (Governo de Angola, 2021).

Em suma, o fim do conflito armado provocou mudanças na abordagem, discursos, políticas e práticas sobre questões de segurança. Na sequência, o Estado angolano concedeu importância e prioridade as questões de segurança humana como complemento às questões da segurança militar. Em poucas palavras, Angola passou a priorizar tanto as questões de segurança militar como as preocupações de segurança humana.

CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE AS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E A GERAÇÃO DE EMPREGO NO CONTEXTO ANGOLANO

Este capítulo aborda a pergunta de partida “se o crescimento económico conduz a criação de empregos e, na sequência, a redução de emprego, por que Angola está longe de atingir a segurança económica da maioria da sua população?”. Para tal far-se-á uma análise da influência das determinantes do crescimento económico na geração de emprego, utilizando o modelo adotado e apresentado na secção 1.4 do Capítulo 1.

As determinantes serão avaliadas para determinar até que ponto elas facilitam ou limitam o aumento do produto interno bruto (PIB) no contexto angolano e, conseqüentemente, a criação de empregos. Ressalta-se, mais uma vez, que o modelo adotado no presente estudo é: $Y = f(K, L, H, A, G)$, onde: Y = Produção, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB), K = Capital físico, L = Mão de obra, H = Capital humano, A = Progresso tecnológico, e G = Instituições governamentais. F representa a relação entre os fatores de produção e o crescimento económico. O modelo adotado assume que o crescimento económico é uma função dos factores (K, L, H, A, G), que promovem ou impedem o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), *ceteris paribus*.

Além disso, a presente dissertação assume, em consonância com a Lei de Okun (Okun, 1962) que existe uma relação inversa entre o PIB e o desemprego, ou seja, o aumento do PIB (crescimento económico) aumenta a oferta de empregos e, na sequência, reduz o desemprego.

3.1 O Capital Físico e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola

Com atrás referido, o governo angolano formulou e implementou várias políticas programas cujo focal principal é alcançar um crescimento económico sustentável capaz de gerar empregos suficientes para reduzir os elevados índices de desemprego no país. Em face disso, as distintas políticas e programas elaborados e executados pelo Governo de Angola, no período 2002 a 2022 preconizavam, dentre outras tarefas, a reabilitação das infraestruturas para a provisão dos serviços de saúde e de educação e a reabilitação das infraestruturas económicas, de asseguramento do ambiente macroeconómico estável para o relançamento da economia nacional, de fomento e do incentivo de actividade económica.

A título de exemplo, o Programa do Governo de Angola para o período de 2003-2005 almejava, na vertente do capital físico, o “aumento do emprego dos recursos de capital e trabalho” (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2002, p. 8). Com base nesta perspectiva, no período de 2003 e 2004, o Governo de Angola continuou a priorizar o investimento nas infraestruturas, com destaque para:

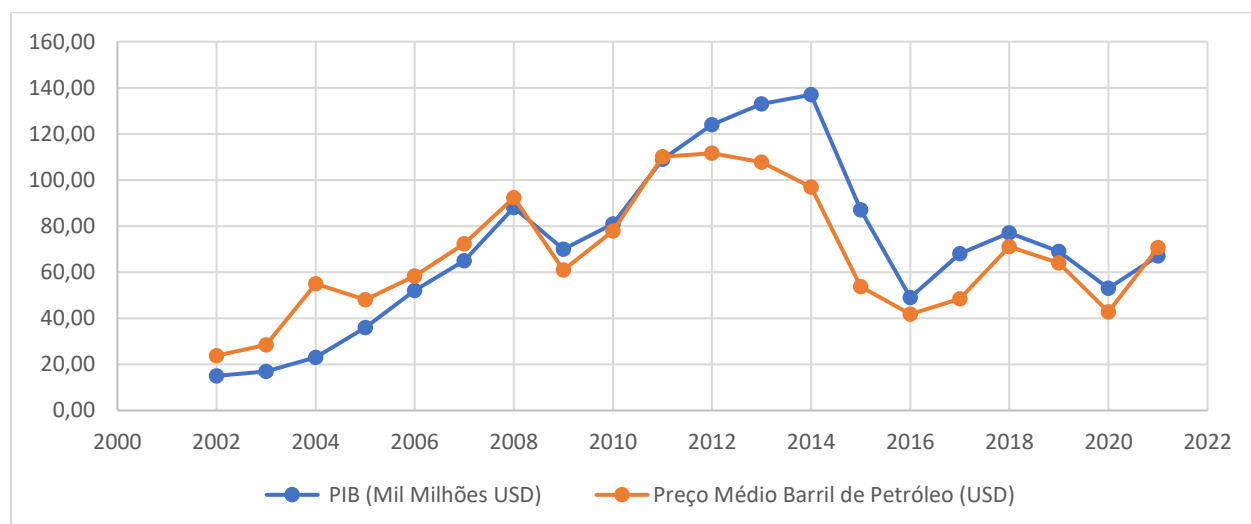
- A Reabilitação e Construção de infraestruturas de transporte (redes viárias, ferroviários, portos e aeroportos) e um sistema de transporte intermodal;
- A reabilitação e construção dos sistemas de produção e distribuição de água e electricidade;
- A reabilitação e construção de canais de irrigação agrícola.

Nos programas subsequentes, nomeadamente, (i) o Programa Geral do Governo (PGG) 2005-2006, (ii) o Programa Geral do Governo (PGG) 2007-2008, (iii) o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e (iv) o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, o governo angolano continuou a priorizar a reabilitação e construção de infraestruturas sociais e económicas tais como escolas, universidades, unidades sanitárias, estradas, pontes, portos, aeroportos, caminhos de ferro e barragens hidroelétricas, no sentido de criar as infraestruturas e condições necessárias para alavancar o sector não petrolífero da economia e mudar a estrutura da economia angolana, e elevar a contribuição de outros sectores chaves (indústria transformadora e a agricultura) no Produto Interno Bruto.

Esperava-se que, com a implementação dos planos, programas e políticas acima referidos fosse alterada a estrutura da economia angolana, através do aumento da contribuição dos sectores não petrolífero no PIB. Dito de outra maneira, havia expectativas que a economia fosse diversificada e resultasse num crescimento económico sustentável, que fosse capaz de criar empregos suficientes para reduzir significativamente as elevadas taxas de desemprego e, na sequência, fossem garantidas a segurança económica da maioria da população angolana.

Entretanto, dados disponíveis indicam que o elevado crescimento económico registado em Angola no período pós-guerra é uma consequência do aumento da produção de petróleo, assim como do incremento do preço do referido produto no mercado internacional, tal como se pode verificar na Figura 2 e no Quadro 1 (Anexo I).

Figura 2: Gráfico do PIB (Mil Milhões USD e Preço Médio de Barril do Petróleo (USD)



Fonte: Autor (2023) processado no Excel com dados do Banco Mundial (2023b), do CEIC – UCA (2021) e oficiais

O fim da guerra civil em Angola coincidiu com uma fase em que o preço do petróleo nos mercados internacionais estava a aumentar, tornando atractivo o investimento directo estrangeiro no sector petrolífero no país. Em vista disso, várias multinacionais estrangeiras do sector, tais como a Chevron - Texaco, Mobil, Esso, Total, Agip, Energy Africa e BP Amoco investiram grandes quantidades de recursos financeiros em Angola, o que resultou num aumento substancial de investimentos de capital físico no sector petrolífero. A título de exemplo, no período de 2000 a 2006 foram investidos cerca de USD 21 mil milhões em equipamentos de perfuração de poços de petróleo, destacando-se os investimentos efectuados nos seguintes blocos (Center for Energy Economics of University of Texas, 2001):

- Bloco 14: A Chevron – Texaco investiu neste bloco USD 6 mil milhões.
- Bloco 17: A TotalFinaElf investiu cerca de USD 8 mil milhões neste bloco.

Como resultado os investimentos efectuados neste período, a produção de petróleo em Angola, aumentou de 903 000 (barris por dia) em 2002 a 1 400 000 (barris por dia) em 2006, tal como se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1: Produção de Petróleo em Angola (barril por dia) e a Média do Preço de Petróleo (USD)

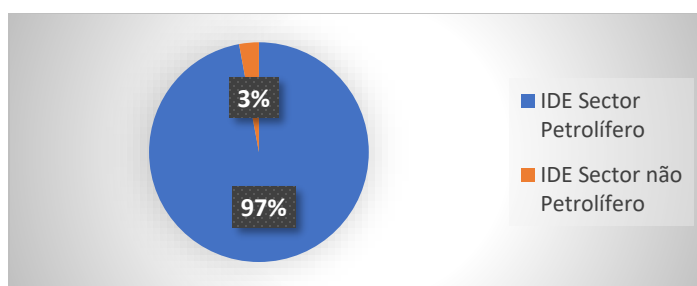
	2002	2003	2004	2005	2006
Produção Diária	903 000	942 000	1 000 000	1 240 000	1 400 000
Preço do Petróleo (média)	23.78	28.42	54.93	47.97	58.30

Fonte: Autor (2023), com dados do Ministério dos Petróleos do Departamento de Energia dos EUA

Em face disso, o investimento de capital tem-se concentrado principalmente no sector petrolífero (ver Figura 3 e Quadro 2, abaixo) porque a vantagem competitiva do sector supera os factores negativos do país. Em 2022, o sector petrolífero recebeu 6,6 mil milhões de USD, num total de 6 797 mil milhões de USD, o que corresponde a 97,1% do total do IDE recebido no país. O sector não petrolífero atraiu apenas 2.9% do total do IDE, ou seja, recebeu apenas 197 milhões, em 2022, conforme indica a Figura 3 e o Quadro 2 (Expansão, 2023).

Portanto, se pode dizer que o investimento em capital físico no sector petrolífero é o motor do crescimento económico em Angola.

Figura 3: Gráfico Sobre IDE em Angola 2022



Fonte: Autor (2023), processado no Excel com dados oficiais

Quadro 2: Investimento Directo Estrangeiro em Angola 2022 (US\$)

IDE Sector Petrolífero	97%	6 600 000 000
IDE Sector não Petrolífero	3%	197 000 000
Total IDE	100%	6 797 000 000

Fonte: Jornal Expansão (2023) com dados oficiais

Porém, a dominância do petróleo na composição do PIB exerce efeitos negativos na economia. Por exemplo, apesar da sua contribuição positiva para o PIB, os projectos petrolíferos têm um conteúdo de importação muito elevado e muito poucas ligações com as empresas locais. Embora o governo tenha implementado um programa de angolanização do sector petrolífero, exigindo as empresas estrangeiras programas *ad hoc* para aumentar a participação de empresas angolanas no sector, a integração entre as empresas nacionais e estrangeiras permanece limitada e muito baixa (Banco Mundial, 2006). Além disso, a indústria petrolífera é intensiva em capital e proporciona poucos empregos.

Apesar do esforço do governo angolano para diversificar a economia, o sector petrolífero continua a ser o principal contribuinte do PIB, embora houve uma redução da sua participação tendo, reduzido de 44,5, em 2002, a 32,0, em 2020 (ver Quadro 3 e Figura 4, abaixo). O sector da

agricultura aumentou a sua contribuição no PIB, saindo de 4,1%, em 2002, a 9,2%, em 2020, conforme ilustra o Quadro 3 e Figura 4. No entanto, a contribuição deste sector no PIB tem estado muito abaixo das expectativas, contribuindo menos de 10%, ao longo do período em análise.

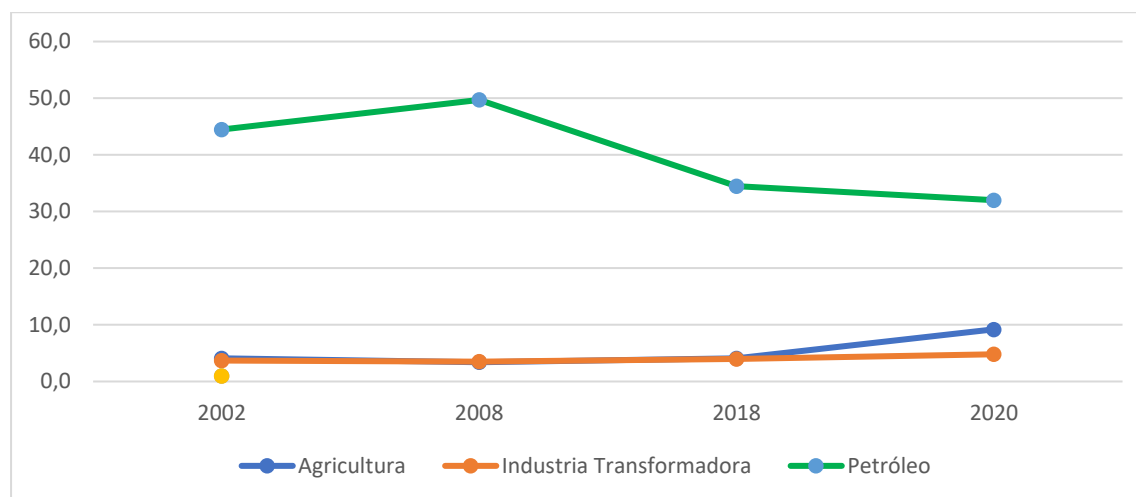
Já a indústria transformadora teve uma contribuição no PIB muito limitada, saindo de 3,7% em 2002 a 4,8% em 2020 (ver Quadro 3 e Figura 4, abaixo). Em outras palavras, a indústria transformadora, um sector chave para a diversificação da economia e a criação de emprego, tem estado a contribuir ao PIB menos de 5%, muito aquém do seu potencial.

Quadro 3: Contribuição da Agricultura, Indústria Transformadora e Petróleo no PIB (%)

Setores de Atividades	2002	2008	2018	2020
Agricultura	4,1	3,4	4,1	9,2
Indústria Transformadora	3,7	3,5	4,0	4,8
Petróleo	44,5	49,7	34,5	32,0

Fonte: Autor (2023), com dados da CEIC – UCA (2021)

Figura 4: Gráfico Ilustrando a Contribuição da Agricultura, Indústria Transformadora e Petróleo no PIB (%)



Fonte: Autor, processado em Excel com dados da CEIC – UCA (2021)

O Quadro 3 e Figura 4 também evidenciam que não obstante o esforço do governo angolano para diversificar a economia, o sector petrolífero continua sendo o que mais contribui à produção nacional, apesar de ter reduzido a sua contribuição de 44,5% (em 2002) a 32,0% (em 2020).

Além disso, no período de 2003 a 2015, o sector petrolífero foi o que mais cresceu, tendo crescido, em média 2,98%, seguido dos sectores da construção com 0,97% e do Estado com 0,74% (ver Quadro 4, abaixo). Os sectores da agricultura e da indústria transformadora, dois sectores chaves para a diversificação económica, cresceram em média apenas 0,33% e 0,28% respectivamente, ficando muito aquém das suas potencialidades (ver Quadro 4, abaixo).

Quadro 4: Média de Crescimento de alguns Sectores (%), 2003 – 2015

Setores de Atividades	MÉDIA 03/15
Agricultura	0,38
Pescas	0,14
Petróleo e Gás	2,98
Diamante e outros	0,09
Indústria transformadora	0,28
Electricidade	0,11
Construção	0,97
Comércio	0,67
Transporte e armazenagem	0,19
Correios e telecomun.	0,37
Bancos e Seguros	0,14

Fonte: CEIC-UCA, 2017

No entanto, dada a natureza do sector petrolífero, o mesmo contribuiu muito pouco na geração de empregos. O Quadro 5, sobre o panorama do emprego no sector petrolífero entre 2002 e 2014, evidencia, nitidamente, que apesar de ser o principal factor do crescimento económico em Angola, o sector petrolífero contribuiu como menos de 2% do total de emprego existentes no mercado de trabalho em Angola, progredindo de 0,35% (em 2002) a 1,49% (em 2014).

Quadro 5: Panorâmica de Emprego do Sector Petrolífero entre 2002 - 2014

Ano	Emprego Sector Petrol.	Total de Emprego	% no Sector Petrol.
2002	14 223	4 043 287	0,35
2004	14 996	4 360 109	0,34
2006	15 394	4 704 423	0,33
2008	64 559	5 043 104	1,28
2010	79 697	5 419 675	1,47
2012	92 241	5 708 080	1,62
2014	92 241	6 203 700	1,49

Fonte: Autor (2023), com dados do CEIC-UCA (2017)

O quadro precedente permite ter uma noção sobre a contribuição do sector petrolífero na geração de emprego. Sendo assim, se pode deduzir que, não obstante ser a indústria que mais contribui para o PIB, o sector petrolífero tem pouco impacto positivo no emprego/desemprego.

O Quadro 6, a seguir, indica que durante a fase do crescimento económico (2002-2014), a maioria da população empregada estava inserida no sector da agricultura, embora tenha havido

uma redução, passando de 55%, em 2002, a 47%, em 2014. No entanto, ressalta-se que a maioria dessas pessoas empregadas neste sector estão envolvidas na agricultura familiar, que, regra geral, é uma agricultura de subsistência.

Tal como refere Gonçalves (2021), a economia familiar rural traduz um quadro de mera sobrevivência dos trabalhadores envolvidos e denotam um estado de precariedade dos empregos criados nos sectores da economia informal. O principal objectivo da agricultura de subsistência é a produção de alimentos para garantir a sobrevivência das pessoas, famílias e comunidades envolvidas neste processo, embora haja venda dos produtos excedentes e muitos camponeses têm contactos comerciais para a venda dos seus produtos.

Quadro 6: Panorâmica Sobre Emprego na Agricultura

Ano	Emprego na Agricultura	Emprego em Angola	% de Emprego na Agricultura
2002	2231434	4043287	55
2004	2369037	4360109	54
2006	2510897	4704423	53
2008	2621107	5043104	51
2010	2766221	5419675	51
2012	2913360	5708080	51
2014	2932763	6203700	47

Fonte: CEIC - UCA (2017)

Já o Quadro 7, abaixo, ilustra que menos de 1,5 % das pessoas empregadas estão no sector da indústria transformadora, ficando muito abaixo das expectativas e do seu potencial em termos de geração de emprego.

Quadro 7: Panorâmica Sobre Emprego na Indústria Transformadora

Ano	Emprego na Indústria Transformadora	Total de Emprego Em Angola	% de Emprego na Ind. Transf.
2002	56255	4043287	1,39
2004	53745	4360109	1,23
2006	56017	4704423	1,19
2008	59419	5043104	1,09
2010	66109	5419675	1,21
2012	72976	5708080	1,27
2014	80135	6203700	1,29

Fonte: CEIC - UCA (2017)

Em suma, embora o sector não petrolífero tem aumentado o seu contributo no PIB, o sector petrolífero ainda joga um papel preponderante na economia angolana, uma vez que é a responsável

por cerca de 95% das exportações, contribui um pouco mais de um terço ao PIB e arrecada mais de 60% das receitas fiscais. No demais, é o sector que mais atrai IDE para o país. Porém, emprega pouca mão de obra, uma vez que se trata de um sector de enclave e de capital intensivo.

A análise precedente é corroborada por vários relatórios do CEIC-UCA que têm constatado e ilustrado, com bastante clareza, que Angola continua sem alternativas sustentáveis à produção e às exportações de petróleo, o motor da economia angolana desde a independência do país, isto é, a despeito de discursos oficiais no sentido de se alterar a estrutura da economia angolana para atingir a diversificação económica, Angola continua “tão sobre-dependente do petróleo” (CEIC, 2021). Em suma, o crescimento económico verificado em Angola pós-guerra não foi aproveitado para diversificar a economia, ou seja, "o crescimento foi claramente insuficiente para induzir alterações estruturais estruturastes e consistente" (CEIC-UCA, 2021, p. 104), e na sequência, "a estrutura económica (de Angola) tem permanecido, no essencial, inalterado (CEIC-UCA, 2021), como ilustra o Quadro 3 e a Figura 4. As constatações da CEIC – UCA (2021, p. 23) podem ser resumidas na seguinte afirmação:

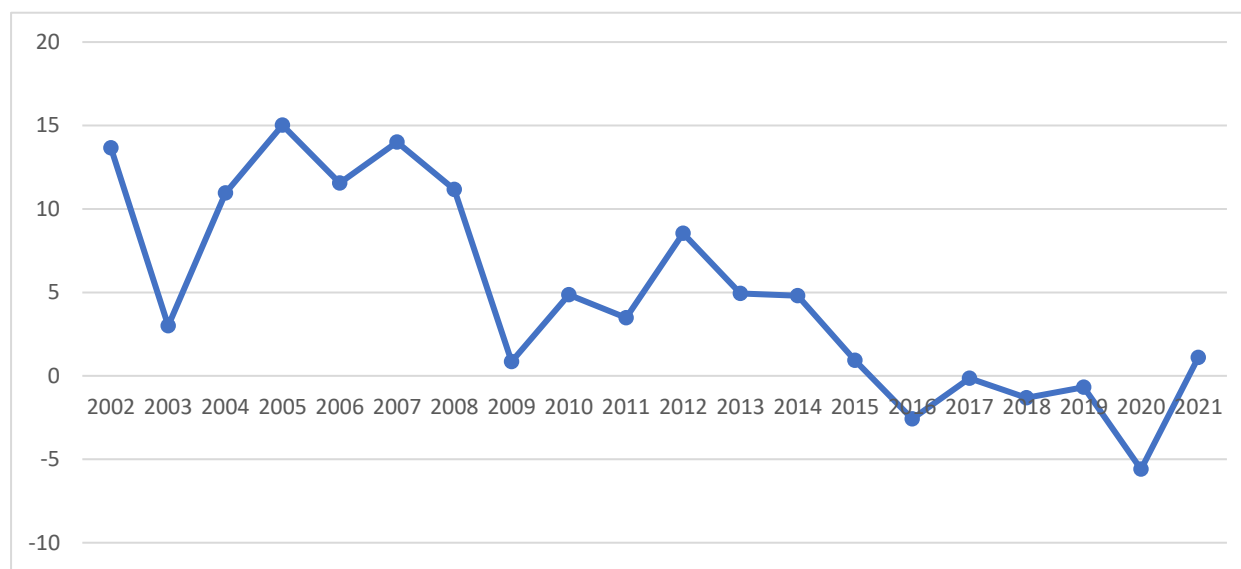
Normalmente, quando o preço do barril de petróleo cai, a economia nacional despenca, colocando-se em destaque a sua fraca capacidade de resistência a choques extremos. Desde a independência que tem sido assim, não se tendo registado alterações estruturais tendentes a modificar a situação de subordinação ao petróleo (CEIC - UCA, 2021, p. 23).

A Figura 5 é um gráfico que ilustra as taxas de Crescimento do PBI (%) de Angola de 2002 a 2021. O Quadro 1 (Anexo 2) mostra dados sobre o crescimento do PBI angolano. Uma análise breve e simples ao gráfico e ao quadro acima referidos permite depreender que a economia angolana do período pós-guerra pode ser dividida em duas fases principais.

A primeira é a fase do crescimento económico, que vai de 2002 a 2014, caracterizada por altas taxas de crescimento económico no período de 2003 a 2008. Durante esta fase houve curta crise em 2008-2009 derivado da crise do *subprime* que acabou por afectar o preço do petróleo no mercado internacional (ver Quadro 1, Anexo 2).

Com a subida do preço do barril de petróleo, a economia voltou a crescer aos níveis do período 2003-2008, embora não tenha atingido o pico do período passado.

Figura 5: Taxa de Crescimento do PBI de Angola (%)



Fonte: Autor (2023), processado no Excel, com dados do Banco Mundial (2023b)

A segunda fase é caracterizada por uma crise económica-financeira profunda cujos efeitos perduram até os dias de hoje. Está fase corresponde ao período de 2016 a 2020, com taxas negativas de crescimento (ver Quadro 1, Anexo 2), podendo ser considerada a fase da “recessão económica”. O ano de 2015 pode ser considerada o ano de transição entre a fase do crescimento económico e a fase de recessão económica. Já o ano de 2021 pode ser considerada o ano de regresso ao crescimento económico (ver Quadro 1, Anexo 2). Entretanto, em todas essas fases, o petróleo tem sido o motor da economia.

3.2 A Mão de Obra e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola

Como já foi referido, uma das principais determinantes do crescimento económico é a mão de obra. O aumento do PIB através da mão-de-obra acontece, regra geral, através do crescimento populacional e do aumento da produtividade do trabalho. Sendo assim, a mão-de-obra é fundamental para o crescimento económico e a produtividade de longo prazo. Tendo em conta que a mão de obra é o número de trabalhadores existente numa economia, a melhoria da qualidade da força de trabalho constitui um elemento para o aumento da produção num determinado país. Adicionalmente, a produtividade depende, estreitamente, da qualificação da mão-de-obra.

Por conseguinte, é necessário que se eleve as qualificações da mão-de-obra. Nesta senda, o governo angolano tomou um conjunto de medidas para melhorar a qualidade da mão-de-obra e da sua produtividade. Para tal, o PND 2013 - 2017 estabeleceu a política de promoção de emprego e

de capacitação e valorização dos recursos nacionais, tendo como prioridades a implementação da estratégia nacional de desenvolvimento de recursos humanos, abrangendo todos os níveis de qualificação (desde alfabetização, educação e formação iniciais até a formação avançada), a execução da estratégia nacional de formação de quadros (ENFQ), incentivar a formação profissional ao longo da vida e estimular a modernização da organização do trabalho (Ministério da Economia e Planeamento, 2018). A valorização dos trabalhadores nacionais é uma das metas a atingir. Na sequência, foi elaborado o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) como instrumento de execução da estratégia nacional de formação de quadros (ENFQ) e parte da estratégia nacional de desenvolvimento de recursos humanos (ENDRH).

Para dar sequência aos objectivos traçados na política de promoção de emprego e valorização dos recursos humanos, foi elaborada a Política de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, no quadro do PDN 2018-2022, tendo também o PNFQ 2013-2020 como o instrumento de operacionalização, embora tenha sofrido alguns ajustes na sua estrutura, metas e horizontes para adaptá-lo a conjuntura e às prioridades de desenvolvimento do país.

O acima exposto denota que o governo angolano desenvolveu uma política activa de desenvolvimento de competências para garantir o acesso à educação e à formação, indispensáveis para uma força de trabalho qualificada e adequada. Contudo, por mera observação, pode-se constatar que os resultados alcançados estão aquém do esperado. Em face disso, Angola ainda enfrenta vários problemas tais como a escassez gritante de mão de obra qualificada, a falta de capacidade da força de trabalho (por exemplo, conhecimentos, competências e recursos financeiros) para participar na economia formal, quer como produtores de bens, quer como fornecedores de mão-de-obra, a falta de educação e formação das pessoas para aproveitarem as vantagens das novas oportunidades de emprego.

No que concerne a produtividade, importa ressaltar que, não obstante o governo angolano ter tomado iniciativas para aumentar a produtividade bruta aparente do trabalho, os dados disponíveis indicam que a produtividade continua baixa, embora tenha aumentado de USD 3 946, em 2002, para USD 20 849, em 2014 (ver Quadro 1, Anexo 3).

No mesmo sentido, a CEIC (2016) aponta que a despeito da política de formação e reciclagem levada a cabo pelo governo angolano e suas instituições especializadas, a “produtividade geral da economia permanece baixa e, mais grave, incomparável com outras

economias dos países vizinhos de Angola, sobretudo na SADC, mas igualmente na CEEAC” (CEIC-UCA, 2017, p. 51).

3.3 O Capital Humano e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola

Na sequência dos objectivos estratégicos traçados na Estratégia a Longo Prazo - Angola 2025, foram elaborados a Política da Saúde e a Política de Educação no quadro dos PND 2013-2017 e PDN 2018 - 2022. No quadro do PND 2013 - 2017, o objectivo da Política de Educação é a promoção de desenvolvimento humano e educacional, com base numa educação e aprendizagem para todos. Para tal foram definidas várias prioridades, destacando-se o “aumento da qualidade do ensino a todos níveis do sistema de educação, assegurar a educação pré-escolar, garantir a obrigatoriedade e gratuidade da educação até ao 1.º Ciclo do Ensino Secundário (9 anos de escolaridade), ampliar a taxa de escolarização no ensino primário, secundário, com construção, expansão e apetrechamento de escolas e instituições existentes, e garantir a formação e capacitação dos professores e gestores escolares” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012, p. 105).

Quanto a Política do Ensino Superior constante no PND 2013 - 2017, estipula como objectivo principal estimular e desenvolver um ensino superior de qualidade. Relativamente a Política de Saúde, o PND 2013 - 2017 define como principal objectivo “promover de forma sustentada o estado sanitário da população angolana, assegurar a longevidade da população, apoiando as sociais mais desfavorecido e contribuir para o combate à pobreza” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012, p. 122). Sendo assim, as suas prioridades incluem (i) o aumento da esperança de vida à nascença, (ii) melhorar o IDH, e (iii) reduzir a mortalidade materna, infantil e infanto-Juvenil, bem como a morbilidade e mortalidade no quadro nosológico nacional” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012).

A Política de Educação e Ensino Superior assim como a Política da Saúde também constam no PDN 2018-2022, com algumas alterações e ajustes de objectivos e metas. Na sequência, a Política de Educação e a Política do Ensino Superior foram agregadas e incorporadas numa só política designada de Política de Educação e Ensino Superior, cujos objectivos incluem (i) a formação e gestão do pessoal docente, (ii) o desenvolvimento da educação pré-escolar, melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário, (iii) desenvolvimento do ensino secundário geral, (iv) melhoria e desenvolvimento do ensino técnico-profissional, (v) intensificação da

alfabetização e da educação dos jovens e adultos, e (vi) melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica (Ministério da Economia e Planeamento, 2018).

Quanto a Política de Saúde, a mesma mantém-se isolada no PDN 2018 - 2022 e de entre os seus objectivos fazem parte (i) a melhoria da assistência médica e medicamentosa, (ii) a melhoria da saúde materno-infantil e nutrição, e (iii) o combate às grandes endemias (Ministério da Economia e Planeamento, 2018).

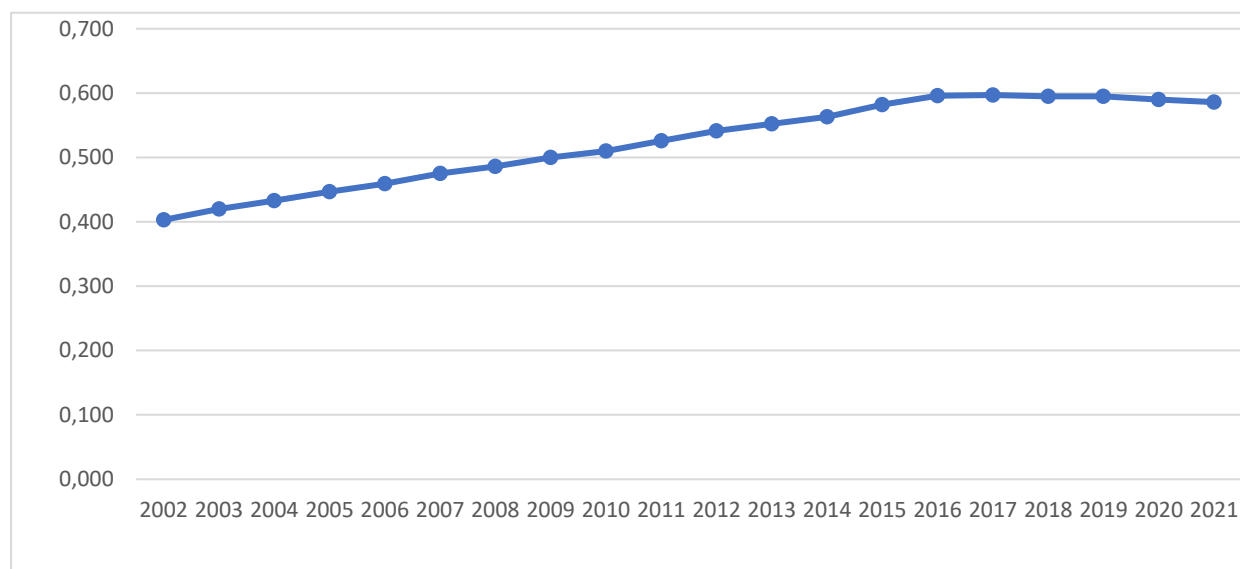
Contudo, apesar do esforço do governo angolano no sentido de melhorar os indicadores de educação e saúde, duas componentes do capital humano, Angola ainda enfrenta vários problemas nesses dois sectores. De acordo com o UNICEF, de 2001 até 2014, o número de crianças que ingressaram na escola em Angola quase quadruplicou. Contudo, segundo esta organização do Sistema das Nações Unidas, cerca de 22% das crianças em Angola ainda se encontram fora do sistema de ensino, 48% das crianças matriculadas não concluem o ensino primário e apenas 11% das crianças dos 3 aos 5 anos têm acesso à educação pré-escolar (UNICEF, 2023).

O governo angolano admite que Angola “apresenta níveis reduzidos de literacia e educação” [e] “as taxas de conclusão dos estudos são baixas em todos os níveis de ensino - 71% no ensino primário; 48% no I ciclo do ensino secundário; 3% no ensino superior” (Ministério da Economia e Planeamento, 2023, p. 42). Relativamente a taxa de analfabetismo de adultos, a mesma continua elevada, com cerca de 24% da população com 15 anos ou mais (Ministério da Economia e Planeamento, 2023). No mais, o governo assinalou que, não obstante Angola possuir programas de combate ao analfabetismo, “o número de jovens que chegam aos 15 anos e são analfabetos é especialmente preocupante” (Ministério da Economia e Planeamento, 2023, p. 42).

Em termos dos indicadores de saúde de Angola, dados disponíveis mostram uma melhoria significativa que permitiu uma melhoria na esperança de vida dos angolanos, evoluindo de 47 anos, em 2002, a 62 anos, em 2022 (World Bank, 2023a).

No quesito de desenvolvimento humano, dados disponíveis indicam que, de 2002 a 2009 Angola evoluiu de 0,403 a 0,500 (ver Figura 6 e Quadro 1 (Anexo 4), atingindo um índice de desenvolvimento humano (IDH) de país de médio desenvolvimento. Contudo, desde 2010 o IDH de Angola tem variado entre 0,510 a 0,597. Esta variação num período de 11 anos sugere que o país enfrenta ainda vários problemas económicos e sociais e que as políticas públicas viradas ao desenvolvimento do capital humano ainda não surtiram os efeitos desejados.

Figura 6: Gráfico Sobre IDH de Angola, 2002 - 2022



Fonte: Autor (2023), processado no Excel com dados do PNUD, 2002 - 2022

Em termos de ranking, Angola tem variado entre a posição 142 e a posição 167, conforme ilustra o Quadro 1 (Anexo 4). O IDH representa uma média de critérios avaliados: saúde (esperança de vida ao nascer), educação (nível de conhecimento da população, ou seja, o grau de instrução) e renda (PIB per capita). O IDH é classificado em (i) baixo desenvolvimento, (ii) médio desenvolvimento, (iii) alto desenvolvimento e (iv) muito alto desenvolvimento.

Face ao acima exposto, depreende-se que, no contexto angolano, a influência do capital humano no aumento do PIB é limitada e fraca. Na sequência, sua participação na geração de empregos é insignificante.

O baixo desenvolvimento tecnológico de Angola está relacionado com a escassez do capital humano, uma vez que este último fator é o motor da investigação e desenvolvimento, que potencia a inovação e o progresso tecnológico, conduzindo assim ao aumento da produção, produtividade e à criação de novos produtos (ver Romer, 1990). Tal como já foi referido, quanto mais educada for a força de trabalho de um país, maiores serão os benefícios das atividades de investigação e desenvolvimento em termos de crescimento económico. Portanto, não há forma de Angola alcançar um caminho de desenvolvimento económico sustentável sem o capital humano.

3.4 O Progresso Tecnológico e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola

Relativamente ao desenvolvimento tecnológico e científico, a constituição vigente na República de Angola consagra “vários pressupostos que visam promover a formação científica do

cidadão à excelência, à qualidade, à inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, e estimular o exercício da actividade docente e científica” (Decreto Presidencial n.º 201/11, 2011, p. 3570). Nesta senda, em 1997 foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia para reger a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Angola. De acordo com o Decreto Presidencial n.º 201/11 (2011, p. 3572), com a criação deste órgão ficou reforçada a sua aposta na “criação de condições para colocar Angola na senda do desenvolvimento científico e tecnológico”.

Com base nesta visão, nos anos subsequentes foram realizadas várias actividades incluindo a preparação da legislação de base de Ciência e Tecnologia. Na sequência foi aprovada a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI), através do Decreto Presidencial N.º 201/11, de 20 de Junho, com base nos pressupostos consagrados na constituição angolana que visam “promover a formação científica do cidadão à excelência, à qualidade, à inovação, ao desenvolvimento científico e tecnológico e estimular o exercício da investigação científica” (Decreto Presidencial n.º 201/11, 2011, p. 3569).

Na visão do governo, a efectiva implementação da PNCTI deve garantir a “produção e difusão do conhecimento, bem como o desenvolvimento tecnológico e a inovação, com intuito de dinamizar a produção nacional, erradicar a fome e combater a pobreza, contribuindo para eliminar os atrasos estruturais e promover a diversificação da economia nacional” (Decreto Presidencial n.º 201/11, 2011, p. 3592). O PND 2013-2017 e o PDN 2018-2022 estão alinhados com a PNCTI, uma vez que em ambos planos constam programas relacionados com a referida política.

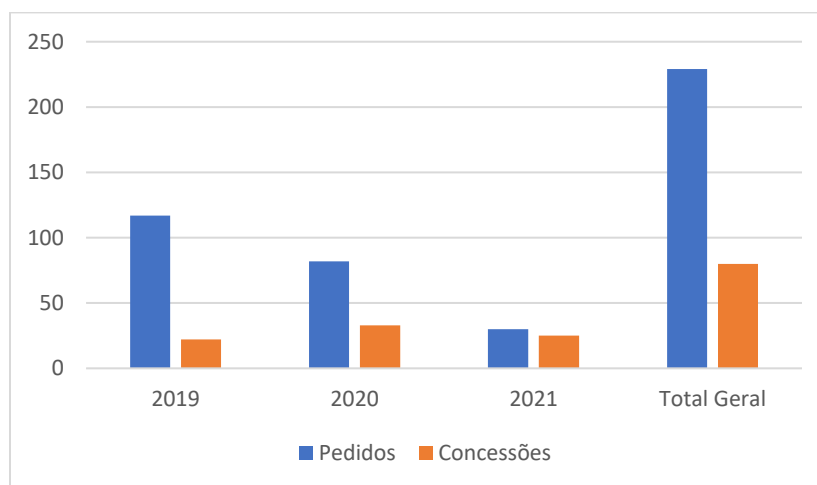
Apesar dos esforços do governo angolano para alcançar o desenvolvimento tecnológico e a inovação no intuito de aumentar a produção nacional, criar empregos e tornar o crescimento económico sustentável, a investigação e a inovação permanecem fracas, o que resultou num número limitado de patentes solicitadas (de 117 em 2019 para 82 em 2020), embora o número de patentes concedidas tenha aumentado de 23 para 33, entre 2019 e 2020, conforme se pode verificar no Quadro 8 e Figura 7, a seguir.

Quadro 8: Pedidos e Concessões de Patentes em Angola, 2019-2021

Ano	2019	2020	2021	Total Geral
Pedidos	117	82	30	229
Concessões	22	33	25	80

Fonte: WIPO, 2021citado pelo Governo de Angola, 2021

Figura 7: Gráfico Ilustrando Pedidos e Concessões de Patentes em Angola, 2019-2021



Fonte: WIPO, 2021 citado pelo Governo de Angola, 2021b

Contudo, no período entre 2020 e 2021 houve diminuição tanto no número de pedidos como na quantidade de concessões de patentes, tendo o primeiro reduzido de 82 a 30 e o segundo de 33 a 25, indicando uma fraca actividade de I&D, embora, se comparado com os anos anteriores, houve uma melhoria, uma vez que de 2008 a 2013 foram concedidas apenas 7 patentes em Angola (UNESCO, 2015).

Em termos de produção científica, houve uma evolução, embora com valores muito baixos em termos de publicação, de 17, em 2005 para 45, em 2014 (UNESCO, 2015). Não obstante esta evolução, a situação continua crítica. A posição das instituições de ensino superior (IES) de Angola no *ranking* regional e mundial indicam, claramente, que o país tem um desempenho muito baixo. É caricato que o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana (a seguir a Nigéria) e concomitantemente a terceira maior economia desta região (atrás da África do Sul e da Nigéria), não tenha nenhuma IES entre as 100 melhores universidades de África, em todos os rankings disponíveis. A título de exemplo, Angola não tem nenhuma universidade no topo dos seguintes *rankings*:

- *Top 200 universities in Africa ranked by the UniRank 2023 African University Rankings*. Neste *ranking* o Topo 5 são universidades sul-africanas (UniRank, 2023).
- *Webmetrics - Ranking web of university – África*. A África do Sul possui 17 no topo 100 deste *ranking*, das quais 10 estão no topo 20. A Nigéria possui uma universidade no topo 20 e um total de 13 universidades no topo 100 (Webmetrics, 2023).
- *Top 70, 2022-2023 Best Global African universities ranked by US news*. Neste *ranking*, as três primeiras posições são ocupadas por universidades sul-africanas e a Nigéria tem 1 universidade

entre as 5 primeiras posições. A África do Sul possui 14 universidades e a Nigéria tem 4, entre as 70 melhores universidades de África (US News, 2023).

- *Top 100 Best universities in Sub-Saharan Africa 2023 da Times Higher Education (THE)*. Neste *ranking*, as primeiras três posições são ocupadas por universidades sul-africanas e a Nigéria tem 2 universidades no topo 10. No cômputo geral, a África do Sul tem 15 e a Nigéria possui 12 universidades, entre as 100 melhores universidades da África Subsariana, conforme o ranking da THE de 2023 (Times Higher Education, 2023).

Em resumo, de entre as maiores economias da África Subsaariana, Angola é o único país que não possui nenhuma IES no ranking das 100 melhores universidades de África. Em 2021, em uma entrevista dada ao Jornal de Angola, a Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria Sambo, atribuiu a ausência de universidades angolanas no *ranking* das melhores instituições do ensino superior em África à baixa produção científica, aliada a outros factores tais como (i) a precariedade de muitas instalações, (ii) a escassez de equipamentos de laboratórios, (iii) a turbo – docência, (iv) a qualidade do ensino - aprendizagem, (v) a incipiência da investigação científica e (vi) a existência de uma cultura de plágio. Segundo Maria Sambo, estes factores críticos limitam o desenvolvimento do ensino, da investigação científica e da transferência de tecnologia e da inovação em Angola (Jornal de Angola, 2021).

Além disso, Angola ainda não atingiu a recomendação da UNESCO no sentido de alocar 1% do PIB para ciência. De acordo com o Relatório da UNESCO sobre Ciência de 2021, que reporta aos anos 2016 a 2020, Angola gastou apenas 0,03% do PIB com despesas para ciência, um valor muito abaixo do esperado. Este dado denota que o investimento na ciência ainda é fraco em Angola.

No mesmo sentido, a PNCTI reconhece que o subfinanciamento do sector da ciência e a tecnologia tornam “ineficiente a gestão e utilização direccionada dos recursos disponíveis, o que tem provocado um estrangulamento na realização das actividades de investigação nas instituições de ensino superior, investigação e desenvolvimento tecnológico” (Decreto Presidencial N.º 201/11, 2011, p. 3574). Segundo a PNCTI, “estes factores estão entre as razões que mais contribuem para o pouco sucesso observado no domínio da produção científica e tecnológica” (Decreto Presidencial N.º 201/11, 2011, p. 3574).

De acordo com dados do SIMTIC - MINTTICS (2020), referenciados pelo Governo de Angola (2021b) no Relatório Nacional Voluntário 2021 Sobre a Implementação da Agenda da

ONU para o Desenvolvimento Sustentável 2030, menos de 50% dos angolanos têm acesso à internet. Outrossim, apenas 4% tem capacidade financeira para pagar mais de 1GB (OECD-AU, 2021 citado pelo Governo de Angola, 2021). Em face disso, o acesso à tecnologia digital em Angola continua limitado (SIMTIC - MINTTICS, 2020 citado pelo Governo de Angola, 2021).

Na mesma senda, dados da UNESCO citados pelo governo angolano no Relatório Nacional Voluntário 2021 Sobre a Implementação da Agenda da ONU para o Desenvolvimento Sustentável 2030 indicam que a “investigação e a inovação permanecem fracas, com um nível muito baixo de despesa bruta em Investigação e Desenvolvimento (I&D) do PIB (0,03) em 2016 e um número muito limitado de investigadores (18,8) por milhão de habitantes” (Governo de Angola, 2021, p. 74).

As constatações precedentes indicam que a contribuição do progresso tecnológico no crescimento económico em Angola é muito limitada. Por conseguinte, sua influência na geração de empregos também é limitada e fraca.

Como consequências do fraco investimento em pesquisa e desenvolvimento, o que resultou no quadro acima descrito, Angola está colocada em 127.º lugar do *ranking* do Índice Global de Inovação (IGI) de 2022 (ver Quadro 9, a seguir), com uma pontuação de 13,9, apenas em frente do Iémen, Mauritânia, Burundi, Iraque e Guiné.

Quadro 9: Posição de Angola no Ranking do Índice Global de Inovação (IGI) de 2022

País	Angola	Suiça	Guinea
Posição no IGI	127.º	1.º	132.º
Pontuação	13,9	64,6	11,6

Fonte: OMPI (2022)

O IGI é divulgado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), uma entidade internacional integrante do Sistema das Nações Unidas, e mede o desempenho de ecossistemas de inovação de 132 economias e identifica as tendências globais mais recentes em matéria de inovação.

Os indicadores mais recentes sobre ciência e inovação são preocupantes. Dados disponíveis de 2022 apontam que Angola publica apenas 4 artigos científicos revistos por pares em revistas (por milhão de habitantes), são feitos 2 pedidos de patentes (por milhão de habitantes), o país investe 0,1% do PIB em investigação e desenvolvimento (I&D), e tem 0,155 de recursos humanos em investigação e desenvolvimento (I&D) por mil trabalhadores entre 25-64 anos (Ministério da Economia e Planeamento, 2023, p. 59).

Face a este quadro, depreende-se que o rápido e o elevado crescimento económico de Angola não foram gerados por mudanças tecnológicas e inovação, mas pelo aumento da produção e do preço do petróleo. Por conseguinte, os empregos criados através do progresso tecnológico e inovação são pouquíssimos e irrelevantes.

3.5 As Instituições Governamentais e Sua Influência no Crescimento Económico e Geração de Emprego em Angola

Embora o processo da Reforma do Estado tenha começado em 1991, com a revisão da constituição de 1975, que levou ao fim do regime mono - partidário, apenas em 2002, com o fim dos confrontos militares, foi-se capaz de se iniciar um processo de reforma mais abrangente e alargado com intuito de se consolidar o Estado de Direito e Democrático e tornar às instituições políticas e económicas mais inclusivas.

Dito de outra forma, com o alcance da paz, o enfoque voltou-se, claramente, para a reforma do Estado com o objectivo, de entre vários, de tornar às instituições mais fortes e plurais. A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) de 2003, aprovado em 2004, estabeleceu a boa governação como uma das áreas prioritárias de intervenção.

Nesta senda, de entre os programas prioritários da ECP na área de governação constavam o Programa de Apoio à Reforma do Sistema Judiciário (PARSJ), o Programa de Reforma da Administração Pública (PRAP) e o Programa de Apoio à Descentralização (PAD). O objectivo do PARSJ é estender a administração da justiça a todo território. Quanto ao PRAP, o seu objectivo principal é a edificação de uma administração orientada para os cidadãos e para os objectivos de desenvolvimento. Relativamente ao PAD, o mesmo tem como objectivo “aproximar a gestão e implementação dos serviços dos beneficiários e assim introduzir uma maior eficácia e celeridade na prestação de serviços” (Ministério do Planeamento, 2004, p. 110).

Posteriormente, esses programas referentes a boa governação foram incorporados, com os devidos ajustes, na Estratégia a Longo Prazo - Angola 2025, no PND 2013-2017 e no PDN 2018-2022. No PND 2013-2017 constam a Política de Justiça e a Política de Modernização da Administração e Gestão Pública. Entretanto, no PDN 2018-2022 a Política de Modernização da Administração e Gestão Pública foi incorporada na Política de Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública, tendo como objectivos (i) o aprofundamento da reforma da administração pública, (ii) a capacitação institucional e valorização dos recursos humanos da administração pública, (iii) a reforma e modernização da justiça, e (iv) o reforço do

combate ao crime económico, financeiro e à corrupção (Ministério da Economia e Planeamento, 2018).

Na mesma linha, os decisores políticos angolanos têm defendido a boa governação, a reforma do Estado e a modernização da administração pública, assim como o reforço do Estado de Direito e Democrático. Nesta senda, em Setembro de 2017, no discurso de tomada de posse do seu primeiro mandato como Presidente da República de Angola, João Lourenço, prometeu aprofundar o Estado democrático de direito, reforçando as instituições, e prestar atenção a reforma do Estado, de modo a permitir o desenvolvimento harmonioso e sustentável de Angola. No referido discurso, João Lourenço também prometeu extirpar o fenómeno da corrupção e de impunidade que grassava [e ainda grassa] no país, assim como combater a pobreza (Lourenço, 2017a).

Um mês depois, durante o discurso sobre o “Estado da Nação”, o Presidente angolano reforçou muito dessas promessas e agregou outras, nomeadamente o reforço do sistema democrático, reduzir gradualmente a estrutura do governo e os custos da máquina do Estado, introduzir a eficiência operacional e eficácia governativa, reforçar a aposta na qualidade do serviço das instituições para ter uma administração pública mais eficiente, dar continuidade ao processo de modernização da administração pública, com um conjunto de medidas visando a simplificação dos procedimentos administrativos e a redução dos custos a incorrer pelos cidadãos e pelas empresas, garantir maior transparência na contratação de serviços por parte da administração pública, actualizar a legislação sobre a prevenção e o combate à corrupção de modo a torná-la efectiva e estabelecer um quadro legal facilitador da criação e funcionamento das empresas privadas, etc. (Lourenço, 2017b).

Estes discursos denotam vontade política do mais alto mandatário da nação angolana de tornar as instituições políticas e económicas do país mais inclusivas. No demais, João Lourenço tem apelado insistentemente em aprofundar o Estado democrático de direito, condição imprescindível para tornar as instituições políticas e económicas mais inclusivas, notando que o foco da sua governação,

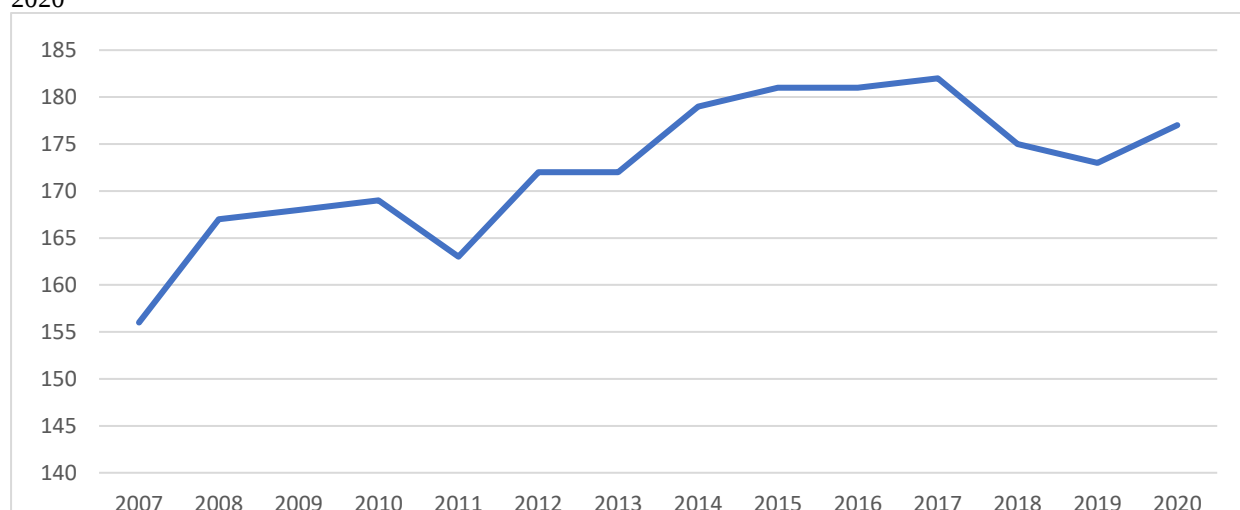
tem assentado na necessidade de instaurar e consolidar em Angola uma sociedade que respeite o primado da lei e também na construção de uma economia do mercado que seja capaz de diversificar efectivamente a economia e alterar em termos definitivos a estrutura económica de Angola, hoje muito dependente dos recursos do sector petrolífero (Lourenço, 2021).

Entretanto, apesar do governo angolano ter tomado várias iniciativas para alterar o quadro, o ambiente de negócio em Angola ainda padece de muitos vícios que limitam o investimento privado, destacando-se a corrupção, a burocracia, tráfico de influências e morosidade no tratamento

de documentos necessários para o início da actividade empresarial e obtenção de licença de construção. O *Ease of Doing Business Index* de 2020 (último disponível) corrobora o argumento precedente, uma vez que a posição geral de Angola piorou, tendo passado da colocação 173, em 2019, para 177, em 2020 (World Bank, 2020), num *ranking* de 190 economias, colocando o país a integrar a lista das 15 piores economias do mundo para se fazerem negócios.

No entanto, nota-se que houve melhoria na classificação de Angola de 2017 a 2019, tendo passado da posição 182.º (2017) a posição 173.º (2019), tal como se pode verificar no Figura 8 (abaixo) e no Quadro 2 (Anexo 3).

Figura 8: Gráfico Sobre a Posição De Angola No Ranking do “Ease Of Doing Business” do Banco Mundial, 2007-2020



Fonte: Autor (2023), processado no Excel com dados do Banco Mundial (2022)

O Relatório Económico 2019 - 2020 do CEIC - UCA aponta que “a administração pública em Angola continua a ser anquilosada, atrasada, ineficiente e ineficaz” (CEIC, 2021, p. 23), embora vários e diversos programas já foram elaborados e implementadas para a sua modernização, com apoio internacional (CEIC, 2021).

Para o CEIC (2021, p. 24), “Angola continua a padecer do vários da ineficiência dos serviços públicos, cujos funcionários não tem da sua prestação uma postura profissional”. Segundo a referida instituição, o topo da cadeia de mando dos serviços públicos no país não é um “padrão de comportamento cívico” de referência e voltado para a facilitação da resolução de problemas das empresas e dos cidadãos, uma situação de conhecimento geral, incluindo os potenciais investidores estrangeiros que, por intermédio das embaixadas em Angola tomam conhecimento deste facto (CEIC - UCA, 2021, p. 24).

O Quadro 10, a seguir, ilustra o número de procedimentos, dias e a posição de Angola em diferentes atributos avaliados pelo *Ease of Doing Business*. Abrir um negócio em Angola tem 8 procedimentos e leva 36 dias. Para obtenção de uma licença de construção são necessários 12 procedimentos e leva 184 dias. O acesso a electricidade requerer 7 passos e leva 97 dias. O registo de uma propriedade envolve 6 procedimentos e são necessários 190 dias. Finalmente, a execução de contrato pode levar 1 296 dias.

Quadro 10: Posição de Angola em Alguns Atributos do Easy Doing Business

Atributos	N. de Procedimento	Dias	Posição
Iniciar um Negócio	8	36	146
Obtenção de Licença de Construção	12	184	120
Acesso à Electricidade	7	97	156
Registo de Propriedade	6	190	167
Execução de Contrato	-	1 296	-

Fonte: Autor (2023), com dados do World Bank (2020)

Face a este quadro, não é de estranhar que apesar de todos esforços efectuados pelo governo angolano para reverter a situação e tornar Angola um lugar atrativo para se investir, o país continua a ocupar as posições mais baixos do *ranking do Easy of Doing Business*.

Em termos de direitos políticos e liberdades civis, o Quadro 11, abaixo, ilustra de modo claro que Angola tem sido considerado consistente e constantemente como um "um país não livre" no relatório anual sobre "Liberdade no Mundo", publicados pela *Freedom House*, uma organização sem fins lucrativos fundada em 1941, pelo advogado do Partido Republicano americano Wendel Wilkie e pela Eleanor Roosevelt, mulher do então Presidente americano Franklin Roosevelt.

Quadro 11: Pontuação e Condição de Angola no Relatório Anual Sobre Liberdade no Mundo da Freedom House

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pontuação	24	24	26	31	32	31	30
Condição	Não Livre	Não Livre	Não Livre	Não Livre	Não Livre	Não Livre	Não Livre

Fonte: Autor (2023), com dados compilados dos relatórios (2016-2022) da Freedom House

É notório que a pontuação de Angola melhorou no período de 2017 a 2020, fase que corresponde com os primeiros três anos das reformas introduzidas pelo Presidente João Lourenço. No entanto, após 2020 Angola regrediu em termos de pontuação, tendo baixado de 32 pontos, em 2020, a 30 pontos, em 2022.

O Quadro 12, a seguir, mostra a pontuação e a posição de Angola no *Worldwide Governance Index* (WGI) relativamente a quatro Indicadores. Quanto ao Indicador Voz e Responsabilização, Angola tem uma pontuação de 26,57, numa escala de 0 a 100, e está colocado na posição 131.º entre 185 países avaliados. Em relação a Qualidade Regulatória, o país está posicionado em 123.º lugar e tem uma pontuação de 29,72 numa escala de 0 a 100. Sobre a Eficiência Governamental, Angola ocupa a 158, com uma pontuação de 13,21, numa escala de 0 a 100. Relativamente ao Controlo da Corrupção o país obteve uma pontuação de 30,66, numa escala de 0 a 100, e está em 121.º posição.

Quadro 12: Pontuação e Posição de Angola no World Wide Governance Index (WGI)

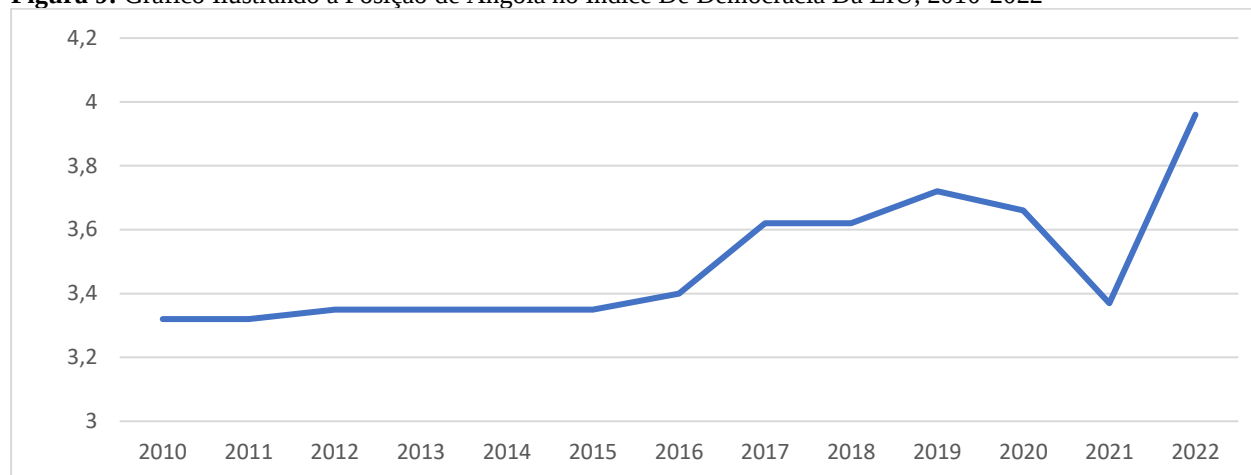
Indicador	Pontuação	Escala	Posição	Países Avaliados
Voz e Responsabilização	26,57	0-100	131	185
Qualidade Regulatória	29,72	0-100	123	185
Eficiência Governamental	13,21	0-100	158	185
Controlo da Corrupção	30,66	0-100	121	185

Fonte: Autor (2023), com dados do World Bank (2023b) e da USAID (2023)

A baixa pontuação e classificação de Angola no Ranking do *Worldwide Governance Indicators* (WGI) publicado pelo Banco Mundial nos quesitos de Voz e Responsabilidade, Qualidade Regulatório, Eficiência Governativa e Controlo da Corrupção denotam uma fraca, ineficiente e inadequada governação (*weak governance*), tendo efeitos dissuasivos sobre os investigadores estrangeiros.

Adicionalmente, a Figura 9 e o Quadro 1 (Anexo 5) indicam que, Angola é considerado um país com “regime autoritário” no ranking do Índice de Democracia da Unidade de Inteligência da Revista o Economista (*Economist Intelligence Unit*). Não obstante ter melhorado a sua pontuação, evoluindo de 2,41 em 2006 a 3.96 em 2022, Angola tem permanecido na categoria de “regime autoritário”, uma vez que para ser considerado um “regime híbrido”, deve obter uma pontuação maior que 4 e menor que 6. No mesmo sentido, para ser considerado uma “democracia defeituosa” Angola deve ter uma pontuação maior do que 6 e menor do que 8. Finalmente, para ser considerado uma “democracia consolidada”, Angola deve alcançar uma pontuação maior do que 8. A escala de pontuação é entre 0 e 10.

Figura 9: Gráfico Ilustrando a Posição de Angola no Índice De Democracia Da EIU, 2010-2022



Fonte: Autor (2023), processado em Excel com dados da EIU

Segundo a Unidade de Inteligência da Revista o Economista (EIU, sigla em Inglês), os regimes autoritários têm as seguintes características:

“In these states, state political pluralism is absent or heavily circumscribed. Many countries in this category are outright dictatorships. Some formal institutions of democracy may exist, but these have little substance. Elections, if they do occur, are not free and fair. There is disregard for abuses and infringements of civil liberties. Media are typically state-owned or controlled by groups connected to the ruling regime. There is repression of criticism of the government and pervasive censorship. There is no independent judiciary” (EIU, 2023, p. 67).

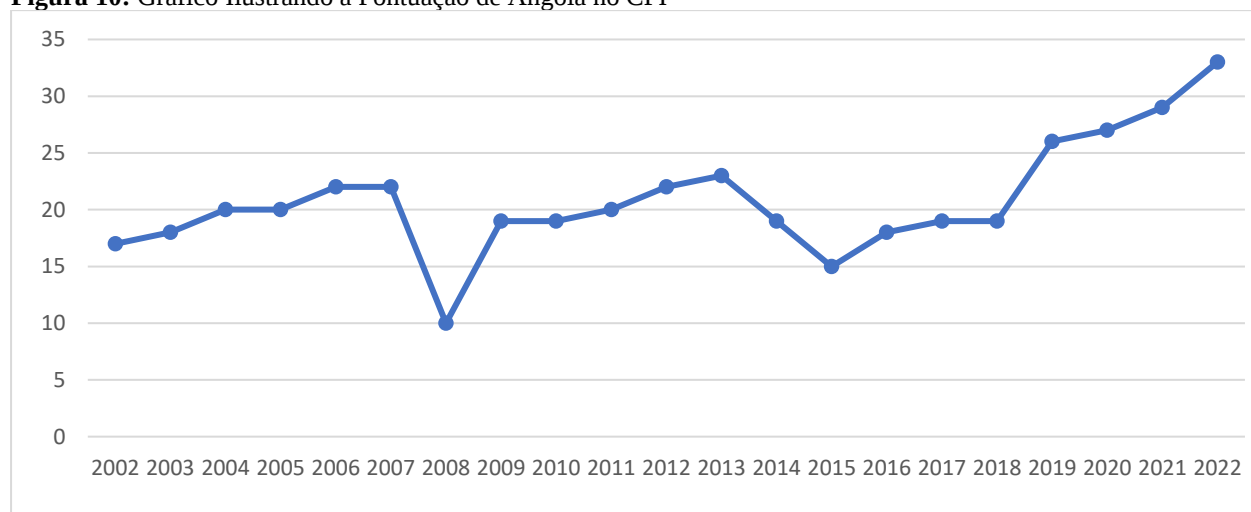
Partindo do Índice da Democracia e da caracterização de um regime autoritário efectuada pela Unidade de Inteligência da Revista “The Economist” (EIU), Angola ainda está longe de se tornar uma democracia consolidada, requisito indispensável para ter instituições inclusivas, capazes de induzir um crescimento económico sustentável e gerador de empregos suficientes. Face a este quadro, o processo de reforma em curso levará muito tempo a atingir os padrões necessários para tornar às instituições políticas e económicas mais inclusivas, tornando o seu aprofundamento um imperativo.

Quanto ao fenómeno da corrupção, Angola tem a estado a melhorar a sua posição no Índice de Percepção da Corrupção (CPI, sigla em Inglês), elaborado pela Transparência Internacional, uma organização internacional que se dedica a monitorar a corrupção no mundo e a avaliar a percepção da corrupção em 180 países e territórios.

Tal como se pode verificar na Figura 10 e no Quadro 1 (Anexo 6), no Índice de Percepção da Corrupção de 2022 Angola subiu 20 posições, tendo saído do lugar 136.º, em 2021, a 116.º, em 2022, alcançando 33 pontos, numa escala de 0 a 100. A posição alcançada em 2022 denota uma “melhoria significativa nos últimos anos” (Transparência Internacional, 2023), ganhando 14 pontos desde 2018, quando o actual Presidente de Angola, João Lourenço, fez do combate à corrupção e

à impunidade o seu cavalo de batalha. Em 2018, Angola obteve 19 pontos, e em 2022, o país obteve 33 pontos, conforme se pode verificar no Quadro 1 (Anexo 6).

Figura 10: Gráfico Ilustrando a Pontuação de Angola no CPI



Fonte: Autor (2023), processado em Excel com dados da Transparência Internacional (2023)

No entanto, ressalta-se que não obstante esta melhoria significativa, a corrupção em Angola continua com níveis elevados e ainda é visto como um factor limitador do Investimento Directo Estrangeiro.

Em síntese, Angola continua a ter um desempenho baixo em todos indicadores examinados no presente Capítulo, facto que limita a atração de investimentos privados, quer seja nacional quer seja estrangeiro. Como resultado, o país ainda não conseguiu atrair investimento privado suficiente para alcançar uma economia diversificada e um crescimento económico sustentável gerador de empregos suficientes capaz de reduzir o desemprego significativamente.

3.5.1 Breves Considerações Sobre a Reforma do Estado em Curso em Angola

Já foi abordado atrás que desde 1991, aquando da revisão da constituição de 1975, Angola começou a encetar reformas para a instauração de um Estado Democrático e de Direito. Na sequência, eliminou o regime monopartidário de matriz marxista-leninista, acabou com a economia planificada, garantiu as liberdades fundamentais dos cidadãos e os direitos humanos. Com o fim do conflito, em 2002, mais reformas foram efectuadas. Com a chegada do Presidente João Lourenço ao poder, em 2017, foi iniciado um novo ciclo de reformas para consolidar o Estado democrático de direito, no intuito de tornar às instituições políticas e económicas mais inclusivas.

Não obstante, Angola ainda é considerado um regime autoritário (EIU, 2023) e um país não livre (Freedom House, 2022), assim como, todavia, enferma de vários vícios tais como a corrupção

e muita burocracia (CEIC – UCA, 2021), factos que tornam o ambiente de negócio mau. Sendo assim, pergunta-se o seguinte:

Por que as reformas do Estado (políticas e económicas) iniciadas em 1991, retomadas em 2002 e reforçadas a partir de 2017 com a chegada de João Lourenço ao poder, não tornaram às instituições políticas e económicas mais inclusivas?

Embora a resposta a esta pergunta não faz parte do escopo do presente estudo, far-se-á uma tentativa neste sentido. No demais, para simplificar a análise desta pergunta e tentar respondê-la, utilizar-se-á o modelo do círculo vicioso de Acemoglu e Robinson (2019).

Com o advento da paz, em 2002, Angola entrou numa era económica [aparentemente] próspera, mas carregava o peso do período do Partido - Estado e da economia planificada, aliado ao legado do período colonial e do conflito armado. Esses factores produziram instituições extrativas que perduram até hoje. As instituições extrativas uma vez criada são resilientes. Dito de forma simples, “às instituições extrativas persistem porque persiste a elite que as controla e beneficia delas” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 436).

A avaliação de Sérgio Calundungo, Coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), sobre 4 anos do primeiro mandato de João Lourenço, evidencia a presença do círculo vicioso no processo de reformas em curso em Angola:

Quando subiu ao poder fez uma coisa inovadora e inusitada, apanhando não só de surpresa os seus oponentes políticos e a sociedade, mas os seus pares. E a sensação que temos é que dentro do partido um grupo mais retrógrado, menos progressista, que tinha ficado minoritário, fruto da ação que o presidente tinha implementado, começa a ganhar peso. Só assim é que eu posso entender esses sinais preocupantes de retrocesso ((Novo Jornal, 2021, para. 6).

Seguidamente, Sérgio Calundungo observa que:

Noto que o partido (MPLA), que demonstrava ter abertura, começa a dar sinais preocupantes de retrocesso. Figuras que eram muito ligadas ao ex-Presidente [José Eduardo dos Santos], a um radicalismo na forma de estar e de fazer política, começam a emergir novamente, então, entendo que provavelmente há vozes internas que dizem que a abertura e o progresso que ele [João Lourenço] estava a promover, iria eventualmente ser prejudicial ao MPLA nas próximas eleições (Novo Jornal, 2021, para. 8).

Mais adiante Sérgio Calundungo aponta:

Obviamente que o que fica mal na fita são os retrocessos face aos direitos civis, [...] a pressão que está a ser feita sobre o seu mais directo oponente político, Adalberto da Costa Júnior [Presidente da UNITA] não era expectável para um Presidente que assinalou abertura ((Novo Jornal, 2021, para. 17).

Ressalta-se que as instituições políticas e económicas extrativas de Angola de hoje estão profundamente enraizadas no passado, o que torna difícil a sua eliminação, tendo em conta que uma vez que a sociedade é organizada de uma determinada maneira esta tende a persistir, em conformidade com o modelo do círculo vicioso de Acemoglu e Robinson. De acordo com este

modelo, “mudar às instituições é muito mais difícil do que parece” porque às instituições “podem recriar-se com uma aparência diferente” (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 520).

Contudo, os círculos viciosos não são inquebrantáveis, mas criam a base para a persistência das instituições extrativas, através de um processo de feedback negativo, onde às instituições políticas extrativas geram instituições económicas extrativas, que por sua vez, criam a base para a persistência de instituições políticas extrativas (Acemoglu e Robinson, 2019).

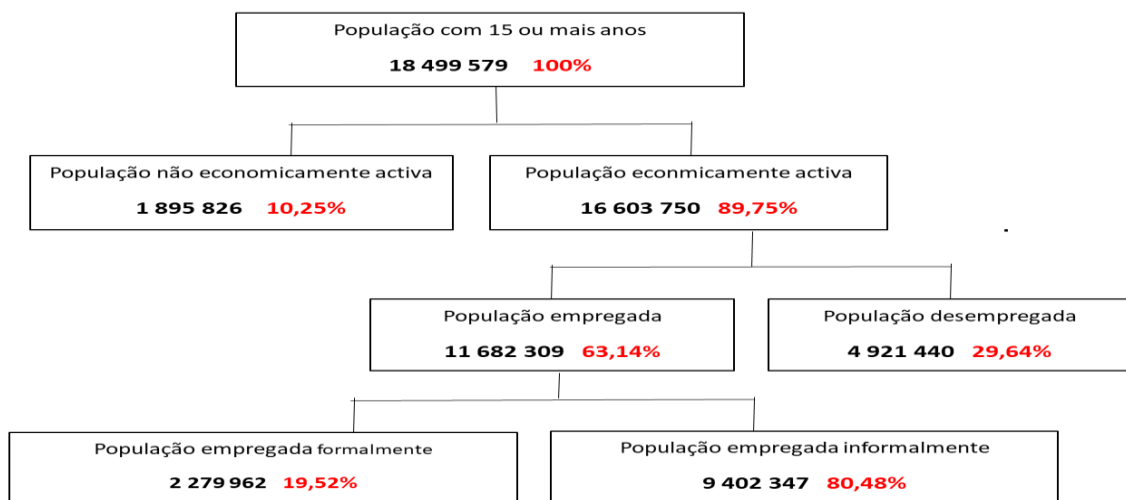
Para quebrar o círculo vicioso, grosso modo, requer-se mudanças políticas muito profundas. Tal como Acemoglu e Robinson (2019) argumentam, a maioria parte dos grandes sucessos económicos e/ou tecnológicos foram antecidos de grandes revoluções ou reformas políticas profundas. Angola já não precisa de fazer revolução. A independência quebrou um ciclo de exploração dos seus recursos e do seu povo, que durou séculos, e o rompimento deste ciclo pode ser considerado uma revolução. No entanto, Angola precisa de reformas políticas profundas para acelerar o processo da consolidação da democracia pluralista, elemento sine qua non para tornar às instituições políticas e económicas mais inclusivas. Reconhece-se que já foram dados alguns passos neste sentido, porém, tal como ficou evidenciado nos capítulos precedentes, Angola ainda tem um longo caminho a percorrer neste quesito.

3.6 Desemprego, Emprego Precário e (In)Segurança Económica em Angola

A partir de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) passou a apresentar a Folha de Informação Rápida (FIR) do Inquérito ao Emprego em Angola (IEA) com informação sobre a caracterização da população face ao mercado de emprego. Segundo o INE (2022), o IEA é um inquérito por amostragem, dirigido aos agregados familiares residentes em Angola. No entanto, a amostragem exclui os agregados familiares residentes em habitações colectivas, tais como hotéis, hospitais, quartéis militares, residências de estudantes, etc.

O IEA é publicado trimestralmente. Para o propósito do presente estudo será analisado apenas o IEA do IV Semestre de 2022 (último ano do horizonte temporal em análise no presente estudo) para se ter uma noção do quadro do desemprego e do emprego informal (grosso modo, precário). Apesar das críticas que os dados do IEA estão sujeitos em vários círculos académicos, políticos e sindicais (ver Gonçalves, 2021), alegadamente por falta de credibilidade e não reflectir a realidade, uma breve análise desses dados, permite perceber a dimensão da insegurança económica em Angola. A Figura 11, a seguir, ilustra o resumo de dados do inquérito do emprego em Angola (IEA) do IV Semestre de 2022.

Figura 11: Resumo de Dados do Inquérito do Emprego em Angola (IEA) do IV Semestre de 2022



Fonte: Autor com dados do INE

Segundo o INE (2023), no último trimestre de 2022, a população economicamente activa em Angola (população com 15 ou mais anos) estava estimada em 16 603 750 pessoas, sendo a população empregada 11 682 309 e a população desempregada 4 921 440. A população inactiva foi estimada em 1 895 829 indivíduos. Em termos percentuais, no período em referência Angola tinha uma taxa de emprego estimada em 63,14% e a taxa de desemprego estava estimada em 29,64%. A taxa de pessoas inactiva estava estimada em 10,24% (ver Figura 11).

Contudo, vale ressaltar que, no período em análise, das 11 682 309 de pessoas empregadas, 9 402 347 estavam empregadas no sector informal, isto é, 80,48% da população empregada tinham empregos informais, ou seja, estavam empregadas informalmente. Por conseguinte, apenas 2 279 962 da população empregada tinham emprego formal, o que corresponde a 19,52% (ver Figura 11).

Se for adicionada a população empregada informalmente (9 402 347) à população desempregada (4 921 440), a taxa da população economicamente activa que enfrenta ameaças de insegurança económica em Angola fica estimada em 86,26%, pelas razões que a seguir serão evocadas.

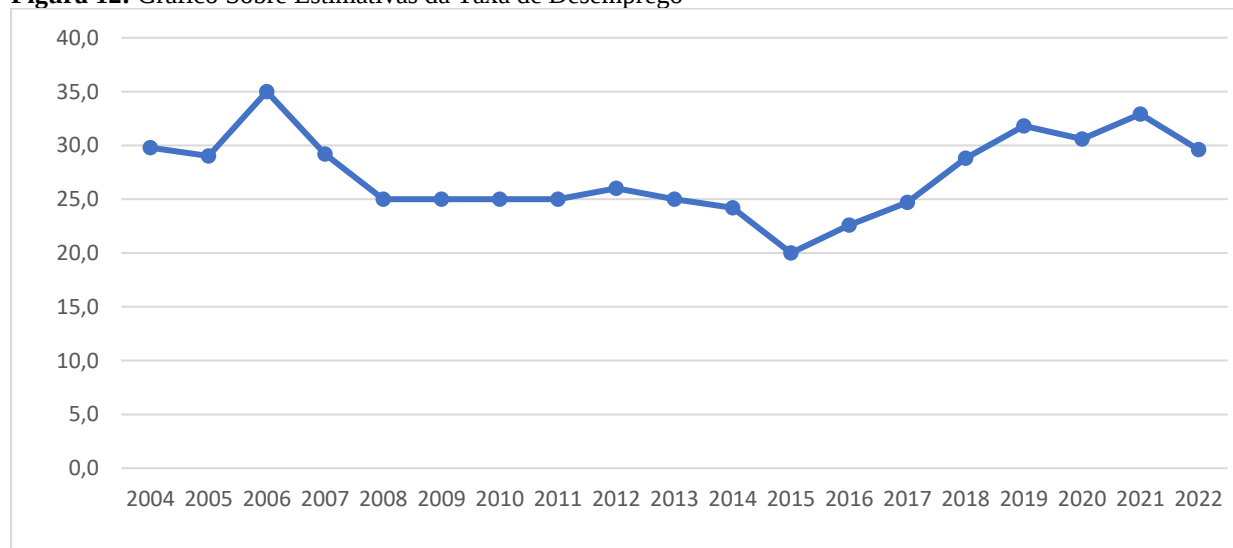
Considerando que o emprego informal, regra geral, é precário, inseguro, temporário, mal remunerado, desprotegido e que gera uma renda salarial incapaz de sustentar um indivíduo ou um agregado familiar, se pode deduzir que a maioria da população angolana é insegura economicamente, ou seja, a maioria das pessoas em Angola não têm garantida a sua segurança económica.

No mesmo sentido, Gonçalves (2021) aponta que, embora seja impossível determinar quantas pessoas estão desempregadas ou tem emprego informal, geralmente precário, se pode afirmar por (mera) observação tratar-se da maioria da população.

Partindo do pressuposto de que (i) a população com emprego formal tem emprego decente e dignamente remunerada, o que lhe garante segurança económica, e (ii) a população com emprego informal tem emprego precário e mal remunerado, estando, portanto, em uma situação de insegurança económica ou com a sua segurança ameaçada, depreende-se que apenas 12,32% das pessoas com 15 ou mais anos tem a segurança económica garantida, isto é, num total de 18 499 579 pessoas em idade activa (com 15 ou mais anos) somente 2 279 962 pessoas estão, supostamente, economicamente seguras. Os restantes 16 219 617 indivíduos, ou seja, 87,68% estão, presumivelmente, economicamente inseguras ou enfrentam ameaças de (in)segurança económica.

Juntando dados de várias fontes se consegue ter uma noção da situação do desemprego em Angola no período de 2004 a 2022, tal como se pode verificar na Figura 12, abaixo, e no Quadro 1 (Anexo 7). Embora esses dados não sejam credíveis pelas razões já evocadas anteriormente, eles permitem ter uma noção de que, a situação de desemprego em Angola é tão crítica. Partindo do pressuposto de que, historicamente, mais de 50% das pessoas empregadas estão em empregos informais, este quadro permitir aferir que a maioria da população economicamente activa enfrenta uma situação de insegurança económica.

Figura 12: Gráfico Sobre Estimativas da Taxa de Desemprego



Fonte: Autor (2023), processado em Excel com dados da CEIC – UCA, INE e TE

Perante este quadro, se pode concluir que o elevado crescimento económico gerou pouco emprego e que em face disso Angola está longe de atingir a segurança económica da maioria da sua população.

No mais, para piorar a situação, o mercado de trabalho em Angola é caracterizado por “baixos salários, ausência de emprego, segregação espacial, baixa escolaridade da população, distribuição geográfica desproporcional da oferta de emprego, fraca mobilidade social e ausência de perspectiva em relação à melhoria de vida” (Silva, 2013, p. 36).

Em termos de perspectivas ou expectativas, não se vislumbra uma melhoria do quadro actual a curto e médio prazo. A Estratégia a Longo Prazo (ELP) - Angola 2050, uma extensão da ELP – Angola 2025, prevê que a população angolana aumente dos actuais cerca de 32 milhões de habitantes para perto de 70 milhões de habitantes em 2050 (Ministério da Economia e Planeamento, 2023). O índice de fecundidade de Angola está entre os mais altos do mundo, com cerca de 5,4 filhos por mulher (Ministério da Economia e Planeamento, 2023). Com uma taxa anual de crescimento da população estimada em 3%, entre 2023 e 2027, e uma taxa anual de crescimento da força de trabalho estimada também em 3%, no mesmo período, (EIU, 2023), prevê-se que a população angolana aumente anualmente em mais de 1 milhão de pessoas, atingindo cerca de 41,3 milhões de habitantes em 2027 (EIU, 2023). Com base em dados oficiais, o EIU (2023) estima a população angolana actual em 35,6 milhões de habitantes.

Em termos de população em idade activa (população com 15 ou mais anos), estima-se que a mesma aumente em mais de 500 mil pessoas, anualmente, tendo em conta que o último IEA, realizado no IV Trimestre de 2022, estimava a população em idade activa em 18 499 579. Ora, nos próximos 5 anos, o país não deverá crescer acima de 4%, com base nas previsões de taxas de crescimento económico para o período de 2023 a 2027 (EIU, 2023; IMF, 2023). Desse modo, Angola não terá capacidade de criação de empregos para absorver esta crescente força de trabalho, prevendo-se um aumento no número de pessoas desempregadas e com empregos informais (em muitos casos precários e mal remunerados), resultando em um aumento de pessoas economicamente inseguras (sem a segurança económica garantida). Face a este quadro, a curto, médio e longo prazo a situação tende a piorar e o país fica ainda mais longe de atingir a segurança económica da maioria da população angolana.

Atenta a esta situação crítica, o governo angolano reconhece na sua ELP - Angola 2050 que, “ de facto, o efeito demográfico previsto com base no censo de 2014 - aumento dos cerca de

30 milhões de habitantes atualmente para cerca de 68 milhões em 2050 - irá colocar elevada pressão na necessidade de o país aumentar o seu PIB (contextualizando, Angola terá de quase triplicar o seu PIB se não quiser deteriorar o seu PIB per capita face aos níveis actuais)” (Ministério da Economia e Planeamento, 2023, p. 16). Na verdade, Angola terá de quase triplicar o seu PIB de uma forma sustentável que permite criar empregos decentes suficientes capazes de garantir a segurança económica da maioria da sua população.

Caso contrário, o “potencial dividendo demográfico pode tornar-se numa fonte de tensão e enfraquecimento económico” (Ministério da Economia e Planeamento, 2023, p. 22). No mais, a insegurança económica num contexto de crise económica, de desemprego elevado, de medo quanto ao futuro e de pobreza multidimensional extrema pode provocar uma convulsão social.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADO

No presente capítulo avalia-se o impacto do crescimento económico na segurança económica das pessoas por meio de parâmetros de medição. A primeira secção deste capítulo apresenta o resultado da análise estatística efectuada através da aplicação do *software Microsoft Excel*. A seguir, a segunda secção discute o resultado.

4.1 Análise de Dados

Nesta secção avalia-se o impacto do crescimento económico na segurança económica das pessoas por meio do parâmetro de medição. Para tal, o impacto do crescimento económico no desemprego é medido utilizando o parâmetro da oferta de emprego. Foi feita a suposição de que o crescimento económico leva à criação de empregos para reduzir o desemprego e, na sequência, garante a segurança económica das pessoas. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que o elevado crescimento económico verificado em Angola deveria ter criado empregos suficientes para reduzir os elevados índices de desemprego no país e, em consequência, garantiria a segurança económica da maioria da população angolana.

A análise estatística foi feita através da aplicação do *software Microsoft Excel*. Foi estabelecida a correlação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o número de vagas de emprego (oferta de emprego) notificados nos centros de emprego sob tutela do Governo de Angola, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP). Os dados analisados referem-se ao período de 13 anos, entre 2002 e 2014, tendo em consideração que a análise estatística sobre a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e oferta de emprego cobre apenas a fase do crescimento económico do período pós-guerra. Foi nesta fase que a economia angolana cresceu elevadamente (ver Quadro 1, Anexo 7). Depois deste período, a economia angolana iniciou um período de recessão económica cujos efeitos negativos perduram até os dias de hoje.

O Quadro 13 (abaixo) fornece um resumo dos coeficientes de correlação e regressão calculados pelo *software Microsoft Excel*.

Quadro 13: Resumo da Análise do coeficiente correlação (r), coeficiente de determinação (R^2) e coeficiente de regressão (b)

Correlação entre:	C. de Correlação (r)	C. de Determinação (R^2)	C. de Regressão (b)
PIB - Oferta de Emprego	0,849896	0,7223	6238

Fonte: Autor (2023), calculado em Excel com dados do Banco Mundial (2023) e INEFOP (2023)

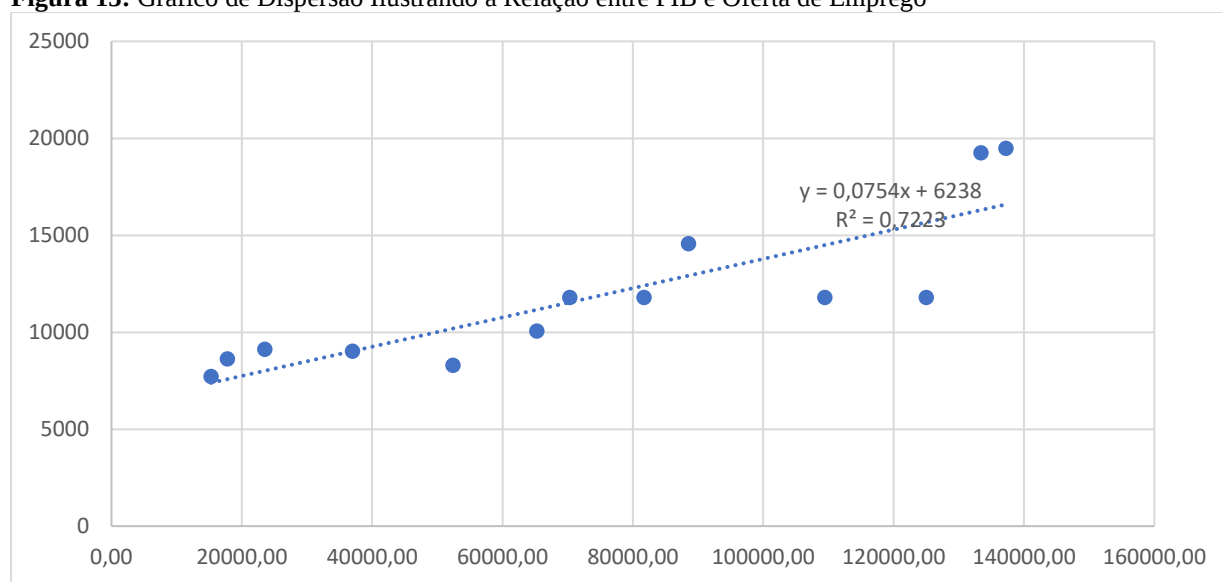
O Quadro 13, acima, mostra a correlação entre o PIB e o número de vagas de emprego. O coeficiente de correlação é 0,849896, indicando uma forte correlação positiva entre as duas

variáveis. O coeficiente de determinação é 0,7223, indicando que existe uma forte associação entre as duas variáveis. Isto significa que 72% da variação na oferta de emprego é explicada pelo Produto Interno Bruto (PIB).

A regressão do número de oferta de emprego no PIB é 6 238, o que significa que para cada aumento de 1 unidade no PIB, por exemplo, um aumento do PIB em mil milhões de USD, gera um aumento na oferta de emprego de 6 238.

O gráfico de dispersão (ver Figura 13, abaixo) mostra que o padrão de relação entre a variável independente (PIB) e a variável dependente (oferta de emprego) é linear, directo e forte. Em outras palavras, existe uma relação linear forte-direta com pequena dispersão.

Figura 13: Gráfico de Dispersão Ilustrando a Relação entre PIB e Oferta de Emprego



Fonte: Autor (2023), calculado no Excel com dados do Banco Mundial (2023b) e INEFOF (2023)

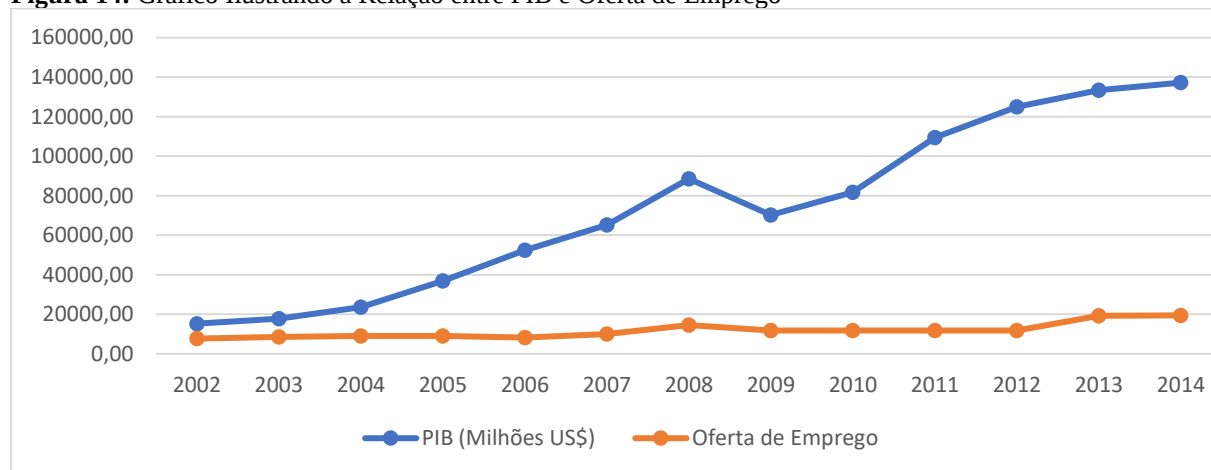
A análise estatística não confirma a hipótese estipulada, ou seja, rejeita a hipótese de que, o elevado crescimento económico, verificado no período de 2002 a 2014, conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir significativamente o desemprego em Angola e, na sequência, resultou na segurança económica da maioria da população angolana.

Por conseguinte, se pode concluir que as elevadas taxas de crescimento económico ocorridas no período acima referido não foram acompanhadas por ganhos substanciais na criação de emprego, e é por esta razão que o desemprego permanece elevado e generalizado em Angola, ameaçando a segurança económica da maioria da sua população.

Em suma, a análise estatística indica que o elevado crescimento económico do período 2002-2014 teve pouco impacto no desemprego. A Figura 14, a seguir, sustenta a análise de regressão. A figura demonstra que, embora o PIB esteja a aumentar substancialmente, a oferta de

emprego está a aumentar de forma tênue, reforçando o resultado da análise estatística que indica que, as elevadas taxas de crescimento ocorridas durante o período dourado da economia angolana não criaram empregos suficientes para reduzir substancialmente as altas taxas de desemprego.

Figura 14: Gráfico Ilustrando a Relação entre PIB e Oferta de Emprego



Fonte: Autor (2023), processado no Excel com dados do Banco Mundial (2023b) e INEFOP (2023)

O resultado da análise estatística é corroborado por um estudo do Banco Mundial (2018) que constatou que, “a redução da pobreza e o crescimento do emprego não têm sido sensíveis ao crescimento económico, uma vez que a maior parte do valor acrescentado veio do aumento das exportações de petróleo e este *boom* não se traduziu em mais empregos neste ou noutros sectores” (Banco Mundial, 2018, p. 12).

Segundo o Banco Mundial (2018, p. 12), “a crescente indústria petrolífera de Angola contribuiu significativamente para a produção nacional, mas não conseguiu criar muitos empregos novos”. O estudo deste prestigiado organismo internacional indica que, “a elasticidade do crescimento do emprego em relação ao crescimento económico foi particularmente baixa (0,13) entre 2003 e 2008, quando os preços do petróleo estavam a aumentar e o crescimento do PIB era extremamente elevado” (Banco Mundial, 2018, p. 12).

4.2 Discussão de Resultado

Tanto a análise das principais determinantes do crescimento económico no contexto angolano como a análise estatística sobre a relação entre o crescimento económico e a geração de emprego aferiram que o crescimento económico verificado em Angola no período pós-guerra não conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir substancialmente o desemprego e, na sequência, não garantiu a segurança económica da maioria da população angolana. Entre os

principais factores identificados como impeditivos de um crescimento económico gerador de empregos suficientes estão as seguintes:

(a) O investimento em capital físico em Angola tem se concentrado, fundamentalmente, na indústria petrolífera, tornando este sector no motor do crescimento económico e da economia do país. Porém, a predominância do sector petrolífero na economia de Angola exerce efeitos negativos na economia, tendo em conta que é uma indústria de enclave e de capital intensivo, com pouco impacto positivo no emprego. Na verdade, “a dependência do petróleo é uma fonte da instabilidade macroeconómica em Angola” (Banco Mundial, 2018, p. 13).

(b) A dependência extrema no sector petrolífero coloca sérios riscos a economia angolana, tendo em conta a volatilidade dos preços do barril de petróleo no mercado e internacional e as oscilações na produção interna de petróleo. Na sequência, a economia tem estado a acompanhar as oscilações do preço do barril de petróleo.

(c) O sector da agricultura e o sector da indústria transformadora, dois sectores económicos que podem ser considerados “drivers” da diversificação, não conseguiram assumir este papel durante a fase do “crescimento económico”. Suas contribuições para o crescimento foram irrisórias, tendo o sector da agricultura contribuído em média 0,38 (2003-2015) e o sector da indústria transformadora 0,28 (2003-2015).

(d) Não obstante o governo angolano ter desenvolvido uma política activa de desenvolvimento de competências através de acesso à educação e à formação, condição sine qua non para ter uma força de trabalho qualificada e adequada, Angola continuar a enfrentar uma escassez gritante de mão de obra qualificada e baixa produtividade da sua força de trabalho.

(e) O crescimento da economia angolana ocorreu num contexto de instituições políticas e económicas extrativas. Porém, o crescimento económico gerado por instituições extrativas não é sustentável e não fomentam a destruição criativa e, na melhor das hipóteses, geram um progresso tecnológico limitado. Na sequência, o crescimento do PIB que resultou da natureza extrativa durou pouco tempo e gerou poucos empregos.

Em face disso, Angola está longe de garantir a segurança económica da maioria da sua população. De entre as razões identificadas para este quadro constam as seguintes:

(a) Não obstante o país ter registado níveis elevados de crescimento económico no período de 2002 a 2014, Angola foi incapaz de reduzir significativamente a dependência do petróleo. Na sequência, o país continua fortemente dependente da produção e exportação do petróleo,

sujeitando-se a choques resultantes das oscilações do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Face a este cenário, Angola continua sem alternativas sustentáveis à produção de petróleo e, consequentemente, às exportações deste commodity, estando sujeito, a curto, médio e longo prazo, aos problemas derivados desta forte dependência.

(b) A dependência ao sector petrolífero continua e continuará, a curto, médio e longo prazo, a criar sérios problemas à economia angolana, uma vez que se trata de uma indústria de enclave, de capital intensivo, pouco articulado com outros sectores da economia e que gera muito pouco emprego.

(c) O crescimento económico não induziu alterações estruturais, estruturantes e consistentes na economia angolana. Como resultado, a indústria transformadora e a agricultura, dois sectores-chaves e fundamentais para a geração de empregos, continuam a ter papéis de pouca relevância em termos de crescimento económico e contribuição no PIB de Angola. Este quadro manter-se-á enquanto o país estiver dependente do petróleo.

(d) O ambiente de negócio ainda enferma de muitos vícios (muita burocracia, corrupção, tráfico de influências, morosidade na obtenção de documentos e licenças indispensáveis para o início de um negócio). Eliminar esses vícios exige reformas profundas para tornar as instituições políticas e económicas mais inclusivas, no intuito de melhorar o ambiente de negócio. Ora, o processo de reformas políticas profundas leva anos para alcançar os objetivos preconizados.

(e) O rápido e elevado crescimento económico em Angola não foi gerado por mudanças tecnológicas e destruição criativa, mas sim por um aumento da produção interna do petróleo e do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Por conseguinte, o país tem falta de estruturas e infraestruturas que promovam a produção de conhecimentos e sua geração demora gerações.

(f) O crescimento da economia angolana ocorreu num contexto de instituições políticas e económicas extrativas. Apesar de esforços neste sentido, Angola ainda não dispõe de instituições políticas e económicas suficientemente inclusivas e a sua criação leva anos.

(h) O Sistema de Educação ainda não está estruturado, tornando necessário reformas educativas cujos resultados positivos levará anos para impactar grandemente a economia (CEIC - UCA, 2021).

A constatação de que Angola está longe de garantir a segurança económica da maioria da sua população é reforçada pelas previsões sobre o crescimento económico de Angola nos próximos anos. A Unidade de Inteligência da Revista “*The Economist*” prevê um crescimento económico de

1.0 % em 2023); 3.0 % em 2024; 3.3 % em 2025; 3.5 % em 2026; e 3.6 % em 2027 (EIU, 2023). Para o Fundo Monetário Internacional, a economia de Angola deverá crescer 3.5 % em 2023; 3.6 % em 2024; 3,9 % em 2025; 4,0 % em 2026; e 4% em 2027 (IMF, 2023).

Com essas taxas de crescimento económico a curto e médio prazo, serão necessários muitos anos para se poder gerar empregos suficientes capaz de reduzir a elevada taxa de desemprego. Além disso, no discurso sobre o Estado da Nação deste ano (2023), proferido no dia 16 de Outubro de 2023, o Presidente angolano admitiu que o caminho para a transformação da economia angolana é longo (Lourenço, 2023). Sendo assim, Angola está longe de garantir a segurança económica da maioria da sua população, tendo em conta que dificilmente ou provavelmente nunca se poderá atingir este desiderato sem a transformação da estrutura económica de Angola.

CONCLUSÕES

Como referido anteriormente, com base no problema de investigação e na pergunta de partida, a presente dissertação tem como objectivo principal avaliar a “dimensão segurança económica” do conceito da segurança humana no contexto angolano. Para se ter uma avaliação mais clara e precisa desta dimensão estabeleceu-se como objectivo específico determinar a relação entre o crescimento económico e a segurança económica das pessoas no contexto angolano. Para responder os objectivos (geral e específico) traçados foi estipulada uma hipótese que assume que, o elevado crescimento económico, verificado no período de 2002 a 2014, conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir significativamente o desemprego em Angola e, na sequência, garantiu a segurança económica da maioria da população angolana.

Adicionalmente, foi adotado um modelo teórico para avaliar as determinantes do crescimento económico, no sentido de se perceber até que ponto elas facilitam ou impedem o aumento do PIB no contexto angolano e, consequentemente, a geração de empregos. O modelo adotado assume que o crescimento económico é uma função desses factores (K, L, H, G) que promovem ou limitam o aumento do PIB, *ceteris paribus*.

Em termos de análise de dados, foi utilizado o modelo de regressão linear simples para testar a hipótese estipulada. Portanto, o modelo teórico adotado e o modelo estatístico utilizado permitiram responder à pergunta de partida, assim como o objectivo principal e o objectivo específico da dissertação.

A dissertação começou por abordar o contexto de investigação e a seguir apresentou o problema de investigação, apontando que o fim do conflito armado em Angola permitiu ao governo angolano priorizar a segurança humana na sua agenda governamental, em paralelo com a segurança militar. A priorização das componentes da segurança humana na formulação e implementação de políticas públicas coincidiu com um rápido e elevado crescimento económico no país, criando expectativas de que esta dinâmica levaria a criação de empregos suficientes para reduzir, de maneira substancial, as altas taxas de desemprego que se verificam no país, e como consequência, fosse garantida a segurança económica da maioria da população angolana.

No entanto, o resultado da presente dissertação indica que o elevado crescimento da economia angolana não gerou empregos suficientes capaz de reduzir significativamente o alto índice de desemprego. Na sequência, a maioria parte da população angolana enfrenta um quadro de insegurança económica. Foram identificadas as principais causas para esta situação, destacando-

se a concentração do investimento em capital físico no sector petrolífero, tornando-o no motor do crescimento económico; a predominância do sector petrolífero na composição do PIB, porém com pouco impacto positivo no emprego; a escassez gritante de mão de obra qualificada e baixa produtividade da força de trabalho; o fraco e limitado progresso tecnológico e inovação; e a existência de instituições políticas e económicas extrativas.

Face a este quadro, Angola está longe de atingir a segurança económica da maioria da sua população, tendo em conta que o crescimento económico não reduziu a dependência do petróleo e, dessa forma, o país continua tão dependente do petróleo. Esta dependência continuará, a curto, médio e longo prazo, a criar distorções na economia angolana, dada a índole de enclave do sector petrolífero, cujos efeitos nefastos são sobejamente conhecidos, tais como a geração de poucos empregos e a pouca articulação com outros sectores da economia. Além disso, as políticas de formação de quadros para obter uma mão de obra qualificada levará anos para os seus resultados positivos impactar, em grande escala, a economia. No mais, a geração de estruturas e infraestruturas que promovam a produção de conhecimentos que resulta em desenvolvimento tecnológico e inovação demora gerações. Finalmente, o desenvolvimento de instituições políticas e económicas suficientemente inclusivas que promovem um crescimento económico sustentável leva anos.

Para que a economia angolana possa crescer de uma forma sustentável e gerar empregos suficientes, é necessária a diversificação da sua estrutura. Enquanto a estrutura económica do país se manter inalterada, ou seja, continuar a depender excessivamente do petróleo, a economia angolana seguirá vulnerável às flutuações do preço do barril de petróleo no mercado internacional e as oscilações da produção interna do petróleo. Só a transformação estrutural da economia angolana produzirá um crescimento económico sustentável, sustentado e inclusivo que gere empregos suficientes capazes de reduzir substancialmente as elevadas taxas de desemprego que o país enfrenta.

No entanto, no centro de qualquer estratégia para diversificar a economia angolana devem estar as políticas destinadas a reformar o Estado para tornar as instituições políticas e económicas mais inclusivas. Sendo assim, se recomenda que se faça reformas políticas profundas que conduzem a uma democracia pluralista plena.

As reformas políticas profundas deverão envolver o aprofundamento das reformas do Estado já em curso e devem passar necessariamente por uma profunda revisão da constituição angolana, envolvendo mudanças mais profundas em questões relativas ao (1) modelo de eleição do

Presidente da República, (2) aos limites dos poderes presidenciais (onde for necessário) para reforçar a separação e o equilíbrio entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, (3) ao Sistema de Freios e Contrapesos (por exemplo, reforçar os mecanismos de fiscalização dos actos do Governo pela Assembleia Nacional), e (4) a alteração do modo de eleição dos Deputados à Assembleia Nacional para reduzir o excesso da partidização do sistema eleitoral, a despolitização ou despartidarização das instituições do Estado (por exemplo, mudar a forma de indicação e nomeação dos Juizes do Tribunal Constitucional e dos Comissários da Comissão Nacional Eleitoral), no intuito de se eliminar o modo de preenchimento de vagas através da filiação ou ligação partidária, em detrimento do mérito. Dever-se-á também se institucionalizar e implementar as autarquias locais para melhorar a eficiência governamental.

A Estratégia a Longo Prazo - Angola 2050 prevê a continuação do reforço da qualidade da democracia angolana, prosseguindo com o reforço da separação dos poderes do Estado, para salvaguardar o equilíbrio entre os órgãos do mesmo, assim como fortalecer a autonomia e a independência do Ministério Público e do Poder Judicial (Ministério da Economia e Planeamento, 2023). Na mesma linha, a Estratégia Angola 2050 também almeja assegurar a descentralização política e administrativa, institucionalizando as Autarquias Locais, criando condições para o funcionamento dos seus órgãos, e permitindo, sempre que possível, a interdependência de funções com o poder tradicional, assim como fortalecer e modernizar os serviços públicos, maximizando a sua capacidade operacional, qualidade e transparência, desenvolvendo o capital humano público com recurso a um forte sistema contínuo de formação, avaliação e gestão de recursos humanos, bem como reestruturar as carreiras públicas (Ministério da Economia e Planeamento, 2023).

O foco principal para atingir os objectivos da Angola 2050 relativos à Reforma do Estado deve centrar-se no reforço da democracia pluralista e do primado do direito para tornar as instituições mais inclusivas. Sem a eliminação das instituições extrativas, o crescimento económico de Angola será sempre intrinsecamente limitado com pouco impacto no emprego/desemprego.

Em suma, o caminho para alcançar a segurança económica da maioria da população angolana passa necessariamente pelo aprofundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, torna-se um imperativo consolidar uma sociedade que respeite o primado da lei, para tornar às instituições políticas e económicas mais inclusivas.

Caso contrário, continuar-se-á a assistir a elaboração, aprovação e execução de estratégias, planos, políticas e programas que, dificilmente ou provavelmente nunca poderão garantir a

segurança económica da maioria da população angolana, ou seja, se assistirá a um mero exercício de planeamento estratégico sem impacto positivo na segurança económica da maioria das pessoas.

Limitações

Como em qualquer trabalho de investigação académica ou científica, o presente estudo também tem certas limitações. A primeira limitação é relacionada ao parâmetro de medição. Na ausência de dados credíveis sobre o emprego e desemprego, a oferta de emprego foi utilizada como a variável dependente, em conformidade com as recomendações do Bureau Australiano de Estatística (Australian Bureau of Statistics, 2003) e do Banco Central do Gana (Bank of Ghana, 2006). De facto, a oferta de emprego representa uma demanda de empregos da parte dos empregadores e um aumento de oferta de emprego pode ter um impacto na redução de desemprego. Contudo, os dados sobre a oferta de emprego providenciam apenas uma medida para avaliar as condições no mercado de empregado, dando uma noção parcial de como está a situação do emprego e desemprego num determinado país. Não obstante, o uso de oferta de emprego como variável dependente permitiu se ter uma noção sobre a situação da segurança económica humana em Angola.

A segunda limitação é relativa ao número de observações (amostra) utilizado na análise de regressão e correlação, ou seja, o estudo tem uma amostra pequena, num total de 13 observações. Na verdade, a análise de regressão e correlação avalia apenas o período de 2002 a 2014, embora a delimitação do estudo corresponde ao período pós-guerra civil (2001-2022). Existem duas razões fundamentais que sustentam esta opção: (i) o objectivo específico da dissertação, e (ii) a hipótese estipulada.

O objectivo específico da dissertação é “determinar a relação entre o crescimento económico e a segurança económica das pessoas no contexto angolano”. Sendo assim, em tese apenas podemos utilizar os dados referentes a fase do crescimento económico.

No Capítulo 3 desta dissertação foi observado que a Figura 5 é um gráfico que ilustra as taxas de crescimento do PIB (em %) de Angola de 2002 a 2021 e que o Quadro 1 (Anexo 2) mostra os dados sobre o crescimento do PIB angolano. Seguidamente, ressalta-se que uma análise breve e simples ao gráfico e ao quadro acima referidos permite depreender que a economia angolana no período pós-guerra pode ser dividida em duas fases principais.

A primeira é a fase do crescimento económico, que vai de 2002 a 2008. Durante esta fase houve uma curta crise em 2008 - 2009 derivado da crise do *subprime* que acabou por afectar o

preço do petróleo no mercado internacional. Com a subida do preço do barril de petróleo, a economia voltou a crescer aos níveis do período 2003-2008, embora não tenha atingido o pico do período passado.

A segunda fase é caracterizada por uma crise económico-financeira profunda cujos efeitos perduram até os dias de hoje. Esta fase corresponde ao período de 2016 a 2020, com taxas negativas de crescimento económico, podendo ser considerada como a fase de recessão económica. O ano de 2015 foi o ano da contração da economia, podendo ser considerado como o período de transição entre a fase do crescimento económico e a fase de recessão económica. Já o ano de 2021 pode ser considerado como o ano de regresso ao crescimento económico.

A hipótese estipulada permite apenas analisar os dados referentes ao período do “elevado” crescimento económico (2002-2014), uma vez que ela assume claramente que o elevado crescimento económico verificado, no período de 2002 a 2014, em Angola conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir significativamente o desemprego e, na sequência, garantiu a segurança económica da maioria da população angolana.

Portanto, embora o horizonte temporal delimitado corresponde ao período pós-guerra (2002-2022), o crescimento económico elevado se verificou apenas no período de 2002 a 2014, uma vez que, a partir de 2015, Angola entrou numa crise económica - financeira profunda, cujos efeitos nocivos na segurança económica das pessoas (e não só) perduram até os dias de hoje, tendo registado taxas de crescimento económico negativos (recessão económica) em 2016 (-2,58%), 2017 (-0,15%), 2018 (1,31%), 2019 (-0,69%) e 2020 (-5,6%) (Banco Mundial, 2023b - Ver Figura 5 e Quadro 1, Anexo 2). Somente em 2021, Angola voltou a ter um crescimento do seu PIB, com uma taxa ténue de 1,1% (Banco Mundial, 2023b - Ver Figura 5 e Quadro 1, Anexo 2).

No entanto, os efeitos nefastos do período da recessão económica continuam afectar negativamente a segurança económica da maioria da população angolana, tal como se pode verificar na análise efectuada na seção 3.6 (desemprego, emprego precário e insegurança económica em Angola).

No mais, é expectável que num contexto de recessão económica haja degradação da segurança económica humana, tendo em conta que uma das principais características deste fenómeno é a alta taxa de desemprego. Além disso, durante a fase de recessão económica ocorre o declínio económico e se a economia continuar em queda, a recessão pode se tornar uma crise económica (Isardinha, 2021), como aconteceu em Angola.

Face ao acima exposto, a análise de regressão linear simples e a análise de correlação cingiram-se apenas ao período do crescimento económico (2002-2014), fase em que se esperava que o aumento do PIB, de uma forma substancial, fosse a criar empregos suficientes para reduzir o alto índice de desemprego e, na sequência, garantisse a segurança económica da maioria da população angolana.

Na mesma linha, para aferir as razões que levaram o crescimento económico verificado no período de 2002 a 2014 não ter criado empregos suficientes capaz de reduzir significativamente o desemprego e consequentemente garantir a segurança económica da maioria da população angolana, a análise da estrutura económica do país referente a referida fase cingiu-se apenas ao período de 2002-2015. Importa notar que os dados de 2002 a 2015 foram apenas utilizados na análise relativa a composição dos sectores de actividade económica de Angola e suas respectivas contribuições no PIB e na geração de emprego. Para as restantes análises foram utilizados dados do horizonte temporal 2002-2022.

A terceira limitação relaciona-se com o modelo estatístico utilizado. É sobejamente conhecido que o modelo de regressão linear simples tem certas limitações. Por exemplo, a análise de regressão bivariada cinge-se somente em avaliar a relação entre duas variáveis (uma dependente e outra independente), deixando de fora outros factores (variáveis) que possam influenciar a variável dependente.

No entanto, não obstante as limitações deste modelo, a presente dissertação utilizou-o, considerando que, quer seja o objectivo específico da dissertação, quer seja a hipótese estipulada remeteram o autor a esta opção.

O objectivo específico da dissertação é determinar a relação entre o crescimento económico e a segurança económica das pessoas no contexto angolano. Ora, o crescimento económico é definido como sendo o “aumento sustentado de uma unidade económica durante um ou vários períodos longos” (Infopédia, 2023, para. 1). A sua avaliação faz-se, regra geral, através do Produto Interno Bruto. Dito de outro modo, o crescimento económico significa aumento quantitativo da produção (PIB). Sendo assim, a variável independente utilizada é o PIB de Angola durante a fase do crescimento económico da economia angolana (2002-2014).

Já a segurança económica humana é definida como “ter assegurado uma renda básica, normalmente proveniente do trabalho (emprego) produtivo e remunerativo, e em última instância, proveniente de uma rede de segurança social financiada com fundos públicos” (UNDP, 1994, p.

25). Por conseguinte, na presente dissertação a oferta de emprego (*job vacancy*) foi utilizado como a variável dependente. Importa ressaltar que a rede de segurança social de Angola é limitada e não permite garantir a segurança económica da maioria da população angolana por esta via.

Em face disso, o estudo tem uma variável dependente (oferta de emprego) e uma variável independente (PIB). Por conseguinte, para análise estatística foi utilizado o modelo de regressão linear simples, em vez do modelo de regressão linear múltipla. Tal como Quora (2023, para. 3) refere, “*bivariate analysis is best used when the goal is to understand the relationship between two variables [...]*”. Wegner (2012, p. 300) remata: “*In simple linear regression, there is only one independent variable, X, that is used to estimate or predict values of dependent variable, Y*”.

Em suma, embora o modelo de regressão linear múltipla é mais realístico, tendo em conta que no mundo real as estimativas ou prognósticos dependem quase sempre de múltiplos factores (Hair et al., 2007), o problema de investigação, a pergunta de partida, os objectivos da investigação (geral e específico), a hipótese estipulada, a metodologia escolhida e o modelo teórico adotado na presente dissertação remeteram o investigador a optar pelo modelo de regressão linear simples.

A escolha do modelo de regressão linear simples, ou seja, a opção pela análise de regressão bivariada é reforçada pelo argumento da DJS Research (2023) que recomenda o uso do modelo de regressão linear simples quando a investigação inclui testar hipóteses simples de associação e causalidade. Além disso, a referida instituição sugere que quando o investigador tem uma amostra limitada é apropriado o uso de regressão bivariada, isto é, a utilização do modelo de regressão linear simples “*can be very helpful to researchers with limited sample information and who therefore need to make predictions in order to make key judgments*” (DJS Research, 2023, para. 4).

Não obstante essas limitações, a dissertação respondeu a pergunta de partida e cumpriu com os seus objectivos (geral e específico), tendo aferido de que Angola está longe de atingir a segurança económica da maioria da sua população e rejeitado a hipótese de que o elevado crescimento económico verificado, no período de 2002 a 2014, conduziu a criação de empregos suficientes para reduzir significativamente o desemprego e, na sequência, garantiu a segurança económica da maioria da população angolana.

Relativamente a futuras pesquisas, sugere-se que se faça uma investigação para avaliar a segurança económica do Estado angolano. Uma análise dos factores estratégicos geoeconómicos de Angola para identificar as potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças do país daria uma noção ou visão mais abrangente sobre a situação e as questões relativas à segurança

económica do país tanto as relacionadas com a segurança económica humana como as referentes a segurança económica do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., Johnson, S. and Robinson, J. (2001). The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, 91(5), 1369-1401.
- Acemoglu, D., Johnson, S. and Robinson, J. (2002). Reversal of fortune: Geography and institutions in the making of the modern world income distribution. *Quarterly Journal of Economics*, 117(4), 1231-1294.
- Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J., & Thaicharoen, Y. (2003). Institutional causes, macroeconomic symptoms: volatility, crises and growth. *Journal of monetary economics*, 50(1), 49-123.
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2005). Institutions as a fundamental cause of long-run growth. *Handbook of economic growth*, 1, 385-472.
- Acemoglu, D. & Robinson, J. (2010). The role of institutions in growth and development. *Review of Economics and Institutions*, 1(2), 1-33.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2019). *As origens do poder, da prosperidade e da pobreza: porque falham as nações* (11.^a Ed). Bertrand.
- Aghion, P. and Howitt, P. (1992). A Model of growth through creative destruction. *Econometrica*, 60 (2), 323-351.
- Aghion, P., Bloom, N., Blundell, R., Griffith, R., & Howitt, P. (2005). Competition and innovation: An inverted-U relationship. *The quarterly journal of economics*, 120(2), 701-728.
- Akpolat, A. G. (2014). The long-term impact of human capital investment on GDP: a panel cointegrated regression analysis. *Economics Research International*, 2014.
- Alexiou, C. (2009). Government spending and economic growth: Econometric evidence from the South Eastern Europe (SEE). *Journal of Economic and social research*, 11(1), 1-16.
- Alsulamy, S. (2015). *Developing a performance measurement framework for municipal construction projects in Saudi Arabia* [Doctoral dissertation, Edinburgh Napier University].
<https://napier-repository.worktribe.com/output/171816/developing-a-performance-measurement-framework-for-municipal-construction-projects-in-saudi-arabia>
- Amaral, A. (2008). *A guerra ao terror e a triplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610356_08_pretextual.pdf

- Aron, J. (2000). Growth and institutions: a review of the evidence. *The World Bank research observer*, 15(1), 99-135.
- Australian Bureau of Statistics. (2003). *Do job vacancies provide a leading indicator of employment growth?*
<https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/94713ad445ff1425ca25682000192af2/47181319c44b8b28ca256d1700021287!OpenDocument>
- Australian Bureau of Statistics. (2003). Do job vacancies provide a leading indicator of employment growth?. In *Australia Labour Market Statistics* (Ed.), Feature articles (pp. 12-16). [www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/833B13B3FE77C0EBCA256D17000702D2/\\$File/61050_apr%202003.pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/833B13B3FE77C0EBCA256D17000702D2/$File/61050_apr%202003.pdf)
- Awad, A. (2021). Which contributes more to economic growth in the MENA region: Health or education? An empirical investigation. *Journal of the Knowledge Economy*, 12(3), 1119-1133.
- Awuor, E. (2010). *A conceptual model for managing supply network for simultaneous optimization in a complex adaptative environment: a case of the floriculture industry in Kenya*. [Doctoral dissertation, Graduate School of Business Leadership of University of South Africa].
https://uir.unisa.ac.za/bitstream/handle/10500/6735/thesis_amour_eo.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Ariç, K., Sek, S., Pavlovic, V., & Knezevic, G. (2022). Human capital and economic growth: evidence from Western European and CEECS countries. *Journal of Research in Economics*, 6(2), 135-146.
- Armiño, K. P. (2006). El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, 76, 59-77.
- Avelino, D. (2014). *Trabalho precário na agricultura e no agronegócio – Informalidade do trabalho na pecuária* [Paper]. Paper apresentado no Seminário Amazona Rural - Trabalho Precário, Segurança e Saúde do Trabalho no Pará e Amapá do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região – TRT, 2014, Belém, Brasil, dezembro de 2014.
<https://www.trt8.jus.br/trabalho-seguro/evento/2014/amazonia-rural-trabalho-precario-seguranca-e-saude-do-trabalhador-no>
- Banco Mundial. (2018). Diagnóstico Sistemático Nacional para Angola.

- <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documentsreports/documentdetail/438231553065261474/angola-systematic-country-diagnostic>
- Banco Mundial. (2023a). Dados sobre crescimento do PIB.
http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?most_recent_value_desc=true
- Banco Mundial. (2023b). Dados sobre Produto Interno Bruto de Angola.
http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?most_recent_value_desc=true
- Bank of Ghana. (2007). *Labor market development in 2006*.
<https://www.bog.gov.gh/wp-content/uploads/2019/07/labour-market-report-plus.pdf>
- Barbosa, C. (2014, July). A dimensão económica da segurança humana: uma reflexão nos países desenvolvidos. In *OBSERVARE 2nd International Conference-World War and International Relations*. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Barbosa, C.V. (2017). *A dimensão económica da segurança humana: uma reflexão nos países desenvolvidos* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho].
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35589>
- Barro, R. (1990). Government spending in a simple model of endogeneous growth. *Journal of Political Economy*, 98(5, Part 2), S103-S125.
- Barro, R., & Sala-i-Martin, X. (1992). Public finance in models of economic growth. *The Review of Economic Studies*, 59(4), 645-661.
- Barro, R. (1997). *Determinants of economic growth: a cross-country empirical study* (Sixty Edition). MIT Press.
- Barro, R. (1999). Determinants of economic growth: implications of the global evidence for Chile. *Cuadernos de Economía*, 36 (107) 443-478.
- Barro, R. (2003). Determinants of economic growth in a panel of countries. *Annals of Economics and Finance*, 4, 231-274.
- Bassanini, A., & Scarpetta, S. (2001). Does human capital matter for growth in OECD countries? Evidence from pooled mean-group estimates. *Evidence from Pooled Mean-Group Estimates*.
- Bassanini, A., & Scarpetta, S. (2002). The driving forces of economic growth: panel data evidence for the OECD countries. *OECD Economic Studies*, 2001(2), 9-56.

- Baumol, W. (1990). Entrepreneurship: productive, unproductive and destructive. *Journal of Political Economy*, 98(1), 893-921.
- Becker, G. S. (1962). Investment in human capital: A theoretical analysis. *Journal of Political Economy*, 70(5, Part 2), 9-49.
- Becker, G. S., & Murphy, K. M. (2007). Education and consumption: the effects of education in the household compared to the marketplace. *Journal of Human Capital*, 1(1), 9-35.
- Beneki, C., Giannias, D., & Moustakas, G. (2012). Innovation and economic performance: the case of Greek SMEs. *Regional and Sectoral Economic Studies*, 12(1), 31-42.
- Beebe, S. D., & Kaldor, M. H. (2010). *The ultimate weapon is no weapon: Human security and the new rules of war and peace*. PublicAffairs.
- Benhabib, J. and Spiegel, M. (1994). The role of human capital in economic development evidence from aggregate cross-country data. *Journal of Monetary Economics*, 34 (2), 143-173.
- Basnett, Y., & Sen, R. (2013). What do empirical studies say about economic growth and job creation in developing countries. *Overseas Development Institute*, 1(1), 11-22.
- Bodman, P., & Le, T. (2013). Assessing the roles that absorptive capacity and economic distance play in the foreign direct investment-productivity growth nexus. *Applied Economics*, 45(8), 1027-1039.
- Bhalla, R., & Meher, S. (2019). Education, employment and economic growth with special reference to females in Kerala. *The Indian Journal of Labour Economics*, 62(4), 639-658.
- Boztosun, D., Aksoylu, S., & Ulucak, Z. Ş. (2016). The role of human capital in economic growth. *Economics World*, 4(3), 101-110.
- Brenner, M. H. (1976). *Estimating the social costs of national economic policy: Implications for mental and physical health, and criminal aggression: A study prepared for the use of the joint economic committee, Congress of the United States* (No. 5). US Government Printing Office.
- Broughel, J., & Thierer, A. D. (2019). Technological innovation and economic growth: A brief report on the evidence. *Mercatus Research Paper*.
- Burnside, C., & Dollar, D. (2000). Aid, policies, and growth. *American Economic Review*, 90(4), 847-868.
- Bruinshoofd, A. (2016). Institutional quality and economic performance. (No. 1/22). Rabobank Economic Research.

<https://economics.rabobank.com/publications/2016/january/institutional-quality-and-economic-performance/>

- Buzan, B.; Wæver, O.; Wilde, J. (1997). *Security: a new framework for analysis*. Lynne Rienner Publishers.
- Buzan, B., Wæver, O., & De Wilde, J. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Lynne Rienner Publishers.
- Caetano, M. (2021). *A evolução do conceito de segurança em Angola: da segurança do Estado à segurança humana* (Ensaio). Ensaio apresentado no Seminário Sobre Estudos de Segurança do Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Çalışkan, H. K. (2015). Technological change and economic growth. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 195, 649-654.
- Capucha, L. (2019). Pobreza e emprego: as paralelas não convergem. *Pobreza e emprego: as paralelas não convergem*, (19), 33-50. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.2>
- Castro, F. R., & de Sá Costa, F. C. (2014). A segurança humana e o novo conceito de soberania. *Revista da EGN*, 20(2), 503-519.
- CEIC-UCA. (2021). *Relatório Económico de Angola de 2019 e 2020*. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- CEIC – UCA. (2017). *Relatório Económico de Angola 2016*. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- CEIC – UCA. (2014). *Relatório Económico de Angola 2013*. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- CEIC-UCA. (2008). *Relatório Económico de Angola 2008*. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Center for Energy Economics of the University of Texas. (2001). Deepwater developments in Angola. www.beg.utexas.edu/energyecon/news
- Chauffour, J. P. (2011). Freedom, entitlement, and the path to development. *World Bank Economics Premise*, 59, 1–5.
- Chen, L., & Narasimhan, V. (2003). Human security and global health. *Journal of Human Development*, 4 (2), 181-190.

- Chico, A. (2020). Simão Milagres & Lutina Santos. Fluxos migratórios em Angola: Novos contextos e desafios. *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 40, 193 – 196.
<https://doi.org/10.4000/cea.5585>
- Chirwa, T., & Odhiambo, N. (2016). Macroeconomic determinants of economic growth: a review of international literature. *South East European Journal of Economics and Business*, 11 (2), 33-47.
- Chow, G. C. (1993). Capital formation and economic growth in China. *The Quarterly Journal of Economics*, 108, 809-842.
- Chow, G. C., & Li, K. W. (2002). China's economic growth: 1952–2010. *Economic Development and Cultural Change*, 51(1), 247-256.
- CIA (2021). The world factbook: Angola. Central Intelligence Agency. <https://www.cia.gov/>
- Collin, M., & Weil, D. (2018). The effect of increasing human capital investment on economic growth and poverty.
<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/0fc7e35d9a78544bb1fb9012648c22f3/content>
- Constantine, C. (2017). Economic structures, institutions and economic performance. *Journal of Economic Structures*, 6(2), 1-18.
- Constituição da República de Angola. (2010). Iª Série do Diário da República, Iª Série n.º 23.
- Cordeiro, A.D. 2002. João Paulo Guerra: Savimbi, o homem que ter sido presidente. Público.
<https://www.publico.pt/2002/05/18/jornal/savimbi-o-homem-que-podia-ter-sido-presidente-170618>
- Christie, R. (2010). Critical voices and human security: To endure, to engage or to critique?. *Security Dialogue*, 41(2), 169-190.
- Dahal, G. (2016). The contribution of education to economic growth: Evidence from Nepal. *Journal of Applied Economic Sciences*, 2, 22-41.
- Decreto presidencial N.º 201/11. (2011). Aprova a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário da República: I Série, n.º 137.
- Dent, C. (2007). *Economic security in contemporary security studies*. Oxford University Press.
- Di Sena Jr., R. (2003). Poder e interdependência: perspectivas de análise das relações internacionais na ótica de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye. *Relações*

- Internacionais: Interdependência e Sociedade Global. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 179-210.*
- Diebolt, C., & Hippe, R. (2019). The long-run impact of human capital on innovation and economic development in the regions of Europe. *Applied Economics*, 51(5), 542-563.
- Ding, X., Huang, Y., Gao, W., & Min, W. (2021). A comparative study of the impacts of human capital and physical capital on building sustainable economies at different stages of economic development. *Energies*, 14(19), 6259.
- Djankov, S, et al. (2002). *Appropriate institutions* [paper]. Paper presented at Conference "Appropriate Institutions for Growth", World Bank.
<http://rru.worldbank.org/LogAndOpen.aspx?DocumentID=939>
- DJS Research (2023). Bivariate regression analysis.
<https://www.djsresearch.co.uk/glossary/item/Bivariate-Regression-Analysis>
- Docquier, F. (2013). Identifying the effect of institutions on economic growth. Institut de Recherches Économiques et Sociales de L'Université Catholique de Louvain.
<https://sites.uclouvain.be/econ/DP/IRES/2013030.pdf>
- Easterly, W., and Levine, R. (1997). Africa's Growth Tragedy: Policies and ethnic divisions. *The Quarterly Journal of Economics*, 112 (4), 1203-1250
- Easterly, W., & Levine, R. (2001). It's not factor accumulation: Stylized facts and growth models. *The World Bank Economic Review*, 15(2), 177-219.
- EIU (2023). Democracy Index 2022. *Frontline Democracy and the Battle for Ukraine*. The Economist Intelligence Unit.
https://www.eiu.com/n/wpcontent/uploads/2023/02/DemocracyIndex2022_FV2.pdf?li_fat_id=f1fbad7e-a282-4b9e-9f8f-6a6d5a9fe6b8
- EIU (2023). Country forecast, Angola, September 2023. The Economist Intelligence Unit.
<https://country.eiu.com/Angola/ArticleList/Updates/Economy>
- Edwards, K., and Griffin, M. (2020). *Economic security for the 21st Century*. The National Academy of Social Insurance.
<https://www.nasi.org/wp-content/uploads/2022/06/Economic-Security-for-the-21st-Century.pdf>
- Escorrega, L. C. F. (2009). A segurança e os “novos” riscos e ameaças: perspectivas várias. *Revista Militar*, 2491(2492), 1-29.

- Eser, K., & Ekiz, Ç. (2009). Beşeri sermayenin ekonomik gelişme üzerindeki etkileri: Dünya deneyimi ve Türkiye üzerine gözlemler. *Sosyal ve Beşeri Bilimler Dergisi*, 1(2), 41-56.
- Expansão (2023). *IDE fora do sector petrolífero investimento estrangeiro cai 20,5% para 197 milhões USD em 2022*.
<https://expansao.co.ao/economia/interior/investimento-estrangeiro-cai-205-para-197-milhoes-usd-em-2022-112319.html>
- Eyisi, D. (2016). The usefulness of qualitative and quantitative approaches and methods in researching problem-solving ability in science education curriculum. *Journal of Education and Practice*, 7(15), 91-100.
- Fakuda-Parr, S. & Messineo, C. (2012). Human security: A critical review of the literature. Centre for Research on Peace and Development.
<https://soc.kuleuven.be/crpd/files/working-papers/wp11.pdf>
- Frances, J. (2004). *Institutions, firms and economic growth*. New Zealand Treasury.
<https://www.treasury.govt.nz/sites/default/files/2007-09/twp04-19.pdf>
- Freedom House (2022). *Freedom in the World 2022*.
https://freedomhouse.org/sites/default/files/202202/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf
- Freedom House. (2023). *Relatórios anuais sobre liberdade no mundo, 2016 – 2022*.
<https://freedomhouse.org>
- Fundo Monetário Internacional. (2023). *IMF (Angola) Country Report n.º 23/100*.
<https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2023/100/002.2023.issue-100-pt.xml>
- Galtung, J. (1969). Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167 -191.
- Galtung, Johan (1996): *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. International Peace Research Institute.
- Garraty, J. (1978). *Economic thought and public policy*. Harper & Row.
- Gil-Alana, L. A., Skare, M., & Buric, S. B. (2020). Testing Okun's law. Theoretical and empirical considerations using fractional integration. *Applied Economics*, 52(5), 459-474.
- Gonçalves, J. (2021). 45 anos de longa transição. In Cruz, E., & Manuel, C. (Orgs.). *Angola 45 anos. O político, o social, o económico e o cultural*. Mayombe Editora.
- Governo de Angola (2021). *Relatório Nacional Voluntário 2021 sobre a implementação da Agenda para o desenvolvimento sustentável*.

https://www.embajadadeangola.com/pdf/VNR-Angola-2021_PT.pdf

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. (2002). *Programa do Governo para o Período 2003 - 2004*.

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edis p/minfin033823.pdf>

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. (2004). *Programa Geral do Governo para o Biénio 2005- 2006*.

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edis p/minfin033822.pdf>

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. (2006). *Programa Geral do Governo para o Biénio 2007 - 2008*.

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edis p/minfin033821.pdf>

Graca, J., Jafarey, S., and Philippopoulos, A. (1995): Interaction of human and physical capital in a model of endogenous growth. *Economics of Planning*, 28, 93-118.

Granovetter, Mark and Richard Swedburg eds .(1992). *The sociology of economic life*. Boulder CO: Westview Press.

Grossman, G., & Helpman E. (1991). *Innovation and growth in the global economy*. MIT Press.

Hair, J., Money, A., Samouel, P., & Page, M. (2007). *Research methods for business*. John Wiley & Sons Ltd.

Hanouz, M. (2015). *Why institutions matter for economic growth*.

<https://www.weforum.org/agenda/2015/01/why-institutions-matter-for-economic-growth/>

Hartwing, J. (2012). Testing the growth effect of structural change. *Structural Change and Economic Dynamics*, 23(1), 11-24.

Hodges, T. (2004). O papel de gestão de recursos na construção de paz sustentável. In Meijer, Guus (2004): *Da Paz Militar à Justiça Social: O Processo de Paz Angolano. Conciliations Resources*, 4, 48-53.

Hoeveler, R. C. (2017). Imperialismo e Dependência versus Interdependência: o lado silenciado de um embate teórico. *Estudos Internacionais*, 5(3), 35-51.

Hu, Z. F., & Khan, M. S. (1997). Why is China growing so fast?. *Staff Papers*, 44(1), 103-131.

- Human Security Centre. 2005. *Human security report 2005: war and peace in the 21st century*. Oxford University Press.
- ICISS. 2001. *The Responsibility to protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*. International Development Research Center.
- International Monetary Fund (2003). *World economic outlook: Growth and institutions*.
<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2016/12/30/World-Economic-Outlook-April-2003-Growth-and-Institutions-16369>
- Infopédia (2023). *Crescimento económico*.
[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$crescimento-economico](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$crescimento-economico)
- International Labour Organization – ILO. (2004). *Economic security for a better world. Socio-Economic Security Programme*.
<https://www.socialprotection.org/gimi/gess/Media.action;jsessionid=MalRYNzsp4ylmsyyZf915jSda8wAy-fBERHLgOYIfYzd3XfmNFDn!1534231366?id=8536>
- INE (2023). *Indicadores de Emprego e Desemprego - Inquérito ao Emprego em Angola*. Folha de Informação Rápida do IEA - IV Trimestre de 2022 (1.^a Edição). Instituto Nacional de Estatística. Governo de Angola.
<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTEyNzY%3D>
- INEFOP. (2007). *Relatório de Balanço de Actividades 2003 a 2006*. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- INEFOP. (2018). *Relatório de Iniciativas Estratégicas da Área de Emprego do Exercício de 2018*. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- INEFOP. (2019). *Relatório de Iniciativas Estratégicas da Área de Emprego do Exercício de 2019*. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- INEFOP. (2020). *Relatório de Iniciativas Estratégicas de Emprego do Exercício de 2020*. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- INEFOP. (2021). *Relatório de Iniciativas Estratégicas da Área de Emprego do Exercício de 2021*. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- INEFOP (2023). *Relatório de Balanço de Actividades - 2007 e 2008*. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- ISardinha (2021). *Ciclo económico: O que é, como funciona e por que ocorre?*
<https://investidorsardinha.r7.com/aprender/ciclo-economico/>

Jones, C. (2002). *Introduction to economic growth*. WW Norton & Company.

Jornal de Angola (2021). Maria Sambo: Baixa produção científica tira universidades angolanas do ranking das 100 melhores em África.

<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/baixa-producao-cientifica-tira-universidades-angolanas-do-ranking-das-100-melhores-em-africa-2/>

Kaldor, M. (2007). *Human Security: reflections on globalization and intervention*. Polity Press

Kalleberg, A. (2009). O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 21-30.

Kanayo, O. (2013). The impact of human capital formation on economic growth in Nigeria. *Journal of Economics*, 4(2), 121-132.

Kapsos, S. (2005). *The employment intensity of growth: Trends and macroeconomic determinants*. Employment Strategy Papers 2005/12, International Labor Organization.

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/emp_elm/documents/publication/wcms_143163.pdf

Kapsos, S. (2006). The employment intensity of growth: Trends and macroeconomic determinants.

In *Labor markets in Asia: Issues and perspectives* (pp. 143-201). Palgrave Macmillan UK.

Karimi, M. S., & Heshmati Daiari, E. (2018). Does institutions matter for economic development? Evidence for ASEAN selected countries. *Iranian Economic Review*, 22(1), 1-20.

Kaufmann, Daniel & Kraay, Aart & Zoido-Lobaton, Pablo, 1999. *Governance matters*, Policy Research Working Paper Series 2196, The World Bank.

<https://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/2196.html>

Keohane, R and Nye, J. (1977). Power and interdependence. *Political Science Quarterly*, 93(1), 132-134.

Keohane, R., & Nye, J. (1987). Power and interdependence revisited. *International Organization*, 41(4), 725-753.

Keohane, R., & Nye, J. (1998). Power and interdependence in the information age. *Foreign Affairs*, 77 (5), 81.

Khan, A. R. (2007). *Growth, employment and poverty: An analysis of the vital nexus based on some recent UNDP and ILO/SIDA studies*. <http://www.un.org/esa/desa/papers>

Khan, A. (2008). *Employment in Sub-Saharan Africa, Lessons to be learnt from the East Asian experience*. Africa Task Force Meeting, Initiative for Policy Dialogue.

https://policydialogue.org/files/events/Khan_employment_in_sub-saharan_Af.pdf

- Khong, Y. (2001). Human security: A shotgun approach to alleviating human misery? *Global Governance*, 7(3), 231-237.
- Kim, C., & Sakamoto, A. (2010). Have Asian American men achieved labor market parity with white men?. *American Sociological Review*, 75(6), 934-957.
- King, G., & Murray, C. J. L. (2001). Rethinking Human Security, *Political Science Quarterly*, 116(4), 585-610.
- Knack, S. and Keefer, P. (1995). Institutions and Economic Performance: Cross Country Tests Using Alternative Institutional Measures. *Economics and Politics*, 7, 207–222.
- Koh, W. (2006). Singapore's transition to innovation-based economic growth: infrastructure, institutions and government's role. *R&D Management*, 36(2), 143-160.
- Krause, K (2004). Is Human Security more than just a good idea? In Brzoska, M., & Croll, P. J. (Eds.). *Promoting Security: But how and for Whom*. Bonn International Center for Conversion.
- Krugman, P. (1994). The myth of Asia's miracle. *Foreign Affairs*, 73(6), 62-78.
- Lee, K., & Kim, B. (2009). Both institutions and policies matter but differently for different income groups of countries: Determinants of long-run economic growth revisited. *World Development*, 37(3), 533-549.
- Lei 18/21. (2021). Revisão Constitucional. *Diário da República*, I Série, n.º 154.
- Li, P., Zhong, X.; Wang, H.; & Zheng, S. (2013). Productivity change and the source of economic growth in China. *The Journal of Quantitative & Technical Economics*, 1, 3-21.
- Lipsey, R. (2007). *Economics*. Oxford Press.
- Liotta, P., & Owen, T. (2006). Why Human Security?. *The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*, 7 (1), 37-54.
- Lourenço, J. (2017a). *Discurso de tomada de posse como Presidente da República*.
<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=389661>
- Lourenço, J. (2017b). *Discurso sobre o Estado da Nação*.
<https://www.angola.or.jp/pt/2017/10/17/integra-do-discurso-do-presidente-da-republica-sobre-o-estado-da-nacao/>
- Lourenço, J. (2021). *Discurso proferido, de modo virtual, na 44.ª Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)*.

- <https://www.embaixadadeangola.pt/integra-discurso-pr-conselho-de-governadores-fida/>
- Lourenço, J. (2023). *Discurso sobre Estado da Nação*.
- <https://www.governo.gov.ao/noticias/1077/politica/estado-da-nacao/integra-do-discurso-do-presidente-da-republica>
- Lucas, R.(1988). On the mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, 22: 3–42.
- Mack, A. (2002). *Human security in the new millennium. Work in progress: A review of research of the United Nations University*.
- <http://unu.edu/hq/ginfo/wip/wip16-3sum2002>
- Maciel, T. M., & Duarte, J. P. G. P. (2019). O nexso entre segurança e desenvolvimento no pós-Guerra Fria. *Revista da EGN*, 25(3), 737-766.
- MacFarlane, S. and Khong, Y. (2006). *Human security and the UN; a critical history*. Indiana University Press.
- Mankiw, N., Romer, P., and Weil, D. (1992). A contribution to the empirics of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, 107, 407–437.
- Mankiw, G., & Taylor, M. (2006). *Economics*. Thomson Learning.
- MAPTSS. (2018). *Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional: visão, missão, estratégias de desenvolvimento e resultados*. Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.
- MAPESS (2003). *Boletim Especial do Emprego: análise da evolução do mercado nacional de emprego, 1998-2002*. Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.
- Mc Cormick, J. (2007). *The European superpower*. Palgrave Mcmillan.
- Mathew, S. (2015). Falling female labour force participation in Kerala: Empirical evidence of discouragement?. *International Labour Review*, 154(4), 497-518.
- Mehrara, M. and Musai, M. (2013). The relationship between economic growth and human capital in developing countries. *International Letters of Social and Humanistic Sciences*, 5, 55-62.
- Méon, P. G., & Weill, L. (2005). Does better governance foster efficiency? An aggregate frontier analysis. *Economics of Governance*, 6, 75-90.

Messiant, C. (2004). As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka. In Meijer, Guus (2004): Da paz militar à justiça Social: O processo de paz angolano. *Conciliations Resources Accord*, Issue 15, 16–23.

<https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/angola2050-completa.pdf>

Ministério da Economia e Planeamento. (2018). Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022.

www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf

Ministério da Economia e Planeamento. (2023). *Estratégia a Longo Prazo - Angola 2050*.

Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017*.

www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033820.pdf

Ministério do Planeamento (2004). *Estratégia de Combate à Pobreza (ECP). Reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*.

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033824.pdf>

Ministério do Planeamento (2007). *Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo – Angola 2025*.

www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033818.pdf

Milagres, S., & Santos, L. (2018). *Fluxos migratórios em Angola: novos contextos e desafios*. Mayombe Editora. <https://doi.org/10.4000/cea.5585>

Morgenthau, H. J. (2003). *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Editora Universidade de Brasília.

Nowak, A. Z., & Dahal, G. (2016). The contribution of education to economic growth: Evidence from Nepal. *International Journal of Economic Sciences*, 5(2), 22-41.

Nef, J. (2006). Human security, mutual vulnerability and sustainable development: A critical view. *The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*, 7 (1): 55-73.

Neff, J. (1999). *Human security and mutual vulnerability. The global economy of development and underdevelopment*. International Development Research Center.

- Nelson, R. R., & Phelps, E. S. (1966). Investment in humans, technological diffusion, and economic growth. *The American Economic Review*, 56(1/2), 69-75.
- Newman, E. (2010). Critical human security studies. *Review of International Studies*, 36(1), 77-94.
- Ngundu, T., Kupeta, K. M., & Ropi, N. (2018). *Dynamics of output and formal employment in Zimbabwe*. Reserve Bank of Zimbabwe.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change, and economic performance*. Cambridge University Press.
- Novo Jornal. (2021, 23 de agosto). Sergio Calundungo: “Figuras que eram muito ligadas ao ex-Presidente, a um radicalismo na forma de estar e de fazer política, começam a emergir novamente”.
<https://novojornal.co.ao/politica/interior/figuras-que-eram-muito-ligadas-ao-ex-presidente-a-um-radicalismo-na-forma-de-estar-e-de-fazer-politica-comecam-a-emergir-novamente---sergio-calundungo-no-balanco-dos-quatro-anos-de-eleicao-de-jlo-103942.html>
- Observatório. (2021). *Angola apresenta primeiro do Relatório Nacional Voluntário Sobre Objectivo de Desenvolvimento Sustentável na ONU*.
<https://observador.pt/2021/07/13/angola-apresenta-primeiro-relatorio-nacional-voluntario-sobre-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-onu/>
- Ogbeifun, L., & Shobande, O. A. (2022). A reevaluation of human capital accumulation and economic growth in OECD. *Journal of Public Affairs*, 22(4), e2602.
- O’Sullivan, A., & Sheffrin, S. (2006). *Economics: principles & tools*. Pearson Prentice Hall.
- OECD (1998). Returns to investment in human capital, ch.4 in human capital investment - An international comparison. OECD Center for Educational Research and Innovation.
<https://doi.org/10.1787/9789264162891-en>
- OECD & African Union Comission. (2021). Africa’s development dynamics 2021: digital transformation for quality jobs. <https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en>
- Oliveira, A. B. (2009). O Fim da Guerra Fria e os estudos de segurança humana. *Revista Aurora*, 5, 68-79.
- Okun, A. M. (1963). *Potential GNP: its measurement and significance*. Cowles Foundation for Research in Economics at Yale University.

- Olson, M., Sarna, N., & Swamy, A. (1998). Governance and growth: a simple hypothesis explaining cross-country differences in productivity. *Public Choice*, 102, 341-364.
- OMPI. (2022). Índice Global de Inovação 22. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-2000-2022-exec-pt-global-innovation-index-2022-15th-edition.pdf>
- ONU. (2023). Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>
- Osiobe, E. U. (2019). A literature review of human capital and economic growth. *Business and Economic Research*, 9(4), 179-196.
- Paris, R. (2001). Human security: Paradigm shift or hot air?. *International Security* 26 (2), 87-102.
- Pegado, A. (2014). Angola como potência regional emergente: análise de factores estratégicos, 2002-2012 [Tese de Doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8446>
- Pereira, J. (2006). *La Seguridad Humana: un derecho emergente*. Editora Ariel
- PNUD. (1994). *Novas Dimensões da Segurança Humana. Relatório do Desenvolvimento Humano 1994. Novas Dimensões da Segurança Humana Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. University Press.
- PNUD. (2019). *Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano de 2019*. <https://www.undp.org>
- PNUD. (2023). *Índice de Desenvolvimento Humano de Angola 2002-2022*. <https://www.undp.org>
- Pomi, S., Sarkar S., & Ohar, B. (2021). Human or physical capital, which influence sustainable economic growth most: A study on Bangladesh. *Canadian Journal of Business and Information Studies*, 3(5), 101-108. <https://doi.org/10.34104/cjbis.021.01010108>
- Queirós, A., & Teixeira, A. A. (2014). *Economic growth, human capital and structural change: an empirical analysis* (No. 549). Universidade do Porto, Faculdade de Economia do Porto.
- Quora (2023). *Ghanta Jayasnee's answer to "What is the difference between univariate, bivariate and multivariable analysis (statistics)? What are the advantages and disadvantages of each method? When would you use each one?"*. <https://www.quora.com/What-is-the-difference-between-univariate-bivariate-and-multivariableanalysis-statistics-What-are-the-advantages-and-disadvantages-of-each-method-When-would-you-use-each-one>

- Radavelli, M. (2016). Políticas de segurança humana: do surgimento do conceito ao Tratado de Ottawa (1997) [Monografia de bacharel, Centro Universitário Univates].
<https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/098c2849-1db2-4269-849340fce426b1c8/content>
- Radelet, S., Sachs, J. and Whang-Lee, J. (2001). The Determinants and prospects of economic growth in Asia. *International Economic Journal* 15 (3), 1-29.
- Steven, R., Jeffrey, S., & Jong-Wha, L. (2001). The determinants and prospects of economic growth in Asia. *International Economic Journal*, 15(3), 1-29.
- Ramanyuk, I., Pshenichnikova, S., & Plotnikov, V. (2019). The relationship of employment, economic growth and economic structure (The example of Russia). *Revista Espacios*, 40(32).
- Ramos, N. D. (2014). Golfo da Guiné: novo foco de pirataria marítima. In *JANUS 2014-Metamorfoses da violência (1914-2014)*, 56-57.
- Rebelo, S. (1991). Long-run policy analysis and long-run growth. *Journal of Political Economy*, 99(3), 500-521.
- Rehman, H., Kamran, M., Basra, S. M. A., Afzal, I., & Farooq, M. (2015). Influence of seed priming on performance and water productivity of direct seeded rice in alternating wetting and drying. *Rice Science*, 22(4), 189-196.
- Reinert, J. N. (2001). Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções. *Ciências da Administração*, 3 (5), 45-48.
- Reis, R. (2012). *Relembrando os princípios realistas de Hans Morgenthau. Internacionalizese*.
<http://internacionalizese.blogspot.com/2012/05/relembrando-os-principios-realistas-de.html>
- Rocha, R. M. A. (2014). Um olhar crítico sobre a segurança humana [Paper]. Paper apresentado no IV Seminário Discente da Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil, abril de 2014.
<https://sdpsc.pfflch.usp.br/sites/sdpssp.pfflch.usp.br/files/inlinefiles/1604881PB%20%281%29.pdf>
- Rocha, R. M. A. (2017). *Segurança Humana: histórico, conceito e utilização* [Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo].

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde08092017155459/publico/Raquela_Maria_Almeida_Rocha.pdf

- Rocha, R. M. A. (2021). Segurança Humana. In Gallo, R. (Org.), *Relações internacionais: temas contemporâneos* (pp. 263 – 302). Editora IOLE. <http://doi.org/10.5281/zenodo.4657531>
- Romer, P. M. (1986). Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economy*, 94(5), 1002-1037.
- Romer, P. M. (1989). Human capital and growth: Theory and evidence. *NBER Working Paper*, 3173.
- Romer, P. M. (1990). The problem of development: a conference of the institute for the study of free enterprise systems. *Journal of Political Economy*, 98(1), 1-11.
- Romer, P. M. (1990). Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, 98(5, Part 2), S71-S102.
- Romer, P. M. (1994). The origins of endogenous growth. *Journal of Economic Perspectives*, 8(1), 3-22.
- Romer, P. M. (2014). Human capital and growth: Theory and evidence. *Annals of Economics and Finance*, 15(1), 765-816.
- Romer, D. (2006). *Advanced Macroeconomic*. MC Graw - Hill Irwin.
- Rostow, W. (1960). *The Process of Economic Growth. A non-communist manifesto*. Cambridge University Press.
- Sachs, J. D., & Warner, A. M. (1997). Fundamental sources of long-run growth. *The American economic review*, 87(2), 184-188.
- Salomão, J. (2015). Angola 40 anos: O desemprego em Angola. <https://www.verangola.net/va/pt/092015/opinioao/2340/Angola-40-anos-o-desempregoemAngola-A-Opinião-de-Janísio-Salomão-Janísio-Salomão.htm>
- Schultz, T. (1963). *The economic value of education*. Columbia University Press.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Random House.
- Sianesi, B., & Reenen, J. V. (2003). The returns to education: Macroeconomics. *Journal of Economic Surveys*, 17(2), 157-200.
- Škare, M., & Lacmanović, S. (2015). Human capital and economic growth: a review essay. *Amfiteatru Economic Journal*, 17(39), 735-760.

- Silva, M.; Nunes, T., & Silva, T. (2018). *A evolução do conceito de segurança e sua inserção nas relações internacionais* [Paper]. Paper apresentado no 10. ° Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, São Paulo, Brasil, setembro de 2018.
https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535660084_ARQUIVO_AEVOLUCAODOCONCEITODESEGURANCAESUAINSERCAONASRELACOESINTERNACIONAIS.pdf
- Silva, R., & Azevedo, M. (2019). Segurança humana e a proteção e defesa civil no Brasil. In D. Tarin & R. Machado (Org.), *Diálogos públicos sobre segurança humana* (pp. 250-272). ILAES.
- Silva, M. (2013). *O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: Estratégias, trajectórias e contextos socioprofissionais* [Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia].
<https://ecil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/5017/1/Dissertação.pdf>
- SIMTIC/MINTTICS (2020). *Dados Administrativos*. Sistema Integrado de Monitorização das Tecnologias de Informação e Comunicação do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social do Governo de Angola.
- Smith, A. (2002). *The Wealth of Nations*; Bibliomania. com Ltd.
- Solow, R. M. (1956). A Contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70 (1), 65-94.
- Sorj, Bernardo (2005). Segurança, segurança humana e América Latina. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, 3(2), 40-59.
- Tadjbakhsh, S. (2005). *Human Security: Concepts and Implications: with an Application to Post-Intervention Challenges in Afghanistan*. Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Tadjbakhsh, S., & Chenoy, A. (2007). *Human security: Concepts and implications*. Routledge.
- Tahir, M., Hayat, A., Rashid, K., Afridi, M. A., & Tariq, Y. B. (2020). Human capital and economic growth in OECD countries: some new insights. *Journal of Economic and Administrative Sciences*, 36(4), 367-380.
- Teixeira, A. A., & Fortuna, N. (2010). Human capital, R&D, trade, and long-run productivity. Testing the technological absorption hypothesis for the Portuguese economy, 1960–2001. *Research Policy*, 39(3), 335-350.
- Teixeira, A. A., & Queirós, A. S. (2016). Economic growth, human capital and structural change: A dynamic panel data analysis. *Research policy*, 45(8), 1636-1648.

- Thakur, R. (1997). From National to Human Security' Asia Pacific Security: The Economics-Politics Nexus. In S. Harris & A. Mack (Eds.). (*No Title*). Allen & Unwin.
- Thakur, R. (2004). A political worldview. *Security Dialogue*, 35(3), 347-348.
- Thakur, R. and Newman, E. (2004). Introduction: Non-traditional security in Asia. In Thakur, R. & Newman, E. (Eds.), *Broadening Asia's security discourse and agenda: political, social, and environmental perspectives* (pp. 1-15). UN University Press.
- Times Higher Education (2023). *THE Sub-Saharan Africa university rankings*.
<https://www.timeshighereducation.com/sub-saharan-africa-university-rankings#>
- Thomas, C. (2000). *Global governance, development and human security: the challenge of poverty and inequality*. Pluto.
- Thomas, C. (2004). A bridge between the interconnected challenges confronting the world. *Security Dialogue*, 35(3), 353-354.
- Thomas, N., & Tow, W. (2002). The Utility of Human Security: Sovereignty and Humanitarian Intervention. *Security Dialogue* 33(2): 177-192.
- Tomé, L. (2010). Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. *Janus. net, e-Journal of International Relations*, 1(1), 33-49.
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2006). *Economic development*. Pearson USA.
- Tow, W., & Trood, R. (2000). *Linkages between traditional security and human security*. In Hyun, I; Thakur, R. & Tow, W. (2000). *Asian's emerging regional order: Reconciling traditional and human security* (1st Edition). United Nations University Press.
- Transparência Internacional (2023). Classificação de Angola no Índice de Percepção de Corrupção (CPI), de 2002 a 2022. <https://www.transparency.org>
- Tung, P. H. (2021). Relationship between Labor and Economic Growth in Vietnam: Practice and Forecast: Economic. *European Journal of Business and Management Research*, 6(4), 289-293.
- Ulku, H. (2004). R&D, innovation, and economic growth: an empirical analysis. *International Monetary Fund Working Paper*, 04 (185).
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=879010
- UNDP. (1994). *Human Development Report 1994*. Oxford University Press
- UNDP. (2019). *Human Development Report 2019: Beyond Income, Beyond Averages, Beyond Today-Inequalities in Human Development in the 21st Century*. UN.

- <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.
- UNDP (2023). *Human development index for years 2002 -2022*. <https://www.undp.org>
- UNESCO. (1997). *50 Years for Education*.
- UNESCO (2015): *UNESCO Science Report 2015*.
- <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210059053>
- UNESCO (2021): *UNESCO Science Report 2021*.
- <https://www.unesco.org/reports/science/2021/en>
- UNICEF (2023). *Educação - UNICEF Angola*.
- <https://www.unicef.org/angola/acesso-a-educacao>
- UniRank. (2023). *Top 200 universities in Africa ranked by the UniRank 2023 African University*.
- <https://www.4icu.org/top-universities-africa/>
- United Nations. (2010). Report of the Secretary-General to the Sixty-Fourth Session of the United Nations General Assembly - A/64/701. <https://digitallibrary.un.org/record/679612>
- United Nations. (2006). United Nations Security Council resolution 1674.
- http://www.originaltext.org/UN_Resolution_1674.html
- United Nations. 2005b. *World Summit Outcome Document*.
- <http://www.who.int/hiv/universalaccess2010/worldsummit.pdf>
- USAID (2023). *Angola - Country Dashboard*.
- <https://idea.usaid.gov/cd/angola/democracy-human-rights-and-governance>
- US News. (2023). *2022-2023 Best Global African universities*.
- <https://www.usnews.com/education/best-global-universities/africa>
- Verspagen, B. (2001). *Economic growth and technological change: an evolutionary interpretation*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/703445834058>
- Wang, Y., & Liu, S. (2016). Education, human capital and economic growth: Empirical research on 55 countries and regions (1960-2009). *Theoretical Economics Letters*, 6(2), 347-355.
- Webometrics. (2023). Ranking web of university – África.
- <https://www.webometrics.info/en/Africa?sort=asc&order=Impact%20Rank%2A>
- Wedgwood, R. (2007). Education and poverty reduction in Tanzania. *International Journal of Educational*, 27(4), 383-396.
- Wegner, T. (2012). *Applied Business Statistics: Methods and Excel-Based Applications*, Juta and Company Ltd.

- Werner, G. C. (2020). Securitas: da segurança nacional à segurança humana. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 11(1), 69-100.
- Wheeler, D. & Pellisier, R. (2016). *História de Angola* (6.^a Edição). Tinta da China.
- Wilson, W. J., & Chaddha, A. (2009). The role of theory in ethnographic research. *Ethnography*, 10(4), 549-564.
- Wolf, H. C. (1993). Trade orientation measurement and consequences. *Estudos de Economia* 20(2): 52-72.
- Wong, P. K., Ho, Y. P., & Autio, E. (2005). Entrepreneurship, innovation and economic growth: Evidence from GEM data. *Small business economics*, 24, 335-350.
<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=AO>
- World Bank (1990). Adjustment Lending Policies for Sustainable Growth. World Bank Policy and Research Series, 14.
- World Bank (2006). Angola country economic memorandum: Oil, broad-based growth, and equity.
https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/archive-files/world_bank_angola_oil_broad-based_growth_and_bookos.org.pdf
- World Bank. 2020. *Doing Business 2020*.
<https://archive.doingbusiness.org/en/reports/global-reports/doing-business-2020>
- World Bank. 2020. *Doing Business 2020*. World Bank. DOI:10.1596/978-1-4648-1440-2
- World Bank. (2022). *Doing Business 2007 – 2020*.
<https://archive.doingbusiness.org/en/doingbusiness>
- World Bank (2023a). Life expectancy at birth, total years in Angola.
- World Bank (2023b). Worldwide Governance Indicators, 2023 Update.
<https://www.worldbank.org/en/publication/worldwide-governance-indicators>
- Xavier, A. I. M. (2010). *A União Europeia e a Segurança Humana: Um Actor De Gestão De Crises Em Busca De Uma Cultura Estratégica?: Análise e Considerações Prospectivas* [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra].
<https://www.proquest.com/openview/d3283d4a3cd6d91bccb15a2e765ae8f8/1?pqorigsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- Xiaoqing, X. (2005). Investment in physical capital, investment in health and economic growth in China. *Investment Management and Financial Innovations*, 2 (1), 23-29.

- Zayas-Márquez, C., & Ávila-López, L. A. (2022). The Relationship between Innovation and Economic Growth: Evidence from Chile and Mexico. *Revista Academia & Negocios*, 8(1), 15-22.
- Hernández, Z., & Kanety, S. (2015). El concepto de seguridad humana en las relaciones internacionales. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 10(1), 65-87.
- Zerihun, T. (2014). *Human capital and economic growth: Causality and co-integration analysis* [Master's Thesis, School of Graduate Studies of the Jimma University, Jimma].
<https://core.ac.uk/download/pdf/29136384.pdf>
- Zhou, N., Zhao, J., Zhao, K., & Li, D. (2021). Analysis on the sources of China's economic growth from the perspective of cleaner production. *Sage Open*, 11(2).
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244021999379>
- Zou, W. J., Zheng, Y. B., & Liu, W. L. (2019). The medium-long term power of high-quality economic growth in China in the new era: Factor structural change. *Journal of Industrial Technological Economics*, 38(11), 23-30.
- Zulu, J., & Banda, B. (2015). The impact of labor productivity on economic growth: The case of Mauritius and South Africa. *Southern African Journal of Policy and Development*, 2(1): 26-41.

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro 1: Dados Sobre PIB e Preço Médio Barril de Petróleo

Ano	PIB (Milhões US\$)	Preço Médio Barril de Petróleo (US\$)
2002	15285,00	23,78
2003	17812,00	28,42
2004	23552,00	54,93
2005	36970,00	47,97
2006	52381,00	58,30
2007	65266,00	72,40
2008	88538,00	92,40
2009	70307,00	60,90
2010	81699,00	77,90
2011	109436,00	110,10
2012	124998,00	111,60
2013	133401,00	107,70
2014	137244,00	96,90
2015	87219,00	53,70
2016	49840,00	41,80
2017	68972,00	48,40
2018	77792,00	71,10
2019	69309,00	64,00
2020	53619,00	42,80
2021	67404,00	70,70

Fonte: Banco Mundial (2023b), CEIC – UCA (2021) e dados oficiais.

ANEXO 2

Quadro 1: Dados Sobre a Taxa de Crescimento do PIB

Ano	Taxa de Crescimento do PIB (%)
2002	13,66
2003	2,99
2004	10,95
2005	15,02
2006	11,55
2007	14,01
2008	11,16
2009	0,86
2010	4,85
2011	3,47
2012	8,54
2013	4,94
2014	4,81
2015	0,93
2016	-2,58
2017	-0,15
2018	-1,31
2019	-0,69
2020	-5,6
2021	1,1

Fonte: Banco Mundial (2023)

ANEXO 3

Quadro 1: Productividade

Ano	Productividade
2002	3 946
2003	4 012
2004	5 408
2005	8 820
2006	11 149
2007	13 389
2008	17 525
2009	12 439
2010	15 267
2011	18 777
2012	20 207
2013	21 252
2014	20 849

Fonte: CEIC-UCA (2016)

Quadro 2: Posição de Angola no Ranking do “Ease of Doing Business” do Banco Mundial, 2007-2020

Ano	Posição Absoluta de Angola	Total de Países Avaliados
2007	156	175
2008	167	178
2009	168	181
2010	169	183
2011	163	183
2012	172	183
2013	172	185
2014	179	189
2015	181	189
2016	181	189
2017	182	190
2018	175	190
2019	173	190
2020	177	190

Fonte: Autor (2023), com dados do Banco Mundial

ANEXO 4

Quadro 1: Posição de Angola no Ranking do IDH, 2002-2021

Ano	IDH de Angola	Posição de Angola no Ranking IDH
2002	0,403	161
2003	0,420	162
2004	0,433	164
2005	0,447	167
2006	0,459	164
2007	0,475	160
2008	0,486	156
2009	0,500	156
2010	0,510	152
2011	0,526	152
2012	0,541	151
2013	0,552	151
2014	0,563	147
2015	0,582	144
2016	0,596	142
2017	0,597	143
2018	0,595	147
2019	0,595	149
2020	0,590	149
2021	0,586	148

Fonte: Autor (2023), com dados do PNUD

ANEXO 5

Quadro 1: Classificação de Angola no Índice de Democracia da EIU, 2010-2022

Ano	Pontuação de Angola	Tipo de Regime
2010	3,32	Autoritário
2011	3,32	Autoritário
2012	3,35	Autoritário
2013	3,35	Autoritário
2014	3,35	Autoritário
2015	3,35	Autoritário
2016	3,40	Autoritário
2017	3,62	Autoritário
2018	3,62	Autoritário
2019	3,72	Autoritário
2020	3,66	Autoritário
2021	3,37	Autoritário
2022	3,96	Autoritário

Fonte: Autor (2023), com dados da EIU da Revista the Economist

ANEXO 6

Quadro 1: Classificação de Angola no Índice de Percepção de Corrupção (CPI), 2002-2022

Ano	Índice de Corrupção	Ranking de Corrupção
2002	17	98
2003	18	124
2004	20	133
2005	20	151
2006	22	142
2007	22	147
2008	10	158
2009	19	162
2010	19	168
2011	20	168
2012	22	157
2013	23	153
2014	19	161
2015	15	163
2016	18	164
2017	19	167
2018	19	165
2019	26	146
2020	27	142
2021	29	136
2022	33	116

Fonte: Autor (2023), com dados da Transparência Internacional

ANEXO 7

Quadro 1: Estimativa da Taxa de Desemprego de Angola, 2004-2022

Ano	Estimativa da Taxa de Desemprego
2004	29,8
2005	29,0
2006	35,0
2007	29,2
2008	25,0
2009	25,0
2010	25,0
2011	25,0
2012	26,0
2013	25,0
2014	24,2
2015	20,0
2016	22,6
2017	24,7
2018	28,8
2019	31,8
2020	30,6
2021	32,9
2022	29,6

Fonte: Autor (2023), com dados do INE e CEIC-UCA

ANEXO 8

Quadro 1: Dados Sobre PIB e Oferta de Emprego em Angola, 2002-2014

Ano	PIB (Milhões US\$)	Oferta de Emprego
2002	15285,00	7723
2003	17812,00	8616
2004	23552,00	9122
2005	36970,00	9018
2006	52381,00	8288
2007	65266,00	10064
2008	88538,00	14558
2009	70307,00	11790
2010	81699,00	11790
2011	109436,00	11790
2012	124998,00	11790
2013	133401,00	19252
2014	137244,00	19476

Fonte: Banco Mundial (2023) e INEFOP (2023)

ANEXO 9

AO

DIRECTOR GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EMPREGO

E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (INEFOP)

LUANDA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DADOS REFERENTES À OFERTA DE EMPREGO NOS CENTROS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ANGOLA.

Manuel da Silva Caetano, Funcionário Público, de nacionalidade angolana, encontra-se atualmente a frequentar o 2º ano Curso de Mestrado em Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Lisboa Portugal (ver Docs. 1 e 2, em anexos).

No âmbito do referido programa, o requerente está a elaborar a sua dissertação (tese) de mestrado intitulado **“Avaliação da Dimensão “Segurança Económica” do Conceito da Segurança Humana no Contexto Angolano.”**, sob orientação do **General de Exército Luís Valença Pinto**, Professor Catedrático Convidado da Universidade Autónoma de Lisboa, e também do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (ver Docs. 3 e 4, em anexos), e co-orientação da **Doutora Sandra Ribeiro**, Professora da Universidade Autónoma de Lisboa, e também do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ver Doc. 5).

Como parte do trabalho de pesquisa que está a efectuar para concluir a sua dissertação (tese) de mestrado é imperativo a recolha de dados referentes às ofertas de empregos que foram notificadas através dos centros de emprego e formação profissional em Angola, no período de 2002 a 2021.

O presente estudo pretende efectuar uma avaliação da dimensão “segurança económica” do conceito da segurança humana, com enfoque na relação entre o crescimento económico e o desemprego, tendo em conta que a segurança económica envolve, fundamentalmente, a garantia de um trabalho (emprego) para resolver os problemas estruturais, entre eles, o desemprego, a desigualdade socioeconómica e o trabalho precário.

O resultado do presente estudo poderá contribuir para a aplicação prática das dimensões da segurança humana constantes no quadro legislativo e na agenda governamental em Angola, ou seja, as conclusões desta pesquisa poderão servir de instrumento para a tomada de decisões nas fases de formulação e implementação de políticas no país.

Face ao acima exposto, vem por este meio solicitar a Vossa Excelência para que se digne autorizar o fornecimento ou a cedência dos dados acima referidos.

Pede Deferimento

Luanda, aos 16 de Março de 2022.

Manuel da Silva Caetano

Telemóvel: +244935878787

Telemóvel: +351932885156

e-mail: mancaetano@hotmail.com